

Exemplar de assinante - Venda proibida

www.etm.com.br

R\$ 5,90

ISSN 0101-7993



243



CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

O MUNDO DE OLHO NO BRASIL

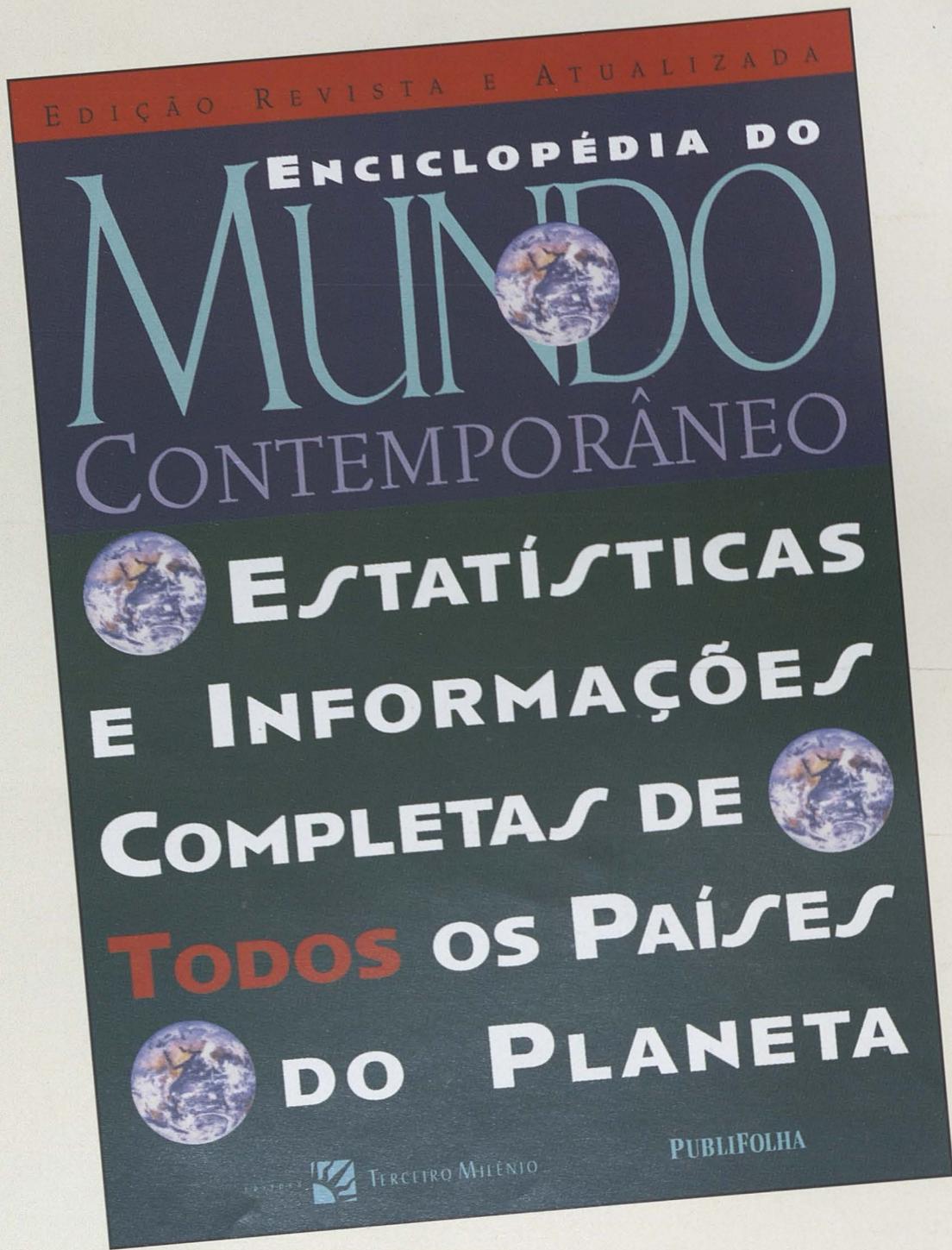
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO PAÍS
TERÃO GRANDE REPERCUSSÃO
NO CENÁRIO INTERNACIONAL

ÁFRICA

PERSPECTIVAS DA UNIÃO AFRICANA

URUGUAI

RUMO A UMA NOVA DEPENDÊNCIA



PREÇO: **R\$65,00**

* Frete não incluído

Nova edição revista e atualizada 2002/2003

FAÇA SEU PEDIDO Tel: (21) 2221-7511 Fax: (21) 2252-8455

E-mail: assinaturas@etm.com.br



Em busca de novos rumos

A eleição presidencial brasileira acontece em um momento de reestruturação da ordem global. É uma oportunidade de mudança de rumos, após uma década de governos neoliberais, que levaram o país a uma inserção submissa no plano internacional. A possível vitória de um candidato de oposição nas próximas eleições poderá devolver ao desiludido povo brasileiro a esperança e a confiança na democracia.

Entretanto, não é apenas o povo brasileiro que será atingido pelo resultado destas eleições. Dependendo de quem vier a ser eleito, o neoliberalismo pode se fortalecer ou sofrer um sério golpe na América Latina. Não é um exagero prever que os rumos políticos tomados pelo Brasil podem influenciar decisivamente as futuras eleições nos países vizinhos – a próxima é a da Argentina, a ser realizada em março de 2003. Isto faz com que outros países do Sul também estejam alimentando expectativas quanto à nova orientação política do Brasil.

Obviamente, uma possível reestruturação não desperta a atenção apenas daqueles países que almejam uma mudança na correlação de forças global. O mundo

desenvolvido e, principalmente, o capital internacional, temem uma mudança na política econômica de um dos maiores mercados do planeta.

Nesta etapa de transformações, não é só o Brasil que vive processos importantes. O combalido continente africano acaba de oficializar uma reformulação na sua organização continental, visando a uma maior integração política e econômica, na esperança de que isto impulse a região para uma nova etapa de desenvolvimento.

Além de uma cobertura sobre estes processos, esta edição volta a abrir as páginas de nossa revista para um artigo trazendo a opinião de um importante pensador da realidade brasileira e mundial. O professor Theotonio dos Santos nos brinda uma retrospectiva histórica sobre o surgimento e a consolidação do neoliberalismo, apresentando a perspectiva de que ele esteja se esgotando. Não há determinismo quanto ao que está por vir. Cabe a todos nós definir os rumos. Este é certamente um dos maiores desafios da transformação por que passa a ordem global.

Os editores

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

FUNDADOR: Neiva Moreira

DIRETORA: Beatriz Bissio

DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini

EDITOR: Alvaro Neiva

CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam) Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai), e Juan Somavia (Chile)

ASSINATURAS

Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455

E-mail: Assinaturas@etm.com.br

Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito

NÚMEROS ATRASADOS

Ao preço do último exemplar. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas, acrescentando 30% ao valor do pedido para postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora.

PUBLICIDADE

Gerente: Kleber Saboya

Rua Conde de Lages, 44 / 509 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455

Correio Eletrônico: etm@etm.com.br

Rio de Janeiro/RJ: LJS Alves Representações

Rua Teófilo Otoni, 15 - sala 913 - CEP 20090-080 - Centro - Tel.: (21) 2283-1661

São Paulo/SP: J.R. Comunicação e Publicidade Ltda.

Rua Coronel Ferreira Leal, 201 - 1º andar - Jd Esmeralda - CEP 05589 - 090

Fone/Fax: (11) 3735-4541 / 3731-5114

Correio eletrônico: janio_oliveira@uol.com.br

Belo Horizonte/MG: KSD Publicidade Ltda.

Rua Catete, 979 - sala 103 - Barroca - CEP 30430-520 - Tel.: (31) 9618-7417

Brasília/DF: JCZ Comunicações

SRTVS - Quadra 701 - Bloco C - sala 330 - Centro Empresarial - Brasília - CEP 70340-907 -

Tel.: (61) 3222034

Porto Alegre/RS: RS Midia

Rua Lloyd de Andrade Polidoro, 15 - Aberta dos Morros - CEP 91751-620 - Tel.: (51) 248-3514

DISTRIBUIÇÃO/BRASIL: Fernando Chinaglia - Tel.: (21) 3879-7766

VENDA NO URUGUAI: Kiosko Salvador - Av. 18 de Julio y Paraguay - tel: 901-5459

FOTOS: Agence France Presse (AFP), Agência Brasil e Centro de Documentação (Cedoc)

PUBLICAÇÕES DA EDITORA TERCEIRO MILENIO

Cadernos do Terceiro Mundo (temas políticos e sociais); **Ecologia e Desenvolvimento**

(assuntos ambientais); **Revista do Mercosul** (informação do bloco econômico);

Almanaque Brasil e Enciclopédia do Mundo Contemporâneo (obras de referência)



Rua Conde de Lages, 44 - Grupos: 508/510 - CEP 20241-080

Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455

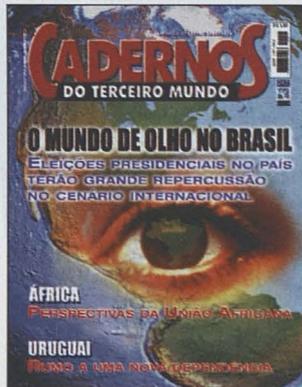
E-mail: etm@etm.com.br - Internet: www.etm.com.br

Filiada à **ANER**

Sumário

Setembro 2002 • Nº 243 • Ano XXVI

ISSN 0101-7993



Fotos de capa: Cedoc
Arte: Mauro C. Alvarenga

4 FRASES

ENTREVISTA

5 Doce que nem pimenta

Carismático, mas também polêmico, o monge Marcelo Barros considera o diálogo entre as religiões a sua principal missão

8 PLANALTO

10 PANORAMA NACIONAL

BRASIL/HISTÓRIA

21 Testemunhos de guerra

Camponeses da região do Araguaia guardam na memória convivência com guerrilheiros e a repressão pelas Forças Armadas

24 Recordando um explicador do Brasil

O centenário de Sérgio Buarque de Holanda é uma oportunidade para aprender com sua obra, exemplo político e dedicação profissional

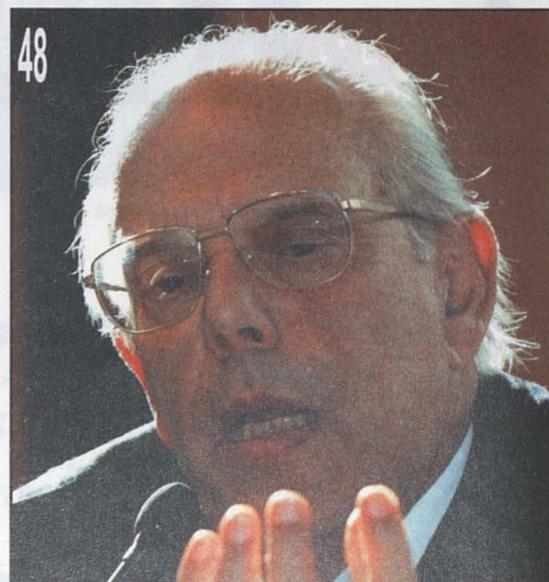
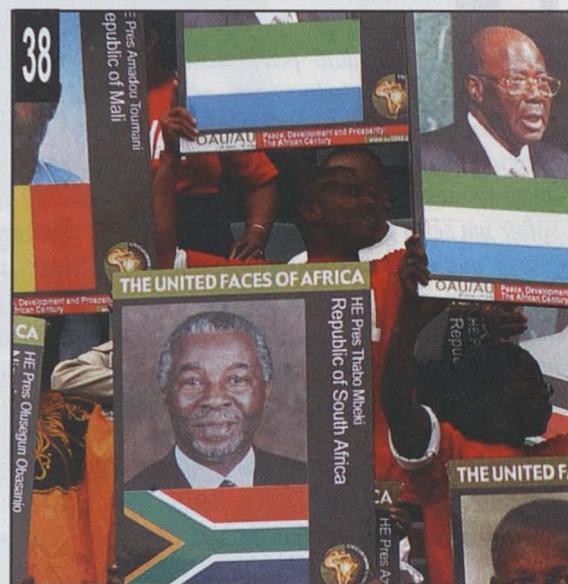
ECONOMIA/BRASIL

28 Em busca de um caminho

Crise econômica se aprofunda, e Fernando Henrique pede apoio de quatro presidentes para acordo com o FMI

32 PANORAMA INTERNACIONAL

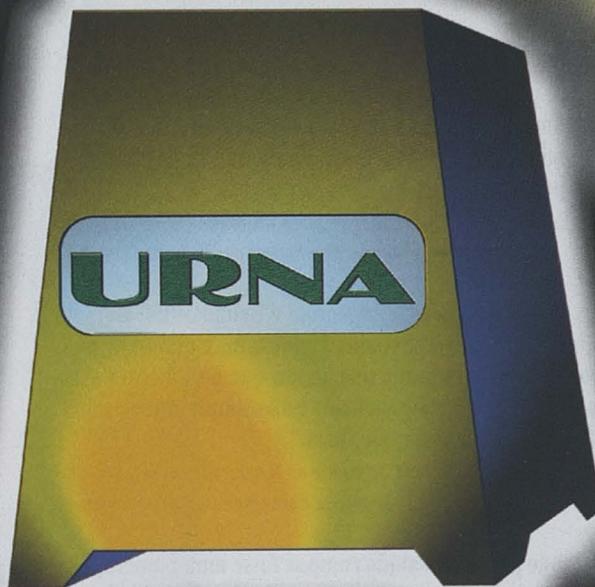
2



O mundo de olho no Brasil

Em outubro, o mundo inteiro prestará atenção nas eleições presidenciais no Brasil, cujo resultado deve exercer influência determinante no cenário político internacional e, mais especificamente, latino-americano

C
A
P
A
12



37 GENTE

ÁFRICA/DIPLOMACIA

38 Novo organismo contra velhos problemas

União Africana entra em vigor, tendo como objetivos principais a consolidação da paz, a democracia e o desenvolvimento do continente

ORIENTE MÉDIO/IRAQUE

41 Ataque iminente

Os Estados Unidos seguem preparando ofensiva militar para derrubar Saddam Hussein

ORIENTE MÉDIO/PALESTINA

42 Três gerações de refugiados

3,8 milhões de palestinos vivem em 57 campos de refugiados

ÁSIA/ÍNDIA

44 "Homem-Míssil" é o novo presidente indiano

Abdul Kalam, uma figura controversa, assume a Presidência com a perspectiva de apaziguar os conflitos entre muçulmanos e hindus

AMÉRICA LATINA/DIPLOMACIA

46 América do Sul discute integração

Em meio a um cenário de profunda retração econômica, presidentes sul-americanos enfatizam a necessidade de maior união entre seus países

AMÉRICA LATINA/URUGUAI

48 Tornando-se um Estado Livre Associado?

O empréstimo que Bush estendeu ao governo uruguaio estancou a sangria provocada pela implementação das políticas impostas pelo FMI. Mas quais as condições para esse empréstimo?

CULTURA/URUGUAI

51 Daniel Viglietti: Um homem, um poeta

Perto de completar 63 anos, ainda questionando as injustiças sociais e a mediocridade que impera na maioria das produções musicais recentes

PÁGINA ABERTA/GEOPOLÍTICA

54 A América Latina diante da crise final do neoliberalismo

Neste artigo exclusivo, o sociólogo Theotônio dos Santos faz uma retrospectiva histórica do neoliberalismo e aponta o fim dessa doutrina

O que eles dizem...

“Este país tem um governo que não tem auto-estima. É uma elite que prefere se submeter aos caprichos dos bancos. A equipe econômica só defende agiotas internacionais que subordinaram o país à maior dependência desde que os portugueses botaram os pés aqui.”

Luis Inácio “Lula” da Silva,
candidato a presidente pelo Partido dos Trabalhadores (PT)

“Estes três países (Brasil, Argentina e Uruguai) são amigos e aliados importantes dos Estados Unidos, mas precisam implantar políticas para garantir que, assim que o dinheiro auxiliar for concedido, ele trará benefícios e não simplesmente sairá do país para contas bancárias na Suíça.”

Paul O'Neill, *secretário do Tesouro dos Estados Unidos,*
condicionando ajuda financeira a um plano econômico confiável

“O país não pode ser tratado como se fosse uma república. Somos uma nação e queremos ser respeitados. Isso vale para quem quer que seja. Sobretudo para um secretário americano.”

Lula, *em resposta a O'Neill*

“Fico espantado com candidatos que estão jogando no quanto pior, melhor. É o caso do Ciro Gomes. Toda vez que ele abre a boca, o dólar sobe e uma fábrica fecha.”

José Serra, *candidato do PSDB,*
preocupado com o crescimento de Ciro Gomes

“Ciro consolidou o real. Quando ele foi ministro da Fazenda, ele não fez qualquer irresponsabilidade. Não acredito que o mercado financeiro esteja inquieto com o crescimento de Ciro nas pesquisas.”

Tasso Jereissati (PSDB-CE),
discordando do candidato do seu partido

“Acho possível a reaproximação dos dois (Fernando Henrique e Ciro). Mas não durante a campanha; isto não quer dizer que o presidente vá apoiar Ciro. Mas eles são dois homens maduros que, no fundo, se respeitam. Acho que o relacionamento vai ser ameno.”

Tasso Jereissati, *abrindo espaço para um possível apoio a seu amigo e (ex) aliado, Ciro Gomes*

“Quem vai governar não vai ser a Elba Ramalho nem o Chitãozinho e Xororó. É ele.”

Anthony Garotinho, *candidato à Presidência,*
criticando o uso de artistas na campanha de José Serra

“Vocês estão vendo que nós (a Igreja e o PT) não somos iguais. O PT desistiu de participar do plebiscito da Alca para evitar o uso político contra o partido.”

Dom Jayme Chemello, *presidente da CNBB*

“Nossa rede está se esfarelado.”

Ricardo Ribeiro dos Santos, *cientista da Fiocruz sobre a crise na CNPq,*
principal agência de fomento à pesquisa no país, que teve 45% do orçamento deste ano cortado pelo governo federal

“Independentemente das gravadoras manipularem ou não os números de discos vendidos pelos seus artistas, a numeração é um controle legal e natural a que o artista tem todo o direito. Por que não numerar, se todo objeto industrializado vendido ao consumidor tem um número de série? A resistência histórica das gravadoras a esse procedimento é o que sempre nos espantou.”

Cláudio Jorge, *compositor, sobre o projeto da deputada federal Tânia Soares (PCdoB) de obrigar a numerar todos os discos, livros e obras científicas editados*

“É óbvio que, se você ataca um país, isso se reflete em todos os outros. Aqueles que planejam lançar esta guerra não deveriam pensar que os efeitos serão sentidos só onde eles atacam. No mundo de hoje, violência e opressão apenas alimentam mais violência.”

Mohammed Khatami, *presidente do Irã, criticando a possibilidade de os Estados Unidos atacarem o Iraque*

“O Oriente Médio precisa de paz e não de uma nova guerra”

Gerhard Schröder, *primeiro-ministro da Alemanha*

“Eu me sinto muito desconfortável com a posição dos Estados Unidos. Enquanto quase todo mundo está aqui (em Joanesburgo) discutindo desenvolvimento sustentável, os Estados Unidos estão discutindo como fazer uma guerra contra o Iraque.”

Jeffrey Sachs, *economista e assessor especial da ONU durante a Rio+10, em Joanesburgo*

“Uma sociedade humana global baseada na pobreza para muitos e na prosperidade para poucos, caracterizada por ilhas de riqueza cercadas por um mar de pobreza, é insustentável.”

Thabo Mbeki, *presidente da África do Sul, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10)*

“Estamos de acordo em que os padrões insustentáveis de produção e consumo estão criando um desastre ambiental que ameaça tanto a vida em geral como a vida humana em particular.”

Idem

Doce que nem pimenta

Carismático, mas também polêmico, o monge Marcelo Barros considera o diálogo entre as religiões a sua principal missão

Raquel Ribeiro

PRIOR DO MOSTEIRO DA ANUNCIÇÃO DO SENHOR (o prior é uma espécie de coordenador), em Goiás Velho (GO), o irmão beneditino Marcelo Barros tem pulso firme, e não teme assumir suas posições críticas. O mosteiro apóia dois acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra. As portas do mosteiro estão sempre abertas e, nas missas de domingo, são os leigos que dão a comunhão aos monges. Nesta entrevista a **cadernos do terceiro mundo**, o monge fala sobre espiritualidade, tolerância e a postura muitas vezes conservadora da Igreja.

Crítico e polêmico ao tratar de certos dogmas e tabus da Igreja, o senhor não receia ser podado pela Igreja?

MARCELO BARROS – Há uma liberdade interior, dada pelo espírito de Deus. Se eu renuncio a isso, renuncio a ser discípulo de Jesus. Aceito a limitação dada pelo amor. Como numa relação de casal, o amor faz crescer, mas ao mesmo tempo impõe limites: o limite do outro. Nesse sentido, sou um homem casado com a comunidade eclesial. Mas isso não significa passar a instituição na frente da vida. Não sou funcionário da religião. Aprendi com Dom Hélder Câmara a me libertar de qualquer tentação de carreirismo; o que levaria a me preocupar com a imagem que passo. O cuidado que tenho é com meus irmãos, amigos, com as pessoas que eu amo.

Como funciona a hierarquia num mosteiro?



Foto: Raquel Ribeiro

Irmão Marcelo: 'Por que a comunidade de Deus tem de ser exclusiva ou excludente?'

MB – Cada mosteiro beneditino é uma comunidade com certa autonomia. Existe uma confederação de mosteiros que é a Ordem Beneditina, e dentro dessa confederação, 23 congregações de beneditinos. Nós, aqui, somos da Congregação de Subiaco, nome de um Mosteiro no sul da Itália. A relação com os superiores beneditinos é boa. Eles nos aceitam e apóiam. Eu não sou obrigado a pedir permissão para fazer as coisas ou dizer algo. Em relação ao papa, o acolho como pastor e levo a sério sua palavra, como levo também a sério a palavra de outros bispos e pastores.

A Igreja permite o ecumenismo, mas é contra o sincretismo. Por quê?

MB – A Igreja Católica busca a unidade, é a favor do ecumenismo entre as igrejas e do diálogo entre as religiões.

Mas não concorda com a pessoa ser católica e, ao mesmo tempo, do candomblé. Ou em uma celebração, misturar mantra hindu, saudação a Alá e rito católico. Essa é a posição de quase todas as igrejas cristãs. As protestantes ainda são mais severas. Mesmo as que aceitam o diálogo morrem de medo das religiões afro por causa do perigo do sincretismo e da idolatria.

Qual sua posição?

MB – Toda a história da Igreja é de sincretismo. Quando o cristianismo saiu da Galiléia e foi incorporado ao Império Romano, já tinha absorvido elementos de outras religiões. Na concepção de sacerdócio que entrou na Teologia Católica, vários elementos vieram do Império Romano. O culto de Maria, em sua origem, tem muito de sincretismo com as religiões celtas e eslavas. Por que com as religiões da Europa isso seria permitido e não com as religiões afro-brasileiras? Por que a comunidade de Deus tem de ser exclusiva ou excludente?

Como é a relação do Mosteiro de Goiás com a comunidade local?

MB – A proposta fundamental do Mosteiro é de inserção na vida, nos trabalhos e na expressão da fé. A gente acompanha dois acampamentos de trabalhadores sem-terra (a 40 quilômetros da cidade) e possibilita que eles usem a casa quando precisam. A cada 15 dias, irmãos daqui vão para lá. No bairro, acompanhamos seis grupos bíblicos, como irmãos que apóiam. Quem coordena são pessoas do povo.

Como você, sendo monge, trabalhou 15 anos na Pastoral da Terra e até hoje o

seu Mosteiro se envolve com lavradores sem-terra? Isso é tarefa de monge?

MB – Na história da Igreja já houve monges que fizeram todo o tipo de coisas. No Brasil, em geral, os mosteiros não tinham ainda vivido uma inserção no meio dos pobres. De minha parte, sinto a vocação de dar testemunho do amor de Deus através da solidariedade aos mais pobres e do trabalho pela justiça. O mosteiro deve favorecer uma espiritualidade da paz, mas só pode fazer isso assumindo um compromisso profético de solidariedade e comunhão pelas pessoas que são vítimas das injustiças sociais.

Como se dá o tom ecumênico nas orações?

MB – Cada dia oramos especialmente em comunhão com uma religião diferente. Oramos como cristãos, mas em comunhão com os outros. Na segunda é com as religiões orientais (budismo, bramanismo), a gente canta mantras, ouve textos sagrados, faz as orações que eles nos ensinam. Esses ensinamentos entram também na nossa vida, como na postura da não-violência. Na terça, a comunhão é com as religiões afro-brasileiras; na quarta, com grupos espiritualistas. Procuramos aprender o que Deus nos diz através das outras religiões. E temos por teologia que, na hora de celebrar, não existe discriminação entre padre e leigo: todos podem falar, propor cantos, tudo muito livremente.

Como é Deus para você?

MB – Deus é Amor e antipoder. Quando eu quero descobrir como é Deus, eu olho para a pessoa humana de Jesus de Nazaré, o seu modo de viver e de ser, suas palavras e ações. Aí eu me reconcilio com Deus. Acho que, hoje, infelizmente, nem sempre as Igrejas e religiões estão falando bem de Deus... Ele não merece isso que, às vezes, se faz em seu nome.

Por que incomoda tanto as alas mais conservadoras da Igreja?

MB – Teria de perguntar a eles... Mas tenho a impressão de que dois aspectos incomodam. O primeiro é por eu criticar o estilo de poder ainda hoje vigente nas Igrejas. Eu lembro a Igreja Católica que há 35, 40 anos (Concílio Vaticano II, em Medellín) ela assumiu o compromisso de se renovar, de ser uma igreja organizada em igrejas locais, autônomas, onde o papa não é um superbispo, um chefe supremo da Igreja, mas o bispo de Roma, guardião da unidade de todas as Igrejas em comunhão com a Sé Romana. O segundo é essa espiritualidade que vai além da identidade religiosa e se une a qualquer expressão de amor e de paz.

Outra coisa que critico é quando muitos da hierarquia eclesástica põem a moral acima da vida e do direito das pessoas. Não quero ser um *enfant terrible*, mas, se me perguntam, respondo. Dizem que um bispo proibiu a Rede Vida, televisão católica, de me convidar para ser entrevistado num programa por eu ser contra a campanha contra o uso da camisinha. Não posso ser cúmplice de uma injustiça profunda, que atinge a pessoa no nível da consciência. Tocando na sua consciência, atinjo o que há de mais sagrado. Jesus não veio para condenar as pessoas, mas para dar alegria; não veio para angustiar, mas para libertar. Acho que o papa tem todo o direito de ter a moral que quiser ter, mas vamos discutir as opiniões. Não é justo dizer “quem não pensar como eu não é católico”.

Quais os problemas que já teve devido a essa postura?

MB – Quando passei em Roma, em 1998, dei uma declaração ao *Adista*, um jornal alternativo. Perguntaram-me o que eu acho do fato de o papa estar pedindo perdão pelos erros cometidos pela Igreja

no passado. Respondi que estou de acordo, mas penso que, para enxugar uma sala molhada, é preciso primeiro fechar a torneira. Não adianta ele pedir perdão, se não mudar o modelo de Igreja, responsável por esses erros. Depois de alguns meses, um órgão da Cúria Romana queixou-se ao abade presidente da nossa congregação e pediu minha condenação.

A Igreja não está muito aberta aos novos tempos...

MB – Acho que qualquer dia a hierarquia da Igreja vai descobrir a Revolução Francesa, a República e o papa vai deixar de ser rei. A Igreja sempre tem chegado muito atrasada.

Já no candomblé, o respeito à sexualidade é enorme.

MB – O candomblé tem como elemento fundamental o axé, que é a energia vital. É a energia divina. Tudo que favorece essa energia de amor é acolhido. Na questão sexual, o interdito, o proibido, toca muito mais nos princípios rituais do que nos morais. A mulher menstruada deve evitar fazer sacrifícios – isso é muito mais ritual do que moral. Ter um comportamento agressivo, tomar o marido da outra, pedofilia, estupro, tudo isso é condenado. Mas a relação sexual normal, sadia, faz parte do que chamam de “boa energia”.

Sexo é o tabu para a Igreja católica...

MB – Quando estudei a *Bíblia*, descobri que a visão da moral oficial da Igreja não é exatamente a mesma da *Bíblia*. No Antigo Testamento, ao menos por um tempo, aceita-se a poligamia. Depois, a comunidade vai, cada vez mais, descobrindo como pala-

“Acho que o papa tem todo o direito de ter a moral que quiser ter, mas vamos discutir as opiniões. Não é justo dizer: ‘quem não pensar como eu não é católico’”

“Há muita gente, mesmo dentro da hierarquia, que tem clareza da necessidade de mudança. Só não tem poder, nem coragem para lutar por isso”

vra de Deus o direito de igualdade homem-mulher e a proposta de relação única e fiel. Mas sem condenações. Há um texto muito citado pela Igreja contra os homossexuais: o primeiro capítulo da Carta aos Romanos, onde Paulo fala de decadência do Império Romano. Uma decadência política, social, cultural e moral. Aí não se trata de homossexualismo como tal e sim de uma depravação geral. Logo, a questão é cultural. Não se pode fazer uma leitura fundamentalista dos textos.

Há perspectiva de mudança?

MB – Há muita gente, mesmo dentro da hierarquia, que vê isso claro. Só não tem poder para mudar, nem coragem para lutar por isso. Tenho a impressão de que o quadro eclesial é tão rígido que não se falará disso até que um próximo papa aceite abrir o diálogo. Ordenar homens casados já melhoraria.

Esse atraso da Igreja não afugenta os fiéis?

MB – A Igreja não deve se preocupar em ser de massa e arrebatar mais gente. Minha preocupação é que as pessoas não se afastem porque eu falhei, porque o culto era vazio, distante da vida.

O que é preciso mudar em todas as religiões?

MB – O patriarcalismo, com exceção das religiões afro, onde o sacerdócio é feminino na maioria dos casos. As religiões monoteístas têm a mesma formação patriarcal: o islamismo, o judaísmo... As tradições indígenas também são bem patriarcais. Religião é expressão de cultura. Ver igrejas protestantes, que ordenam mulheres, ajuda a gente, dá exemplo.

Qual sua formação espiritual?

MB – Fui muito formado pela *Bíblia* – me apaixonei principalmente pelos salmos – e, quando jovem, pela Teologia da Libertação, que tem como fundamento da oração a luta pela justiça. Aceitei ser monge com essa condição. Se fosse para me isolar numa ilha, eu não o seria. Na década de 70, vivi o momento de secularização da Igreja (Deus está no mundo). Reagi contra ritos e cerimônias. Depois percebi que precisava integrar outros elementos, que funcionam como a chave para a espiritualidade – ela não é a sala, mas abre a porta para entrar na sala. O encontro com as religiões afro foi muito importante: elas são cheias de cores, de símbolos. Eu reincorporei muitos desses elementos na minha espiritualidade pessoal. Coisas simples, como usar branco na sexta-feira, até a integração da contemplação da natureza no diálogo com Deus.

E como é o Marcelo autor?

MB – Desde menino gosto de escrever. Na infância, meu pai, operário de fábrica, chegava cansado e, para ajudar minha mãe que tinha de passar roupa no ferro ou ainda lavar, cozinhar, etc., ele sentava-se na sala e ficava com os filhos – somos dez. Cantava e contava histórias. Minha primeira experiência com o contar histórias foi do meu pai e fiquei marcado por isso. Para mim, contar história sempre foi um modo de expressar amor e carinho pelas pessoas.

Mais tarde, já adolescente, estudei em uma escola rural. Ali, para passar o tempo no final da semana, a gente fazia campeonatos de jogos. Criei um campeonato de contar história. Éramos uns oito adolescentes e subíamos nas árvores, enormes, cada um sentado num galho. Quem fumava ganhava cigarro e quem não fumava ga-

nhava chocolate. O vencedor era aquele que contasse a história mais envolvente e que demorasse mais tempo – a grande questão era matar o tempo! Algumas vezes ganhei.

Durante oito anos escrevi *A secreta magia do caminho*, meu primeiro romance. Enquanto isso, escrevia sobre teologia, fiz um livro sobre a *Bíblia* e a Terra, e outro sobre espiritualidade ecumênica. Tenho 24 livros publicados.

Seus livros são censurados pela Igreja?

MB – Tenho liberdade. Mas tenho sido criticado. Uma livraria católica, que aceitou vender alguns exemplares de *A secreta magia*, nem chegou a colocá-los à venda depois que a madre leu certos trechos do romance. Ela depois devolveu o pacote dizendo que se tratava de “livros pornográficos”.

Também já recebi cartas de religiosos chocados com o fato de um padre escrever sobre coisas mundanas. Como escrever as palavras de uma prostituta em um romance? Como descrever o mundo moral de um índio do século XVIII? Em *A noite do Maracá*, há um acidente de carro; eu nem dirijo, mas, para descrever a cena, consultei mecânicos, fui a postos de gasolina, conversei com motoristas. Você não precisa viver na pele o que acontece com seus personagens.

O que levou você a trocar o sonho de ser veterinário para ser monge?

MB – Eu não queria ser veterinário de animal domesticado. Pretendia ser veterinário de animal selvagem. Fantasia de criança... No lugar do interior de Pernambuco onde estudei ginásio, havia um pequeno mosteiro de pessoas muito envolventes e eu me apaixonei pela vida em comunidade. Com 18 anos queria ter essa vida humanitária e humanizante. Descobri minha vocação de monge já dentro do mosteiro. ■



Foto: Divulgação

Fim do voto obrigatório

O senador Íris Rezende - foto - (PMDB-GO) deu parecer favorável ao projeto de emenda constitucional que extingue a obrigatoriedade do voto. O projeto foi um

dos temas da Comissão Temporária de Reforma Político-Partidária e, na opinião do senador goiano, "o voto facultativo insere o cidadão no campo da plena e livre escolha, tornando o sufrágio mais compatível com os ideais democráticos".

Embora o Congresso ainda alimente muitas dúvidas sobre o voto facultativo, Íris Rezende, relator do projeto, acredita que "o Brasil já vive um estágio de amadurecimento político capaz de assimilar o voto facultativo". Caso seja aprovado, o fim da obrigatoriedade do voto já irá valer nas eleições de 2004. ■

Mercantilização do ensino

Foi lançada em Brasília, no dia 13 de agosto, a Campanha Nacional contra a Mercantilização do Ensino, que conta com a participação de reitores, professores, servidores e estudantes das universidades públicas e particulares do país. A campanha quer chamar a atenção da sociedade para os acordos assinados pelo Brasil com a Organização Mundial do Comércio (OMC), que priorizam a formação acadêmica voltada exclusivamente para o mercado em detrimento de uma formação crítica e filosófica.

A Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo já sentiu os primeiros efeitos do acordo. Algumas das disciplinas estão sem professores, o que obrigou os estudantes a uma longa greve que se estendeu por todo o primeiro semestre. O fato vem se repetindo em outras universidades onde há inclusive falta de professor de Português, a exemplo da Universidade de Brasília, onde alunos do Departamento de Letras são dispensados de algumas disciplinas por falta de professor. ■

Propaganda Eleitoral

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou que tomará providências para estimular os veículos de comunicação a divulgarem as campanhas eleitorais para deputados e senadores. A decisão foi tomada, no final de julho, a partir do encontro entre o presidente do TSE, o ministro Nelson Jobim (foto), e o deputado Fernando Gabeira (PT-RJ).



Foto: Antônio Cruz/ABR

A maioria dos órgãos de comunicação prefere não veicular campanhas para deputados e senadores a seguir a lei, que determina que todos os candidatos devem receber o mesmo tempo de exposição. Nelson Jobim esclareceu que a exigência de um tratamento igual não pode servir de pretexto para inviabilizar o debate político. "São mais de 16 mil candidatos. Claro que a mídia não tem como dar exatamente o mesmo espaço a todo mundo, mas deve haver discussão", defendeu o ministro.

A partir do mês de agosto, as empresas de rádio e TV também foram obrigadas a destinar dez minutos para a campanha institucional da Justiça Eleitoral, através da exibição de filmetes de 30 a 60 segundos durante a programação diária das emissoras. A propaganda, que vai ao ar até o dia 3 de outubro, tem como principal objetivo estimular os eleitores a prepararem uma "cola", como nome e o número de seus candidatos para o dia da votação. ■

Presidenciáveis recebem reivindicações feministas

O documento elaborado pela Conferência Nacional das Mulheres será encaminhado a todos os candidatos à Presidência da República. Mais do que uma reivindicação, o documento, segundo a senadora Emília Fernandes - foto - (PT-RS), "é a demonstração do amadurecimento do pensamento da mulher e pode ser considerado radical naquilo que se propõe, pois se constitui numa crítica contundente ao modelo neoliberal que tem causado grandes males ao Brasil".



Foto: Divulgação

A proposta, que foi construída com a participação de seis mil mulheres, inclui a reforma agrária como um de seus pontos básicos e será divulgada em todo o país. No documento, as mulheres assumem a defesa dos princípios de igualdade e justiça econômica e social; a luta pela reforma agrária; a luta contra a discriminação das lésbicas e gays; reconhecimento da discriminação do aborto como um direito de cidadania e questão de saúde pública; luta anti-racismo e defesa dos princípios de equidade racial-étnica; combate à violência, maus-tratos, assédio e exploração de meninas e mulheres e apoio às iniciativas de parceria civil registrada. ■



Foto: Antônio Cruz - ABR

Contra a baixaria na TV

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara dos Deputados realizou no início de agosto um debate sobre a campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania", lançada com o apoio do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos. A campanha visa denunciar empresas patrocinadoras de programa de TV que desrespeitem direitos humanos ou atentem contra a cidadania.

O deputado Orlando Fantazzini – foto – (PT-SP), presidente da CDH, apresentou a proposta a parlamentares, organizações da sociedade civil e entidades de classe. Fantazzini enfatizou que as empresas têm responsabilidade sobre a programação que apóiam por meio de suas verbas publicitárias.

A campanha consistiria no acompanhamento da programação de TV a fim de indicar programas que desrespeitem sistematicamente valores universais, convenções internacionais assinadas pelo Brasil, princípios constitucionais e legislação em vigor que protegem os direitos humanos e a cidadania. Esses programas seriam, então, relacionados em uma página própria na internet e em outros espaços de instituições parceiras.

Segundo os participantes da reunião, a campanha não tem o objetivo de censurar os meios de comunicação. "Trata-se do exercício de um direito da cidadania, que terá como referenciais exclusivos instrumentos jurídicos como convenções internacionais assinadas pelo Brasil, a nossa Constituição e a legislação vigente", declarou Fantazzini. ■

Comitê Interparlamentar em Buenos Aires

O Comitê Diretivo do Fórum Interparlamentar das Américas se reuniu em Buenos Aires na segunda semana de agosto. No encontro, os parlamentares do continente debateram a crise econômica da Argentina, Uruguai, e os ataques especulativos contra o Brasil, além da situação política da Venezuela e Colômbia, onde o novo presidente, Álvaro Uribe, lançou o programa para recrutar um milhão de informantes voluntários contra a guerrilha.

O deputado Luís Carlos Hauly (PSDB-PR) representou o Parlamento brasileiro. Ele informou que a partir de outubro será instalado o Parlamento Virtual das Américas, "possibilitando o intercâmbio dos congressistas do continente a qualquer momento". ■

Indenizações a desaparecidos

As famílias dos militantes políticos que desapareceram entre setembro de 1961 a outubro de 1988 ainda podem requerer indenização do governo. O projeto prorrogando o prazo para o pedido de indenização foi aprovado no Senado na primeira semana de agosto, durante o esforço concentrado do Congresso.

De acordo com o projeto aprovado, as famílias interessadas têm mais 120 dias para entrar com o requerimento pedindo a indenização. O novo texto do projeto também ampliou o período de direitos à indenização. Originalmente, só tinham direito ao benefício as famílias dos desaparecidos entre setembro de 1961 a agosto de 1979. Com a nova lei, o prazo se estende até outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. ■

Portos em debate

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados promoveu em agosto a conferência nacional sobre "Os Portos e o Desenvolvimento Regional". No debate, foram discutidas as fragilidades dos portos brasileiros, sua modernização, questão trabalhista dos portuários, além da política de financiamento e comércio exterior e as consequências da privatização.

A presidenta da subcomissão dos Portos na Câmara, deputada Telma de Souza (PT-SP), que organizou a conferência, disse que, "no Brasil, a questão portuária continua sendo uma das mais importantes no cenário nacional e internacional, especialmente neste momento, quando se discute a retomada do crescimento do país". ■



Imagem: www.ccodeba.com.br

Porto de Salvador (BA): um importante papel na economia nacional

Violência no campo

No dia 25 de agosto, Dia do Trabalhador Rural, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) lançou em Brasília a versão 2001 do caderno *Conflitos no campo*. O relatório retrata a situação do campo brasileiro, revelando seus conflitos e a violência decorrente deles. Desde 1985, a Pastoral publica *Conflitos no campo*, elaborado através de pesquisas primárias, feitas pelos agentes da CPT e, de forma secundária, através de dados coletados na imprensa.

O levantamento mostra que a situação no campo tem se tornado cada vez mais grave. Comparando os números de 2001 com os do ano anterior, houve um crescimento de 40% de assassinatos no campo e um aumento significativo de 519% do número de pessoas submetidas ao trabalho escravo. A Região Nordeste concentra 40% dos conflitos, 274 registrados. A seguir, vem a Região Norte, com 20,8% dos casos, 142 no total. Depois a Sudeste, com 109; Centro-Oeste, com 105, e a Sul com 52.

Segundo o relatório, o número de ocupações de terras diminuiu bruscamente. Foram 390 em 2000, caindo para 194, praticamente a metade. Contudo, os dados, que poderiam ser considerados positivos, são o resultado da criminalização das ocupações. A Medida Provisória 2.318 criminaliza a ocupação de terras, impe-



Integrantes do MST protestam, no Rio de Janeiro, pedindo mais rapidez na reforma agrária e o fim da impunidade nos assassinatos no campo

dendo a vistoria das áreas ocupadas, para fim de desapropriação, durante dois anos.

Este ano o *Conflitos no campo* foi reconhecido como uma publicação científica pelo Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT). A reiteração da credibilidade do relatório põe o governo federal em situação difícil, já que, segundo suas fontes, a violência no campo teria diminuído. Em meados do ano passado, o ex-ministro Raul Jungmann apontava como uma das grandes conquistas do programa oficial de reforma agrária a diminuição dos assassinatos no campo. ■

Encontrado mais trabalhadores escravos no Pará

Fiscais do Grupo Executivo de Repressão ao trabalho Forçado (Gertraf), do Ministério do Trabalho e Emprego, libertaram 38 trabalhadores que eram mantidos sob regime de escravidão na Fazenda Riqueza, em São Félix do Xingu, sul do Pará, a 950 quilômetros de Belém. De acordo com os agentes do governo, os responsáveis deverão pagar R\$ 73 mil de direitos trabalhistas aos peões que foram identificados num sobrevôo de helicóptero.

As terras com trabalho escravo, prática disseminada por todo o país, podem sofrer processo de expropriação, sem direito a indenização, e serem destinadas ao Programa Nacional de Reforma Agrária. O projeto, de autoria do deputado José Carlos Coutinho (PFL-RJ), encontra-se na pauta da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, com parecer favorável do deputado José Genoíno (PT-SP). ■

Sindicalista assassinado

O sindicalista Bartolomeu Moraes da Silva, conhecido como "Brasileiro", foi assassinado no final de julho em Vila Castelo dos Sonhos, oeste do Pará. Ele pertencia ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira, e ficou conhecido na região por defender ao posseiros que ocupavam uma área conhecida como "Big Vale", disputada por madeireiros e fazendeiros.

A deputada Maria do Carmo (PT-PA) declarou que o sindicalista já estava na lista dos líderes rurais ameaçados de morte, e que chegou a fazer a denúncia junto à Ouvidoria Agrária do Incra. A lista tinha sido divulgada por parlamentares do PT e pela própria Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetagri).

No início de agosto, representantes do Movimento Civil de Altamira estiveram reunidos com o governos paraense e federal para discutir um plano de segurança para as áreas rurais da região. O objetivo do encontro era prevenir crimes e violências ligados à grilagem de terras, como o assassinato de Brasília. Os manifestantes prometeram cobrar providências urgentes para aumentar a fiscalização das áreas de exploração madeireira, a punição dos pistoleiros e a demarcação de terras ocupadas por trabalhadores. ■

Denúncias sobre o Sivam

O governo inaugurou, no final de julho, o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) na cidade de Manaus, com o objetivo de monitorar, por meio de radares aerotransportados e sinais de satélites, a Amazônia brasileira, ampliando o controle militar, policial e ambiental da região. O processo de implementação do Sivam foi alvo de muitas críticas. O jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma série de reportagens acusando supostas irregularidades na concorrência para a construção do projeto. As denúncias foram baseadas em 400 documentos que o jornal obteve junto ao Departamento de Estado norte-americano.

Segundo essas informações, o atual chefe do estado-maior da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Marcos Antônio de Oliveira, favoreceu a companhia norte-americana Raytheon, a quarta maior fornecedora do Pentágono, na licitação do projeto. O militar também teria garantias do Eximbank (banco oficial dos Estados Unidos que financia as exportações do país) de que o Sivam seria utilizado no combate ao narcotráfico, excluindo qualquer uso militar do mesmo.

Desde o anúncio do projeto, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) expressou sua preocupação de que o Sivam poderia afetar negativamente os direitos e interesses dos povos indígenas e das populações ribeirinhas da Amazônia. O sistema foi concebido pelo viés da antiga doutrina militarista da Segurança Nacional, segundo a qual as populações indígenas que vivem nas fronteiras do país são considerados potenciais inimigos do Brasil. ■

Congresso sobre Educação

A Secretaria do Estado de Educação do Rio de Janeiro promoverá, entre os dias 21 e 23 de novembro, sua primeira conferência sobre educação pública. O encontro pretende fazer uma avaliação entre teoria e prática de ensino, assim como apresentar uma proposta de escola pública para o estado. Educadores e colégios interessados também poderão apresentar seus trabalhos na conferência.

Durante o mês de agosto, as Coordenarias Regionais promoveram pré-conferências por todo o estado, com o objetivo de elaborar propostas para a I Conferência de Educação. Foram organizados painéis, mesas-redondas e oficinas com discussões, principalmente sobre as formas de aprendizagem do aluno e o compromisso social do professor na escola pública. ■

Projeto para o futebol

O secretário-executivo do Ministério do Esporte e Turismo, José Luiz Portela, iniciou, no final de agosto, uma série de conversas com assessores dos candidatos à Presidência da República. O objetivo é assegurar a aprovação da Medida Provisória (MP) de moralização do futebol e a sua aplicação no ano que vem.

A MP, editada em junho, determinava que, a partir de sua publicação, todos os clubes deveriam transformar-se em empresas. A medida começou a ser discutida no início dos anos 90 com a criação da chamada Lei Zico. Já no governo Fernando Henrique, Pelé, como ministro dos Esportes, mudou a lei para o seu nome.

Em troca do apoio dos clubes e dirigentes à MP, o governo aprovou um pacote de medidas para melhorar a saúde financeira dos clubes de futebol. A principal delas é a criação de uma linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os clubes têm uma dívida de cerca de R\$ 350 milhões com a União, com dívidas trabalhistas, previdenciárias e com a Receita Federal.

Também foi anunciada a criação do Código de Defesa do Torcedor, que prevê, entre outras coisas, o cargo de *ombudsman* nos campeonatos de futebol, o fim dos convites para a participação de clubes em competições oficiais e a manutenção do regulamento e do calendário das competições por dois anos. ■

UFF discute educação

Entre os dias 4 e 8 de novembro, a Universidade Federal Fluminense (UFF) promoverá a sua VII Semana de Extensão, cujo tema será "Educação — que país é este?". No seminário serão discutidas propostas para o aprimoramento do setor de educação no Brasil, através de eixos como cultura, meio ambiente, comunicação e direitos humanos.

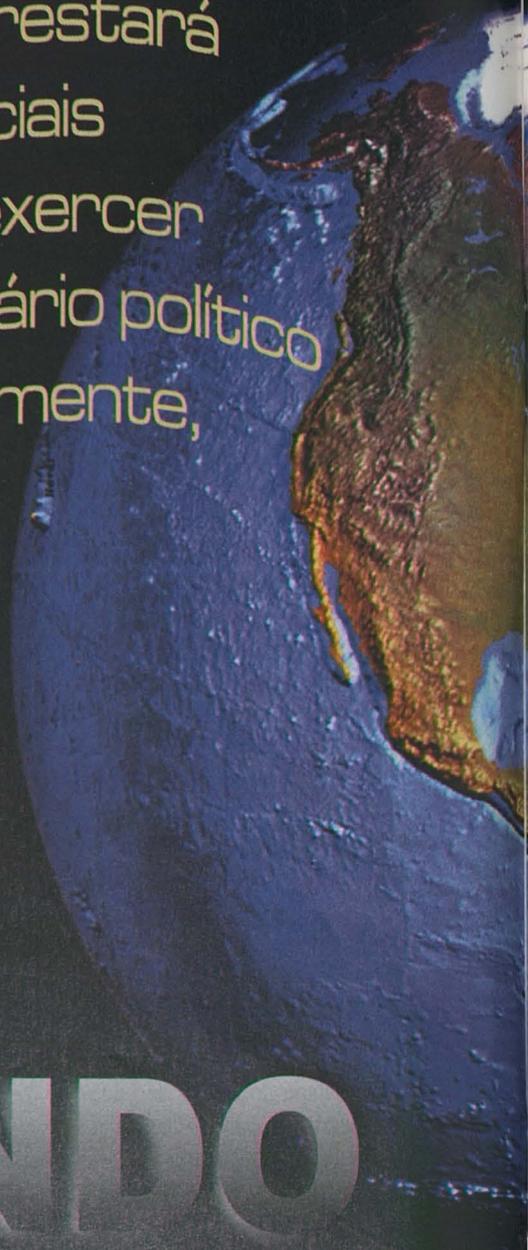
A palestra de abertura será com Maria Victoria Benevides, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorada em Teoria Política Contemporânea. O evento, apoiado pela Ediuff, editora da universidade, ainda terá a apresentação de vídeos e exposições, distribuídas pelos diversos *campi* da universidade. ■

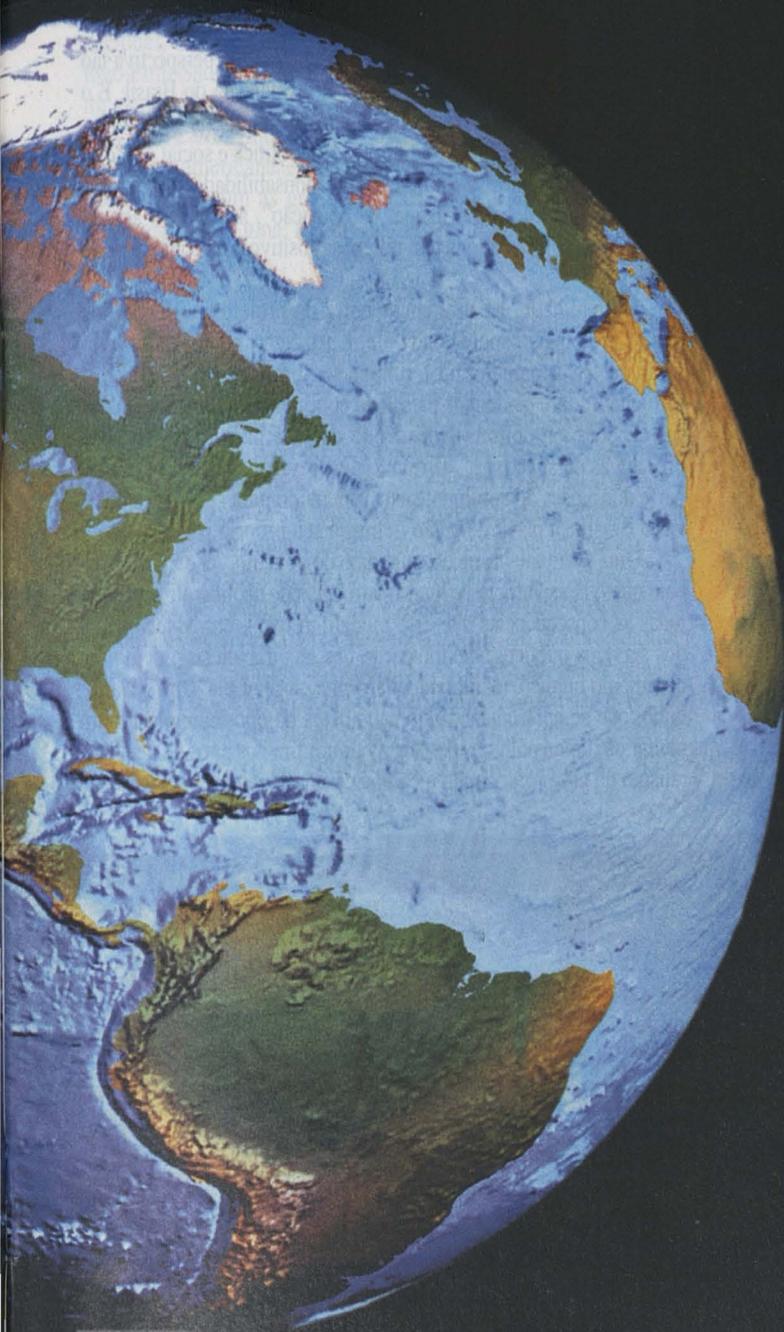
Fotos: Cedoc
Ilustração: Jeferson T. Barros
Arte: Mauro C. Alvarenga

Em outubro, o mundo inteiro prestará atenção nas eleições presidenciais no Brasil, cujo resultado deve exercer influência determinante no cenário político internacional e, mais especificamente, latino-americano

Alvaro Neiva

O MUNDO DE OLHO NO





COMO NÃO
PODERIA
DEIXAR DE
SER, O
BRASIL

ESTÁ TODO MOBILIZADO, CHEIO DE EXPECTATIVAS PARA AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS, que acontecem em 6 e 27 de outubro próximo (primeiro e segundo turnos). O fato novo é que as eleições brasileiras vêm despertando atenção mundo afora. Em um momento no qual o cenário internacional passa por transformações acentuadas, o Brasil tem tudo para exercer influência política decisiva sobre os demais países latino-americanos e redefinir a sua inserção internacional.

BRASIL



América Latina vive momentos complexos. E particularmente isto é verdadeiro para os vizinhos do Brasil: Uruguai, Argentina, Paraguai, Peru, Colômbia, Equador e Venezuela passam por crises econômicas, sociais e políticas. Em alguns desses países, até mesmo as instituições políticas viram-se ameaçadas pela crise. René Dreyfuss (foto ao lado), cientista político e professor da Universidade Federal Fluminense, acredita que a situação delicada, com perspectivas preocupantes, que vive a América do Sul é fruto de uma herança trágica, de décadas de problemas. A explosiva situação social e a fragilidade política que provoca fazem com que para muitos, o futuro da região em muito dependa do que venha a acontecer no Brasil. “Outras eleições sul-americanas dependem do resultado da eleição brasileira, que poderá colocar no governo uma equipe com uma proposta séria, que faça com que comecem a ser visualizadas soluções para os principais problemas do país”, diz o cientista político.



Foto: Léo Dresch

Nesse sentido, Sônia de Camargo, especialista em relações internacionais e professora da PUC/RJ, acredita que o próximo governo enfrentará dois grandes desafios: a mudança e a governabilidade. Na sua opinião, a construção de uma governabilidade que permita manter a estabilidade política, garantindo a realização das mudanças necessárias para o país será o primeiro desafio a ser enfrentado pela nova equipe. O caso argentino, adverte a professora, serve para mostrar como a situação financeira pode gerar uma instabilidade política e institucional. Sônia de Camargo acredita que um colapso no Brasil seria ainda mais grave, pois poderia levar to-

da a América Latina pelo mesmo caminho. E, segundo ela, mesmo o candidato governista deve ter compromisso com as mudanças, pois “a opinião pública sente essa necessidade”.

Segundo Sônia de Camargo, nunca houve uma perspectiva tão real de um partido de esquerda chegar à Presidência do Brasil. E o mais importante: isso não está impedindo que o período eleitoral seja tranquilo, nem está perturbando a ordem política e social. “Isso se deve, em grande parte, à confiança na responsabilidade do principal partido de situação e o principal de oposição”, afirma. De acordo com a professora, só isso já tem reflexos (positivos) na conjuntura da região.

Na realidade, há diferenças entre os projetos políticos dos quatro principais candidatos (Lula, Ciro, Serra e Garotinho) que serão decisivas para definir o rumo a ser tomado pelo Brasil, com influência sobre os demais países do continente. “O resultado dessas eleições vai definir, dependendo de cada país, um novo quadro, novas perspectivas”, afirma René Dreyfuss. Segundo ele, boa parte dos países do continente está esperando para saber para onde vai o Brasil e a partir de então definir o seu próprio rumo.

Uma eventual vitória do candidato do governo, José Serra, faria com que o Brasil atravessasse mais quatro anos de neoliberalismo, com todas as conseqüências que esse modelo trouxe – enfraquecimento dos serviços públicos, flexibilização das leis trabalhistas, perda do patrimônio público, maior endividamento, etc. Já Lula, Ciro e Garotinho, que se apresentam como candidatos de oposição, prometem mudar os rumos políticos do país e pôr um fim aos anos de neoliberalismo no país, priorizando o combate às desigualdades sociais.

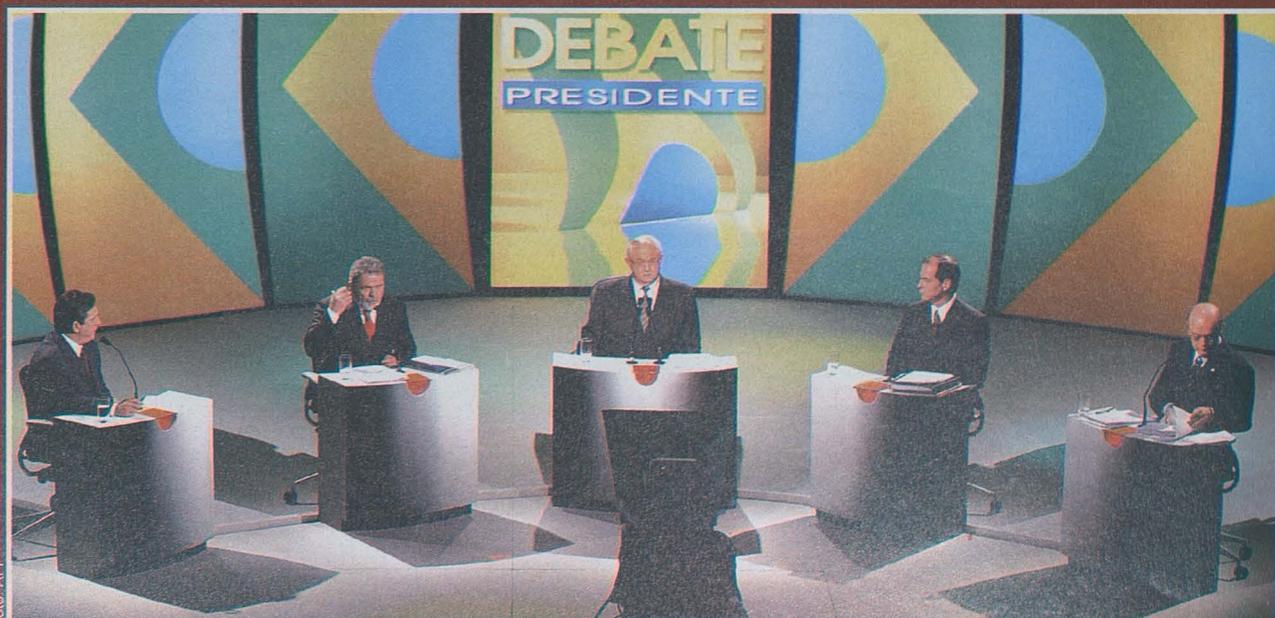


Foto: AFP

Garotinho, Lula, Ciro e Serra, em recente debate na televisão. O futuro presidente terá nas mãos a possibilidade de levar o país a uma inserção soberana no cenário mundial, diminuindo a dependência externa e tentando assumir um papel de protagonista na ordem global

“A vitória de um candidato governista ou falsamente oposicionista significará que o Brasil continuará com uma economia fragilizada e endividada, e que seguiríamos sem ter política internacional, cada vez mais passivos e globalizados”, afirma o sociólogo Emir Sader. “Por outro lado, a vitória de um candidato opositor pode significar uma reinserção internacional do Brasil, com uma política de alianças diversificada, na perspectiva de integração latino-americana. Ao mesmo tempo, possibilitaria uma maior aproximação com as grandes nações do Sul do planeta – como, por exemplo, a China, a Índia e a África do Sul”, acrescenta o sociólogo.

Certamente, as propostas de política externa dos candidatos, mais especificamente a questão relativa à integração regional, apresentam diferenças bastante importantes. Mesmo enfrentando uma situação delicada em função da crise que se alastra pela Argentina e o Uruguai, o Mercosul é visto como um instrumento válido por todos os candidatos – pelo menos, todos eles prometem mantê-lo e, inclusive, trabalhar para fortalecê-lo. Só José Serra afirmou que bastava ser uma área de livre comércio, abrindo mão de outros aspectos que aprofundam o processo de integração.

Sobre as negociações em torno da criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), as posições são mais discretas. Os candidatos mostram alguns questionamentos, no entanto admitem que prosseguiriam com as negociações. A exceção talvez seja Lula, que critica o acordo de forma mais dura. “A Alca não é política de integração, e sim de anexação dos Estados Unidos. Se eu for presidente, o Brasil não será anexado”, afirma Lula.

Posicionamento dos EUA

Para os Estados Unidos, principalmente por causa da Alca, é vital o resultado dessas eleições. As negociações a respeito do acordo são feitas a toque de caixa, para que entre em vigor até 2005. De todos os presidentes latino-americanos convidados a debater a proposta (Cuba é o único país do continente que sequer participa das negociações), apenas um – o venezuelano Hugo Chávez – levantou dúvidas sobre o processo, e a pressa em concluí-lo (ver matéria “As lições do frustrado golpe de Estado”, **cadernos** 242). Se o Brasil eleger um presidente contrário à Alca, os planos norte-americanos podem ficar comprometidos. Não só o Brasil é um dos maiores mercados a serem explorados pelas corporações norte-americanas como uma negativa do nosso país em apoiar a iniciativa norte-americana e uma eventual aliança com a Venezuela, poderia influenciar outros países sul-americanos a rejeitar a proposta.

Em julho, o secretário-adjunto de Estado norte-americano para a América Latina, Otto Juan Reich, deu declarações sobre as eleições brasileira e argentina (que deve se realizar em março de 2003). Afirmando que não tem nenhum candidato preferencial, ele apontou o perfil que os Estados Unidos esperam dos futuros presidentes. “Gostaríamos de ver líderes que acreditam em democracia política e econômica, que sejam amigos dos Estados Unidos, que não interfiram nos assuntos de seus vizinhos, que não façam guerras e que não abriguem nem treinem terroristas”, afirmou.

É interessante notar que, apesar da declarada neutralidade, Reich, a principal autoridade norte-americana para a América Latina, deixa



Foto: AFP

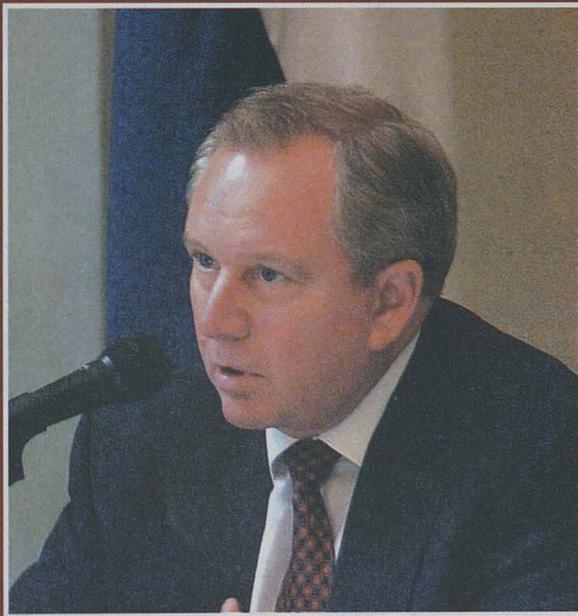


Foto: AFP

O presidente venezuelano Hugo Chávez (esq.) é hoje um dos maiores críticos da política norte-americana na América Latina. O secretário-adjunto de Estado norte-americano para a América Latina, Otto Reich (dir.) disse que gostaria de ver na Presidência do Brasil um ‘amigo dos EUA’

Uma pauta internacional

A imprensa internacional já percebeu a importância das eleições brasileiras para o cenário internacional, e isso fica evidenciado pelo papel de destaque que a consulta vem ocupando em importantes veículos.

A revista norte-americana Time publicou em sua edição de 11 de agosto uma matéria intitulada "O continente perdido de Bush", comentando a conturbada situação política e econômica na América Latina, com destaque especial para as eleições no país. A matéria da Time, a mais vendida revista semanal do mundo, explica as razões da falta de compromisso do governo Bush com a América Latina, evidenciando o fracasso das políticas neoliberais.

"Apesar das promessas róseas de que a abertura dos mercados e a austeridade orçamentária melhorariam as condições de vida, uma parcela cada vez maior dos 500 milhões

de habitantes da região está enclacrada na pobreza", afirma a matéria, escrita por Tim Padgett e Andrew Downie. "A consequência pode ser sentida na ascensão de políticos de esquerda que acenam com a amenização da impiedade do mercado por meio de medidas de proteção para os trabalhadores e os pobres", apontaram, justificando a primeira colocação de Lula nas pesquisas. Segundo declaração do professor Terry Karl, da Universidade de Stanford, "o Consenso de Washington aprofundou a concentração de renda e de poder, numa região que já sofre com a pior desigualdade do mundo".

A tradicional revista progressista The Nation, de Nova Iorque, publicou um artigo com a manchete: "Brasil, a mais importante eleição de 2002 para os progressistas", de autoria de Steve Cobble. "A eleição mais importante

deste outono para aqueles que se preocupam com a crescente brecha entre ricos e pobres, para aqueles que se opõem aos incontroláveis negócios das corporações, é a eleição presidencial de 6 de outubro no Brasil", afirma Cobble.

O jornalista chama a atenção para a possibilidade de intervenção externa, como "a utilização dos mecanismos financeiros para prejudicar Lula, um discurso de George W. Bush sobre liberdade e democracia, apontando qual seria o melhor líder para o país, ou a Dotação Nacional pela Democracia (NED, na sigla em inglês), direcionando dinheiro público para subverter processos políticos justos e democráticos em outros países, como ocorreu recentemente na Venezuela".

Segundo Cobble, as forças progressistas norte-americanas têm que se esforçar para evitar e, caso seja impossível, denunciar uma possível influência do governo norte-americano no processo político brasileiro.



Na Argentina, a crise econômica comprometeu a governabilidade. Em meio a graves distúrbios, o então presidente De la Rúa decretou estado de sítio, mas não resistiu e acabou renunciando, em dezembro de 2001. Nas semanas seguintes, o país teve quatro presidentes diferentes

transparecer que os Estados Unidos pretendem contar com governos aliados a seus interesses na região. Colaborar com o Plano Colômbia; ajudar a combater não só os grupos guerrilheiros colombianos, mas também outros movimentos políticos e sociais do continente, como o MST; confirmar a cessão da Base de Lançamentos Espaciais de Alcântara, no Maranhão, são alguns dos gestos que eles parecem esperar do futuro governo brasileiro. Com certeza temem que o novo presidente possa assumir, como Hugo Chávez na Venezuela, a bandeira da defesa da soberania nacional e do desenvolvimento autônomo dos países latino-americanos. Um cenário como esse seria, segundo os especialistas, uma dor de cabeça para a administração de George W. Bush.

Reestruturação da ordem global

O resultado das eleições brasileiras pode ter um papel decisivo na reestruturação da ordem global, na opinião de Emir Sader, para quem, “desde o ano passado a situação internacional entrou numa zona de turbulência”. Nesse sentido, René Dreyfuss explica que, dos quase 200 países do planeta, cerca de 25 atuam, de forma interligada, como sistemas de ponta, com o apoio de outros 20 países. Os outros, mais de uma centena, apresentam um quadro socioeconômico desolador e não têm protagonismo internacional.

Segundo o cientista político, os próximos 20 anos vão definir, nos planos político, militar, da produção, do desenvolvimento tecnológico, das projeções culturais, aqueles que serão os condutores do processo e de que forma esse processo será levado adiante ao longo do século XXI. “Nesse processo, o Brasil está buscando um lugar para si próprio, antes que fique reduzido por um tempo mar-

cante a uma condição como a atual, perdendo uma importante batalha, a de se acoplar à liderança do processo”, afirma Dreyfuss.

Para consolidar-se como uma força na nova ordem global, seria importante para o Brasil ter como aliados seus vizinhos sul-americanos. Na opinião de Dreyfuss, houve uma oportunidade – que foi desperdiçada – de integrar os países do Mercosul e da Comunidade Andina, visando a um processo de continentalização sul-americana. “Apesar de isso levar tempo, já seria possível começar a visualizar esse grupo como um importante ator no quadro global”, afirma. Embora uma série de oportunidades tenham sido perdidas, Dreyfuss acredita que ainda é possível iniciar um processo desse tipo.

“Para isso, seria necessário estar atento a algumas questões fundamentais, como lidar com os interesses criados nos diversos outros espaços, e compreender a fraqueza de muitas dessas estruturas que estão nascendo hoje ou sendo reformuladas. Certamente significaria também pensar os sonhos e desejos de países como a China e a Índia”, prossegue Dreyfuss.

O futuro governo brasileiro deve realizar um esforço de planejamento para visualizar o estágio em que pode começar a participar mais ativamente do amplo processo global. “Os norte-americanos conseguiram fazer isso no século XIX, junto com os alemães. E os chineses vêm atuando nessa direção ao longo dos últimos 40 anos”, diz Dreyfuss. Na sua opinião, nós vivemos pelo menos os últimos 30 anos marcados por desacertos, gastos gigantescos e equivocados de recursos humanos e materiais. “O Brasil tem os próximos 20 anos para fazer alguma coisa com relação à sua base de construção”, afirma. De acordo com o resultado das eleições, a mudança de rumo já pode começar nos próximos quatro anos. ■



Na 2ª Reunião de Presidentes da América do Sul, foram feitas várias críticas à Alca, inclusive pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, no final da cúpula, a possibilidade de uma maior integração sul-americana novamente foi adiada



Crise artificial

Empresariado acredita que o presidente que for eleito pode reverter a crise econômica apostando na geração de empregos, na diversificação do setor produtivo e na incrementação das exportações

Leonardo Zanelli

APOSTAR NA GERAÇÃO DE EMPREGOS, NA DIVERSIFICAÇÃO DO SETOR PRODUTIVO E INCREMENTAR AS EXPORTAÇÕES. Estas são as três metas básicas apontadas pelo setor empresarial para o Brasil sair da grave crise econômica que, segundo os empresários, é incrementada e sustentada pelos especuladores internacionais e empresas estrangeiras que, também passando por crises em seus países, vêm procurar capital no mercado brasileiro.

Para o presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Oded Grajew, esta é a pior crise que o Brasil já teve. "O país se tornou muito vulnerável e perdeu boa parte de sua soberania. Com isso, perde a possibilidade de cuidar do seu

destino. A gente está pedindo ajuda ao FMI, ao secretário do Tesouro dos Estados Unidos e fica dependendo da boa vontade deles. Se eles dizem que vão ajudar, o mercado se acalma, o dólar cai. Se eles dizem que não vão ajudar, o dólar dispara e a crise aumenta. Ou seja, o Brasil perdeu boa parte da sua soberania e se endividou tanto que precisa do dinheiro dos outros para pagar suas dívidas. E isso é terrível", diz Grajew.

O deputado Carlos Eduardo Moreira Ferreira (PFL-SP), presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), também critica os especuladores financeiros internacionais. Segundo Moreira Ferreira, esta turbulência internacional com o Brasil não tem fundamento, já que a economia nacional está apresentando avanços nos últimos anos. "A inflação não sinaliza alta, as exporta-

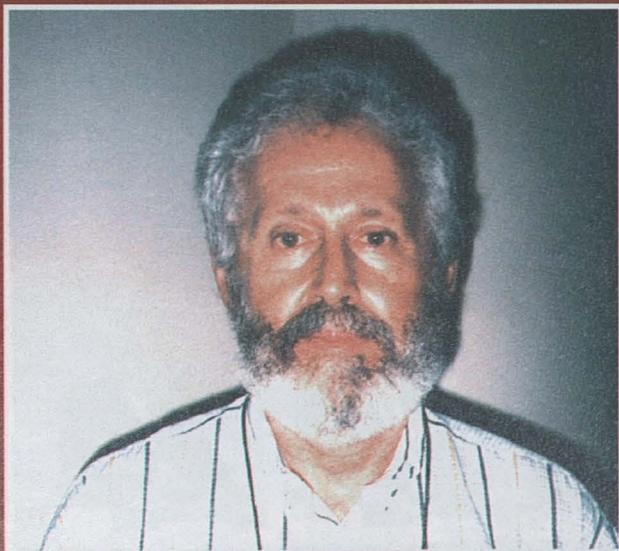


Foto: Beatriz Blásio

Oded Grajew: 'O país perdeu boa parte de sua soberania. Com isso, perde também a possibilidade de cuidar do seu destino'

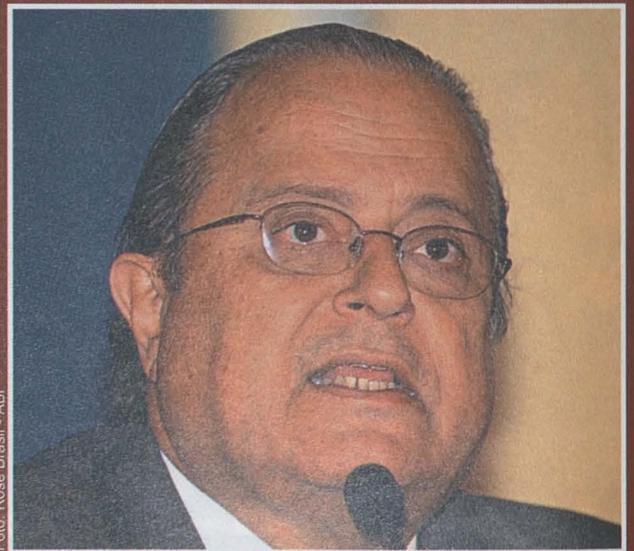


Foto: Rose Brasil - ABr

Moreira Ferreira: 'As exportações estão crescendo e o fluxo de investimentos externos continua. A crise é artificial'

ções estão crescendo e o fluxo de investimentos externos continua. Incerteza até poderia haver, mas não em função do processo eleitoral, que demonstra que nossa democracia está consolidada. Os candidatos têm propostas que apontam para um equilíbrio da economia. Esta crise é artificial.”

Tanto Grajew como Moreira Ferreira são unânimes em afirmar que a saída para o país está no crescimento da indústria, na diversificação dos setores de produção e na exportação. A mesma idéia está no documento *O Brasil de todos nós*, elaborado pela Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp), que foi apresentado aos quatro principais candidatos à Presidência e está sendo discutido com setores da sociedade. Para o empresariado, com estas medidas, o Brasil poderá atingir um superávit comercial nos próximos anos e atingir níveis relevantes de crescimento, independente das novas crises que possam vir a afetar o mercado econômico internacional.

“Estas medidas incentivam o crescimento do setor produtivo e revertem a situação de submissão em que o país se encontra. Quanto mais dependemos dos outros países, mais a crise aumenta. Se o outro tem problemas, ele não vai ligar para a situação do nosso país e, sim, tentar resolver por aqui, ganhando capital em cima de nossa economia. Daí o crédito fica difícil e os juros sobem, porque eles têm de tirar dinheiro para cobrir seus rombos”, afirma o presidente do Instituto Ethos.

Segundo os empresários, tanto a diversificação dos setores de produção - que aumentaria as ofertas de emprego e o poder aquisitivo do trabalhador - como o aumento das exportações, que garantiria a entrada de dólares no mercado brasileiro, seriam im-

portantes para a economia nacional. Ambas dariam maior autonomia ao Brasil na hora de negociar com os outros países.

Sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a Fiesp apresentou, recentemente, um estudo revelando que o bloco econômico traz mais riscos do que oportunidades para o Brasil. De acordo com o estudo, o país entraria em desvantagem na negociação com as nações que formarão a Alca por causa da falta de financiamento às exportações e por ter uma carga tributária elevada e os piores índices de infra-estrutura e tecnologia. Isto sem contar que o Brasil exportaria mais produtos com demanda em queda no mercado internacional. Ainda segundo os dados levantados pela Fiesp, com base no ano de 1999, o déficit comercial do país passaria de US\$ 2,035 bilhões para US\$ 4,260 bilhões, o que representaria uma perda de US\$ 2,225 bilhões por ano. Pelos cálculos do estudo, os Estados Unidos teriam um acréscimo de US\$ 2,6 bilhões à sua balança comercial anual, e o México perderia algo em torno de US\$ 600 milhões por ano.

Sucessão presidencial

Os presidentes das principais entidades de empresários do país elogiam muitos pontos dos programas de governo dos quatro candidatos, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Ciro Gomes (PPS), José Serra (PSDB) e Anthony Garotinho (PSB). Para o setor, é bom que os quatro acenem com propostas de investir no mercado interno, na geração de empregos e no crescimento da exportação. No entanto, a maioria dos representantes de entidades empresariais prefere não declarar, publicamente, sua opção eleitoral.

“Aposto que qualquer dos quatro postulantes à Presidência da República seguirá, depois de eleito, pelo caminho das mudanças incrementadas na economia, tomando por base o que já foi construído no país”, afirma o presidente da Fiesp, Horácio Lafer Piva.

Assim como Piva, Moreira Ferreira prefere não apontar seu candidato preferido. “O processo eleitoral deveria ser visto como um pilar, não só da estabilidade política, como também da estabilidade econômica. Acredito que governo e sociedade conseguirão acalmar o mercado. Teremos as eleições e, vença quem vencer, o país deverá perseguir o rumo do crescimento e da justiça social.”

Um dos poucos a declarar seu voto foi Oded Grajew. O presidente do Instituto Ethos organizou, junto com um grupo de cem empresários, um abaixo-assinado de apoio à candidatura de Lula. “O programa do Lula preconiza a mudança do modelo e a soberania em relação aos outros países”, justifica. ■



Foto: Eliza Fluzza/ABR

Lafer Piva aposta que o futuro presidente fará as mudanças necessárias na economia do país, tomando por base o que já foi construído



Bispos combatem corrupção eleitoral

Comissão Brasileira de Justiça e Paz, em parceria com organizações da sociedade civil, organiza campanha de conscientização sobre a importância do voto honesto

Tais Sena Schettino

CRIADA EM 1972, COMO ÓRGÃO SUBSIDIÁRIO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, a Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP) vem se engajando, nos últimos anos, em uma difícil mas importante tarefa: a luta contra a corrupção. “Com a apropriação de recursos públicos para fins privados, a corrupção dificulta o enfrentamento dos problemas sociais”, afirma Francisco Whitaker, secretário-executivo da CBJP, argumentando que enfrentar a corrupção é um dever de cidadania que busca mobilizar todos os brasileiros. “A corrupção eleitoral tem um aspecto

ainda mais perverso: para o político que se elege comprando os votos de pessoas carentes, é necessário que sempre existam pessoas carentes, no maior número possível, ou seja, que as mazelas sociais continuem sem solução”, reflete.

Segundo ele, a atuação da entidade no combate à corrupção decorreu da Campanha da Fraternidade de 1996, que teve como tema Fraternidade e Política. “A Comissão, inserida na reflexão que as Campanhas da Fraternidade procuram estimular em torno de cada um dos seus temas, considerou que a corrupção eleitoral era a responsável por enormes distorções dos nossos processos eleitorais, que são o nervo da democracia”, explica Whitaker. Na sua opinião, a compra de votos de eleitores carentes é determinante em nossos resultados eleitorais, uma vez que no Brasil essa prática é inteiramente disseminada.

A Comissão tem atuado em parceria com sessenta entidades da sociedade civil para combater a corrupção eleitoral. A ação se dá em duas frentes: a mudança na legislação eleitoral e campanhas de conscientização. A Comissão patrocinou, juntamente com 60 entidades da sociedade civil, o lançamento de uma Iniciativa Popular de Lei, que exigia um milhão de assinaturas de eleitores para que fosse levado ao Congresso Nacional um projeto de lei visando à mudança legislativa necessária. As assinaturas foram obtidas, o que levou à aprovação em prazo recorde da Lei 9.840/99, já aplicada nas eleições de 2000.

Agora, as entidades criaram um Movimento de combate à corrupção eleitoral, com um comitê nacional, comitês estaduais e comitês locais, voltados para a fiscalização da aplicação da Lei 9.840 e para o trabalho educativo que deve acompanhar essa fiscalização. Esta campanha já conta com o significativo apoio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Na avaliação de Whitaker, a lei já foi importante nas eleições municipais de 2000, inibindo a compra de votos. “Mas é nesta eleição de 2002 que a lei poderá mostrar toda a sua importância no esforço cívico pela legitimidade das nossas eleições e pela consolidação de uma verdadeira democracia em nosso país”, espera o secretário-executivo da CBJP. ■

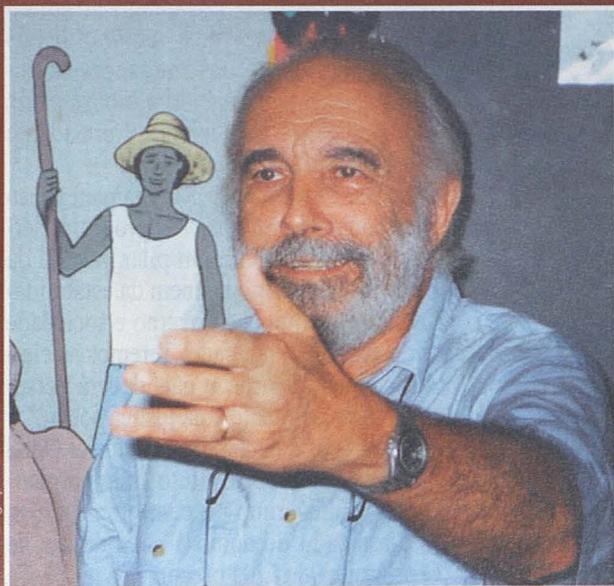


Foto: Divulgação

Segundo Francisco Whitaker, a luta contra a corrupção deveria envolver todos os cidadãos e organizações do país

Testemunhos de guerra

Camponeses da região do Araguaia guardam na memória convivência com guerrilheiros e a repressão praticada pelas Forças Armadas

Memélia Moreira

ELES ERAM HOMENS SIMPLES, POUCOS SABIAM LER E APORTARAM EM SÃO GERALDO, distrito de Conceição do Araguaia, depois de expulsos dos latifúndios do Maranhão, Goiás, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia e do sul do país. Formaram suas comunidades, fugiam dos índios caiapós e foram testemunhas de uma guerra na qual se envolveram ajudando aquelas 66 pessoas que um dia chegaram à beira do rio Araguaia para instalar acampamentos nas matas e combater a ditadura militar brasileira. Os lavradores do sul do Pará conviveram com os guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e ainda lembram daquela época, que passou a ser conhecida pela História local pelo nome de “tempo de agonia”.

Foram menos de dez anos de convivência, mas os detalhes ainda estão vivos na memória dos camponeses. E eles se lembram, principalmente, das dores das torturas que lhes foi infligida pelo Exército quando os militares descobriam que um ou outro camponês havia socorrido os guerrilheiros com um pouco de comida, sal, açúcar.

Itaipavas, Luzilândia, Caianos, Pau Preto, Perdidos, Sobra de Terra, Pará de Lama, a geografia dos guerrilheiros se estendeu por toda esta região do baixo Araguaia, onde Pará e Tocantins estão separados pelo grande rio que corre até o Maranhão. Do lado paraense, a cidade de São Geraldo do Araguaia, na outra margem, Xambioá, que no tempo da agonia ainda era município do estado de Goiás.

Foi na outra margem do rio, em Xambioá, que o Exército montou uma de suas unidades de operação. Para lá eram

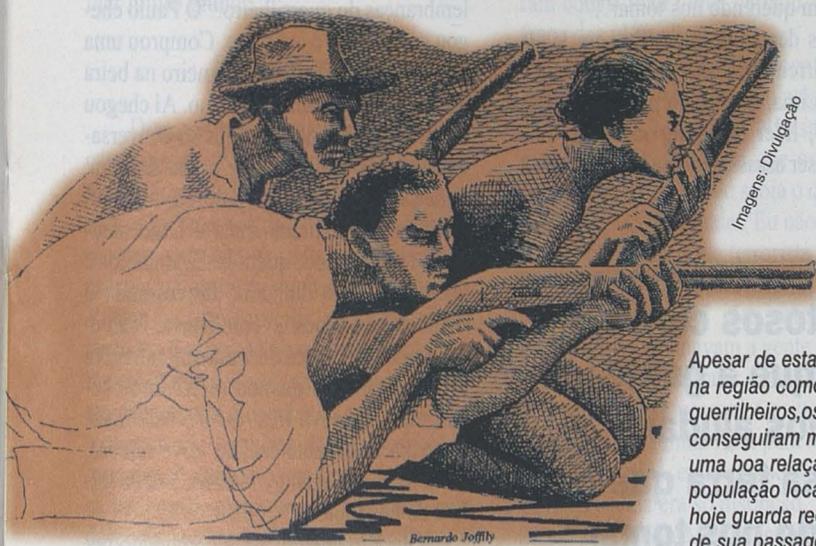
levados os camponeses que conheciam os guerrilheiros. Lá foram torturados pelos “doutores da mata”, nome pelo qual chamavam os oficiais encarregados de torturá-los.

Um dos camponeses enlouqueceu e nunca mais conseguiu trabalhar na terra. Vagueia pelas comunidades contando seus horrores, murmurando seus medos. Outros, carregam suas cicatrizes pelo corpo. A maioria, ainda hoje, corre para dentro de casa quando ouve barulho de helicóptero. Xambioá ficou conhecida em todo o Brasil e passou a ser sinônimo da guerrilha do Araguaia. São Geraldo, desconhecida da maioria dos brasileiros e local escolhido pelo PCdB para base de operações, não esquece o que aconteceu e agora vai inaugurar o monumento para aqueles homens e mulheres que um dia tentaram transformar a História do Brasil.

O regatão

O primeiro a chegar foi Paulo Rodrigues, pronto para instalar as bases dos futuros acampamentos guerrilheiros. Depois vieram Dina, Osvaldão, o velho Amaro, que se apaixonou por uma moça da região e foi expulso da guerrilha porque a disciplina interna não lhes permitia amores que poderiam pôr em risco toda a operação que estavam montando.

Paulo Rodrigues se apresentou a Pedro Barreira, famoso em São Geraldo porque construía os melhores barcos do baixo Araguaia, dizendo que era comerciante e queria um barco porque ia virar regatão. Estava disposto a subir e descer o rio vendendo tecidos, enlatados e toda a



Apesar de estarem na região como guerrilheiros, os militantes conseguiram manter uma boa relação com a população local, que até hoje guarda recordações de sua passagem por lá

Imagens: Divulgação

Bernardo Jeffily

mercadoria que até hoje ainda falta em São Geraldo.

“O doutor Paulo Rodrigues chegou me pedindo para fazer um barco. Era por volta de 1970 e quem não tinha barco naquela época não andava. Eu me lembro bem que ele queria um barco de três toneladas. Ele pagou direitinho e eu quase não me encontrava com ele. Depois, o Osvaldão chegou querendo comprar uma fazenda em Itaipavas. Até comprou. E eu conheci depois o Jorge”, contou Pedro Barreira.

Pedro Barreira não conhece os nomes reais dos guerrilheiros. Apenas os codinomes. E gostava do doutor Juca. “Ele fez muito parto aqui na região. Era médico e dos bons. Não cobrava nada. Dizia que era obrigação dele. Se tinham convicção lá do partido deles, a gente nunca ficou sabendo porque eles não pregavam nenhuma palavra”.

Procurado pelos militares, Pedro Barreira escapou das torturas físicas, mas diz que foi “humilhado pelas palavras. Eles diziam que iam me dar dor de cabeça se eu não falasse, mas eu não sabia falar o que eles queriam. Passei muito apuro, até as Forças Armadas descobrirem que fazer barco era meu ofício”.

Dos combates, ele se lembra de que “muitos soldados se matavam uns aos outros e, na primeira entrada dos soldados na mata, o Osvaldão matou um capitão e um soldado na Gameleira. Os próprios homens do Exército diziam aqui que o Osvaldão era um homem muito corajoso, mas eu mesmo não sei se ele tinha



A historiografia oficial deu pouco destaque para os 30 anos da Guerrilha do Araguaia

alguma intenção contra o governo. O Exército dizia que eles eram estrangeiros, que vinham de Cuba, diziam que eles comiam o fígado das criancinhas e tomavam nossas mulheres, mas isso era uma mentira porque eles eram muito respeitosos com a comunidade. Depois, quando descobriram os documentos deles enterrados, a gente mesmo viu que era mentira. Que eles eram todos brasileiros. E bem depois é que a gente viu que eles queriam era nos ajudar, ajudar a gente a ganhar essa terra que os fazendeiros viviam querendo nos tomar”.

Anos depois da guerrilha, em 1980, Pedro Barreira viu seu genro, Raimundo Ferreira Lima, conhecido pelo apelido de “Gringo”, líder dos camponeses de São Geraldo, ser assassinado na luta pela terra.

“Eles eram muito respeitosos com a comunidade. Bem depois é que a gente viu que eles queriam era nos ajudar, ajudar a gente a ganhar essa terra que os fazendeiros viviam querendo nos tomar”

Mesmo sem nunca ter ouvido qualquer discurso político dos guerrilheiros, ele, aos 70 anos, chegou à conclusão de que “aquele pessoal que o Exército chamava de terrorista queria era um bem para nós, porque Gringo, que lutou para que a terra não fosse tomada, foi matado por gente ligada ao Curió. Agora a gente sabe que o Curió é que era terrorista”.

Curió é o apelido do coronel Sebastião Rodrigues de Moura, mais conhecido como “Major Curió”, que depois da guerrilha cumpriu algumas missões nos conflitos de terra, assumiu o comando do garimpo de Serra Pelada e foi eleito deputado federal pelo Pará, encerrando sua carreira política quando foi derrotado nas eleições de 1989. Era uma dos mais temidos “doutores da mata”. Capitão do Exército na época dos combates, ele chegou ao Araguaia sob o codinome de “doutor Marco Antonio Lucchini”. E até hoje se recusa a contar a história das matas do Araguaia, onde chegou a comandar vários soldados na caça aos guerrilheiros. Pedro Barreira enfrentou Curió muitas vezes e jamais o perdoou, depois do assassinato de seu genro.

Morador de Perdidos, o pernambucano Otacílio Reis de Oliveira foi vizinho de Paulo Rodrigues e também guarda boas lembranças do guerrilheiro. “O Paulo chegou com o Juca e o Amaro. Comprou uma terra do Fernando Preto, primeiro na beira do Araguaia, depois do Caiano. Aí chegou a Dina mais o Antonio. Eles só conversavam sobre o problema de posse da terra, nunca conversaram de política, mas entendiam de medicina. Juca e Dino atendiam todo mundo, quem tinha dinheiro e quem não tinha dinheiro, atravessando o rio, atendendo mesmo com chuva. Era um pessoal bom. Nunca destrataavam ninguém e eu me espantei quando o Exército chegou aqui. Passava três, quatro batalhões. Teve dia de a gente escutar nove rajadas, tanto de baixo, quanto de cima. Era da terra e do helicóptero.”

Otacílio chegou a ser convidado pe-

“Eles disseram que os médicos eram terroristas. Eu não sabia o que era isso e nem pude responder. Só sei que terrorista não pode ser gente boba, porque eles entendiam de muita coisa”

lo Exército para mostrar onde se escondiam os guerrilheiros, mas não deu atenção e foi uma das últimas pessoas a ver o guerrilheiro Juca antes de sua morte. “Ele passou na casa de minha sogra antes de morrer. Estava com a perna baleada. O bate-pau (guia do Exército na busca de guerrilheiros) que encontrou o Juca foi o finado João Nego. Eram importantes, vestiam a mesma roupa da Federal (Polícia Federal) e outros bate-pau ganharam terra aqui mesmo. Uns viraram pistoleiros. A maioria deles morreu. Vivo mesmo, só tem o João Borges e o Raimundo Silva, que agora está morando para as bandas do Xingu”, contou Otacílio que admirava muito a guerrilheira Dina. “Ela era corajosa. O pessoal do Exército dizia que ela tinha estudado para matar até 500 homens de uma vez. A Federal tinha muito medo dela que nem era uma mulher muito grande.”

Comadre

Dina se tornou um mito entre os camponeses. Poucos acreditam que ela tenha morrido. Muitos se tornaram comadres e comadres da guerrilheira e ainda esperam que alguns voltem porque “eles escaparam antes da agonia”. Nascido em Vitória do Alto Parnaíba, no Maranhão, o lavrador Raimundo Ferreira de Souza antes de conhecer os guerrilheiros pegou em armas para enfrentar os jagunços que tentavam lhe expulsar de seu pedaço de terra em Perdidos. Participou de emboscadas contra pistoleiros e foi preso por defender sua terra. Compadre de Dina, é

mais um que nunca entendeu porque perseguiam aquelas pessoas que “só receitavam remédio bom e não falavam de política, só tratavam da roça e o povo todo gostava deles”.

“Acho que foi muito difícil para eles viver aqui” – continuou Raimundo Ferreira –; eu conheci o Paulo, Juca, Daniel, José Francisco e a comadre Dina. Eles escaparam todos. Não sei quem foi que avisou para eles que o Exército tinha chegado, mas quando o Exército baixou aí começou a perseguição. Eles encontraram um gado na fazenda do Paulo e me chamaram em Xambioá. Fui lá e disse que o gado era meu. Nunca menti, disse que era amigo deles, mas não me jogaram no buraco (uma das torturas praticadas pelo Exército contra os camponeses era jogá-los no buraco profundo na companhia de cobras venenosas), como fizeram com o João Leite, coitado, que ficou fraco das idéias.”

Foi durante o interrogatório em Xambioá que Otacílio ouviu pela primeira vez a palavra “terrorista”. Não sabia o significado. “Eles disseram que os médicos eram terroristas. Eu não sabia o que era isso e nem pude responder. Eu não sei o que é terrorista, só sei que terrorista não pode ser gente boba. É gente que entende das coisas, porque aqui eles entendiam de muita coisa e ensinavam a gente até de roça, de plantar e de tratar da saúde da gente. Conheci esse pessoal e gostava muito deles. Até dei minha filha para a Dina ser madrinha. Eles eram pessoas distintas. Comadre Dina era só distinção. Nunca fizeram mal a nós. Mas quando o Exército

chegou, não deixou ninguém quieto. Era só perseguição.”

Recrutada

Um caminho cercado de flores silvestres. A casa onde morou o guerrilheiro Amaro Lins surpreende os visitantes. Ele chegou em 1968 a São Geraldo do Araguaia obedecendo à orientação do Partido Comunista do Brasil. Montou a primeira base mas foi afastado da guerrilha. Apaixou-se por Neuza e o partido não admitia casais no movimento. “Neuza não era do partido e eles não queriam um corpo estranho por questão de segurança” contou Amaro, que, apesar de afastado da guerrilha, recebeu ajuda para viver com a mulher que escolhera e com quem teve filhos. Vladimir é o nome do mais velho.”

Quando começaram os combates, Amaro foi reintegrado ao grupo. “E eu fui recrutada”, orgulhou-se Neuza lembrando que o ritual do recrutamento incluiu a leitura dos 27 pontos da guerrilha, mas não lhe concedeu o uso de armas. “Acho que eles pensavam que eu podia fazer alguma besteira com a arma”.

Amaro enfrentou seções de choque elétrico. Seus torturadores o transportaram para Xambioá e queriam saber o paradeiro de Paulo Rodrigues e Dina. “E eu não sabia onde eles estavam. Repetia a história e levava choque elétrico. Um deles, que usava grande cabeleira e uma metralhadora, dizia que se eu não falasse, ia ser levado para Marabá (onde estava sediado no VIII Batalhão de Infantaria da Selva), para Brasília ou para o inferno”.

Amaro sobreviveu às torturas. Áurea, Paulo Rodrigues, Dina, Juca, Ari, Victor e outros foram mortos. Alguns deles, traídos por pessoas com quem conviviam, como Raimundo Cearense, “o traidor”, nas palavras de Amaro. Todos estes homens e mulheres marcaram a História do Brasil e deixaram amigos em São Geraldo do Araguaia. E, 30 anos depois, na sexta-feira, 21 de junho, foram homenageados com um monumento na beira do Araguaia. ■

O centenário de Sérgio Buarque de Holanda, comemorado em 2002, é uma importante oportunidade para aprender com sua obra e seu exemplo político e dedicação profissional



Fotos: Unicamp/Arquivo Central-Siarq/Arquivo Sérgio Buarque de Holanda

Recordando um explicador do Brasil

Maurício Santoro

SOCIÓLOGO, HISTORIADOR, JORNALISTA, PROFESSOR UNIVERSITÁRIO, HOMEM DE LETRAS E DE POLÍTICA, Sérgio Buarque de Holanda foi um dos mais importantes pensadores brasileiros. Ao lado de outros grandes intelectuais, deu uma contribuição fundamental na difícil tarefa de ajudar o país a compreender a si mesmo e, desse

modo, superar seus problemas.

Sérgio Buarque, em seus 80 anos de vida, participou de importantes momentos da história do Brasil e do mundo, tendo sempre a preocupação de estudar e produzir. Por isso, deixou como legado uma vasta e rica obra.

“O meu pai era paulista”, cantou seu filho mais famoso, Chico Buarque. Em São Paulo, Sérgio viveu até o fim da adolescência. Foi para o Rio de Janeiro estudar Direito – carreira

que só exerceu por brevíssimo período, como procurador no Espírito Santo. O rapaz já trabalhava como jornalista e crítico literário desde os 18 anos, quando publicou seu primeiro artigo no jornal *Correio Paulistano*. Frequentava os círculos boêmios da então capital do Brasil e tinha diversos amigos entre os intelectuais da cidade, como os jornalistas Prudente de Moraes Neto e Rodrigo Mello Franco de Andrade. Também era próximo aos modernistas paulistanos: o escritor Mário de Andrade fez do jovem repórter o correspondente carioca da revista do grupo, *Klaxon*.

Em 1929, o magnata da imprensa Assis Chateaubriand enviou Sérgio Buarque à Alemanha, para escrever aos Diários Associados. No ambiente de experimentação cultural e turbulência política da República de Weimar, o repórter entrevistou escritores como o Prêmio Nobel Thomas Mann, além de conhecer políticos e artistas.

“O período na Alemanha foi um divisor de águas na vida de Sérgio”, diz a viúva do historiador, Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. Enquanto trabalhava como jornalista e traduzia roteiros de filmes alemães, Sérgio Buarque assistia a aulas de Sociologia e História na Universidade de Berlim. Leu autores que o influenciaram profundamente, como o sociólogo Max Weber, e esboçou o princípio de uma “teoria da América”, que transformaria em sua obra mais célebre, *Raízes do Brasil*. Da temporada alemã também lhe ficou o primeiro filho, Sérgio Georg Ernst, com a namorada Anne Margerithe Ernst.

A crise mundial provocada pela quebra da bolsa de Nova Iorque afetou diretamente o Brasil, cuja economia dependia principalmente da exportação de café. O pacto oligárquico da Velha República, já abalado pelas revoltas tenentistas, desmoronou. Getúlio Vargas tomou o poder à frente de uma rebelião.

Nesse contexto de crise e renovação, Sérgio Buarque retornou ao Brasil em 1932. Chegou a ser preso por apoiar o levante paulista contra Vargas, mas logo foi solto e se tornou um dos principais escritores da nova geração. Virou professor, lecionando na recém-criada Universidade do Distrito Federal, como assistente dos franceses Hauser (História Econômica) e Pronchon (Literatura Comparada).

O crítico literário e sociólogo Antônio Cândido de Mello

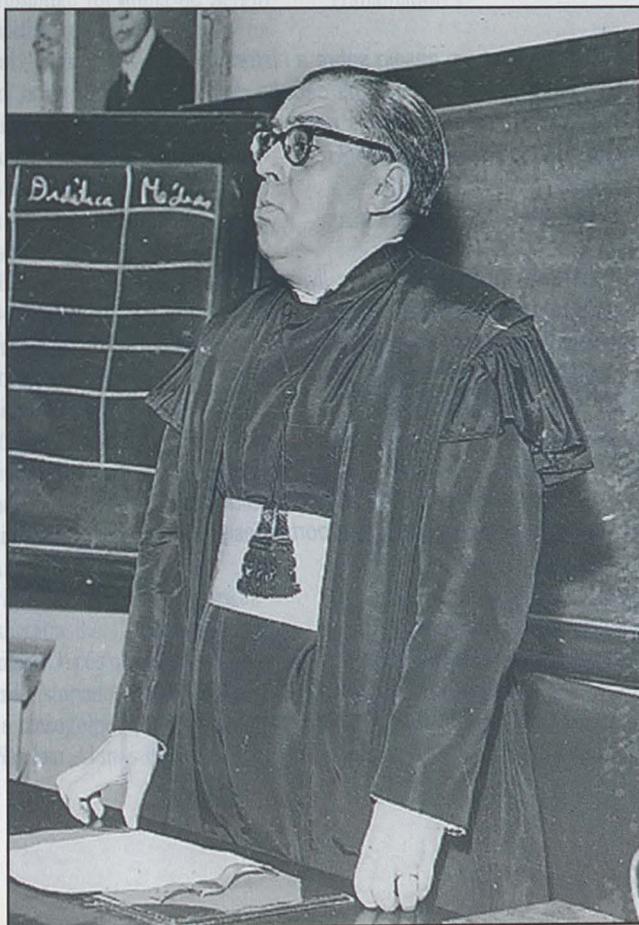
e Souza, um dos melhores amigos de Sérgio Buarque, que na época ainda era um adolescente, lembra que foi um período no qual havia grande interesse pelo Brasil: “Publicavam-se obras e coleções de estudo sobre o país, como a *Brasiliana*”. Para Cândido, o ponto alto foi o lançamento de três livros: *Casa-grande e senzala* (1933), de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil* (1936) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1944), de Caio Prado Júnior: “Eram livros que olhavam o passado brasileiro de maneira radical e traziam uma visão renovadora do país”, avalia o crítico literário.

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque buscou na história colonial as origens dos problemas nacionais. Descreveu o brasileiro como um “homem cordial”, isto é, que age pelo coração e pelo sentimento, preferindo as relações pessoais ao cumprimento de leis objetivas e imparciais.

O Brasil Colônia é visto por Sérgio Buarque como tendo pouca organização social, daí o recurso freqüente à violência e ao domínio personalista. A escravidão desvalorizou o trabalho e favoreceu aventureiros que desejavam “prosperidade sem custo” – traços que se refletiam até no cultivo da terra, por métodos predatórios semelhantes aos da mineração.

O Estado Novo

No mesmo ano em que publicou *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque se casou com Maria Amélia Alvim. O casal teve sete fi-

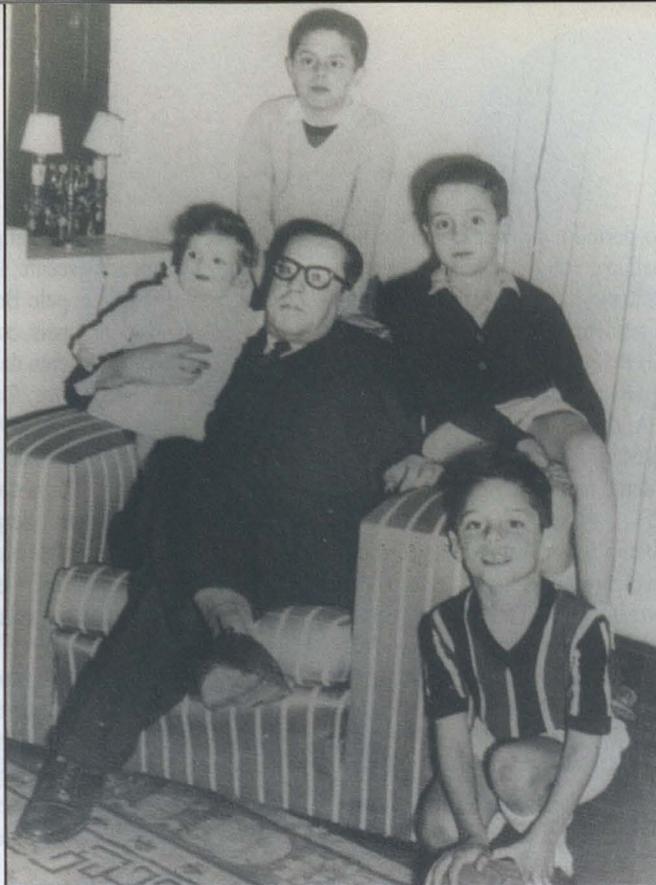


Sérgio Buarque assistiu a aulas de Sociologia e História na Universidade de Berlim. Entre os autores que o mais influenciaram está o sociólogo Max Weber. Sua obra mais célebre é ‘Raízes do Brasil’.

lhos: Miúcha, Sérgio, Álvaro, Chico, Maria do Carmo, Ana Maria, Maria Cristina. No ano seguinte ao casamento, Vargas deu um golpe de Estado e implantou uma ditadura.

“No princípio, nossa vida não sofreu qualquer mudança, porque Sérgio trabalhava na Associated Press, traduzindo reportagens estrangeiras”, conta Maria Amélia. Porém, em 1939, a Universidade do Distrito Federal, onde o escritor lecionava, foi fechada pela ditadura, sob o pretexto de subversão política.

Sérgio Buarque foi trabalhar no Instituto do Livro e na Biblioteca Nacional, a convite dos amigos Augusto Mayer e Rodolfo Garcia. Ambas as ins-



Em 1946, Sérgio Buarque mudou-se com a família para São Paulo; foi nomeado diretor do Museu Paulista e professor na USP

tuições eram vinculadas ao Ministério da Educação, cujo titular, Gustavo Capanema, protegia os talentos do Modernismo, como o poeta Carlos Drummond de Andrade e os arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

À medida que o nazifascismo sofria as primeiras derrotas na Segunda Guerra Mundial, a oposição democrática no Brasil se fortalecia. Em 1942, Sérgio Buarque foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Escritores. Embora o objetivo principal da organização fosse a defesa dos direitos autorais, ela logo se converteu num foco de intelectuais contrários à dita-

dura Vargas.

“O Sérgio sempre foi pra frente, antiditatorial. E era de tomar partido. Adorava política, a primeira seção do jornal que ele lia”, lembra Maria Amélia. Antônio Cândido, outro entusiasta da política e da democracia, conheceu Sérgio Buarque nesse período, quando era crítico literário da *Folha da Manhã*. Os dois se tornaram colegas no grupo denominado “Esquerda Democrática”, que virou o Partido Socialista Brasileiro, com a democratização, em 1945.

Em 1946, a família Buarque de Holanda se mudou para São Paulo. Sérgio Buarque foi nomeado diretor do Museu Paulista e passou a lecionar na Escola de Sociologia e Política da USP. Foram anos de intenso trabalho: publicação de livros e conferências em universidades dos Estados Unidos, Europa e América Latina (incluindo dois anos na Universidade de Roma, como professor convidado), além de viagens a serviço da Unesco.

Em 1958, Sérgio Buarque conquistou a cátedra de História da Civilização Brasileira, na USP, com a tese *Visão do paraíso*. Publi-

PRINCIPAIS LIVROS



RAÍZES DO BRASIL – A obra-prima, um ensaio sobre a história colonial do Brasil, à luz dos problemas do país na década de 1930, como a crise da oligarquia e as dificuldades de se implantar a democracia.

MONÇÕES; CAMINHOS E FRONTEIRAS; O EXTREMO OESTE – Os três livros abordam a expansão bandeirante para o oeste, à procura de escravos e de ouro. Sérgio Buarque mostrou como os paulistas incorporaram elementos da cultura indígena em seu cotidiano.



VISÃO DO PARAÍSO – Estudo sobre os mitos do “paraíso perdido” que impulsionaram os colonizadores espanhóis e portugueses nas Américas.

DO IMPÉRIO À REPÚBLICA – Parte da monumental *História Geral da Civilização Brasileira*, é uma dura crítica ao autoritarismo da política brasileira, escrita durante a ditadura militar.



Acima, no I Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado em São Paulo, em 1980. A partir da esquerda: Lélia Abramo, Sérgio Buarque, Olívio Dutra, Luís Inácio Lula da Silva e Jacó Bittar

cada no ano seguinte, é um de seus livros mais famosos: um estudo pioneiro sobre história das mentalidades que analisa os mitos do paraíso terrestre na colonização da América por espanhóis e portugueses.

Apesar de estar no topo da hierarquia universitária, Sérgio Buarque escrevia num estilo claro e com frequência se queixava de que os acadêmicos utilizavam um jargão incompreensível. Antônio Cândido acredita que o amigo preservou o texto fluente devido à experiência profissional como jornalista: “Sérgio foi tarde à universidade, seu aprendizado foi nos jornais, onde é preciso escrever para um público amplo.”

A historiadora Maria Odila Dias, que foi aluna de Sérgio Buarque na USP, escreveu a respeito de seu papel inovador na instituição: “No apogeu de sua criatividade, trouxe para o meio acadêmico a vibração intelectual que acompanhava o seu temperamento alegre e expansivo. A sua chegada coincidiu com os últimos anos antes da ditadura militar, quando a universidade florescia e as possibilidades se revelavam mais tangíveis.”

Maria Odila ressalta também o papel do historiador na criação dos primeiros cursos de pós-graduação da universidade, orientando teses e servindo de referência intelectual aos jovens pesquisadores.

Em 1962, Cândido auxiliou Sérgio Buarque na criação do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, reunindo as cátedras dedicadas ao Brasil. Um dos frequentadores do instituto era o sociólogo Fernando Henrique Cardoso: “Sérgio foi da banca que avaliou Fernando Henrique, quando ele prestou concurso para professor, e se saiu brilhantemente”, diz Maria Amélia. “Depois eles se afastaram politicamente, quando Sérgio foi para o PT, mas sempre se admiraram e se respeitaram.”

É também no início dos anos 60 que o autor começou a organizar a série “História Geral da Civilização Brasileira”, que contém artigos da nata da intelectualidade brasileira. Após a morte de Sérgio Buarque, a coleção foi completada pelo historiador Bóris Fausto.

A repressão política que se seguiu ao golpe de 1964 foi particularmente brutal para as universidades. Alunos e professores

foram presos, torturados e expulsos do país. O ímpeto de renovação política e cultural iniciado nos anos 50 foi interrompido pelo autoritarismo e pela supressão da liberdade. Sérgio Buarque se aposentou da USP em 1969, em solidariedade aos colegas perseguidos pelo AI-5. Apesar da ditadura, continuou a escrever e realizar conferências, no Brasil e no exterior.

Em meados da década de 70, a ditadura iniciou uma lenta abertura política. Em 1978, o novo sindicalismo do ABC se tornou o porta-voz dos anseios democráticos, com uma onda de greves gigantescas. Sérgio Buarque esteve entre os intelectuais que se aliaram aos operários para fundar o Partido dos Trabalhadores.

Lembranças e homenagens

Sérgio Buarque morreu em 1982, sem ver a mobilização pelas Diretas e a volta da democracia. O acervo do escritor – cerca de 8.500 livros e 2.500 documentos – foi para a Universidade de Campinas (Unicamp): “A biblioteca foi a única coisa que o Sérgio comprou na vida”, comenta Maria Amélia. “No início, os livros ficavam no escritório, mas aos poucos foram invadindo a casa toda.”

O acervo de Sérgio Buarque pode ser consultado pela internet, na página www.unicamp.br.

O centenário de nascimento do historiador e sociólogo está sendo comemorado por diversos eventos acadêmicos nas principais universidades do país. E o cineasta Néelson Pereira dos Santos finaliza ainda este ano um documentário sobre Sérgio Buarque, que será lançado no cinema e exibido também na tevê a cabo.

“O filme tem duas abordagens, o Sérgio Buarque de Holanda em família, isto é, o homem, e o escritor. Meu foco é em *Raízes do Brasil*, mas o Antônio Cândido faz uma análise da obra completa”, revela o diretor. Santos teve a idéia do filme ao realizar um documentário sobre o sociólogo Gilberto Freyre, o outro grande intelectual da geração de Sérgio Buarque: “Foram ambos descobridores do Brasil, explicadores desse país.” ■

Em busca de um caminho

Crise econômica se aprofunda, e Fernando Henrique pede apoio de quatro presidenciaíveis para acordo com o FMI, que pode vir a se tornar uma "saia justa" para o próximo governo

Álvaro Queiroz

HOUVE QUEM IDENTIFICASSE COMO UM GESTO DEMOCRÁTICO a iniciativa do presidente Fernando Henrique Cardoso de convidar quatro dos seis candidatos à sua sucessão em outubro próximo para as reuniões do dia 19 de agosto, com o objetivo de pedir-lhes o apoio para o recente acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Não se sabe por quais razões o presidente excluiu da iniciativa os dois últimos colocados na preferência do eleitorado, candidatos tanto quanto os demais.

A rigor, os elogios que a grande mídia e empresários derramaram sobre o presidente deveriam ser dirigidos para Luís Inácio Lula da Silva, Ciro Gomes e Anthony Garotinho, por haverem se engajado numa verdadeira operação resgate do governo, que havia perdido o rumo na grave turbulência gerada pelas perversidades do mercado, que nunca se conformou com a probabilidade de mudanças na orientação para a economia no próximo governo. Em meio ao terrorismo do mercado, os bancos passaram à ação direta, reduzindo as suas exposições aos clientes brasileiros e cortando as linhas de crédito para o nosso comércio externo, fato raro nas mais graves crises cambiais de muitos países. Ao mes-

mo tempo, o Banco Central Europeu determinou às instituições financeiras européias com filiais no Brasil que restringissem os créditos ao país. Instaurou-se, dessa forma, um clima de pavor no governo. Graças à adesão, mesmo crítica, ao acordo com o FMI, o mercado voltou a acalmar-se, pelo menos por enquanto.

Dias depois, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, viajaram para os EUA e para a Europa, a fim de se reunirem com banqueiros e pedir-lhes que retomassem a oferta de créditos ao Brasil, uma vez que os candidatos haviam assumido o compromisso de cumprimento do acordo com o FMI.

Foto: Marcello Júnior - ABR



Foto: Antônio Cruz - ABR



Foto: Rose Brasil - ABR



Lula, Ciro e Garotinho: os três candidatos de oposição melhor colocados nas pesquisas foram à reunião com o presidente Fernando Henrique Cardoso e, apesar das críticas, comprometeram-se a cumprir o acordo com o FMI

O apoio ao acordo não chegou a comprometer politicamente nem Lula, nem Ciro Gomes. Decerto, são obrigações de qualquer governo a manutenção da verdadeira estabilidade econômica, o cumprimento dos contratos firmados em nome do Estado e a preocupação com superávits fiscais, no caso 3,75% do PIB, percentual não muito distante daquele que o atual governo vem procurando obter.

Importantes são os meios a que a futura equipe econômica vai recorrer a partir de janeiro de 2003 para alcançar essas metas. Seguramente não deverão ser os mesmos de que se tem valido a equipe do presidente Fernando Henrique, a menos que o presidente eleito em outubro próximo esteja hoje jogando para a platéia e amanhã acabe por ceder às pressões do mercado, transformando-se na versão brasileira do presidente argentino Fernando de la Rúa. Hipótese improvável, considerando que o governo neoliberal de Fernando Henrique não pôde cumprir senão parcialmente a missão que lhe confiara o grande capital internacional. Por isso, ainda sobrarão para o seu sucessor significativo instrumental de ação capaz de lhe conferir poder de barganha e capacidade de tomar decisões no interesse do país.

Lula e Ciro têm discursos e propósitos parecidos, pelo menos quando se manifestam dispostos a substituir o atual modelo econômico por outro que abra ao país e ao povo o caminho de retorno a políticas de crescimento e desenvolvimento.

Lula entregou ao presidente um documento com várias sugestões (constantes do seu Programa de Governo), entre elas a de não permitir a redução das reservas cambiais, a abertura de linhas de crédito para as empresas endividadas em dólares e para o comércio externo brasileiro.

Frente a frente com o presidente da República, o candidato da Frente Trabalhista, Ciro Gomes, afirmou: "Por favor, presidente, não tome isso como uma ofensa, mas se hoje o acordo com o Fundo faz-se necessário, é porque ele resulta de um modelo econômico errado que foi adotado pelo governo e contra o qual me

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, encontra-se com o megainvestidor George Soros, durante recente viagem. Fraga foi aos Estados Unidos e à Europa tentar convencer os banqueiros internacionais a manterem seus investimentos no país



Foto:AFP

bato há sete anos". Fernando Henrique Cardoso nada respondeu. Em seguida, Ciro Gomes pediu cópia do memorando de entendimento com o FMI, que prometeu analisar cuidadosamente para depois definir formalmente a sua posição em nota oficial.

Em nota distribuída à imprensa, o candidato do PSB, Anthony Garotinho, destacou: "Um acordo dessa magnitude, que pode comprometer a futura administração do país, não deveria ser uma caixa-preta negociada intramuros em Washington por meia dúzia de burocratas brasileiros. Em 2003, os burocratas de hoje terão voltado para os Estados Unidos, muitos deles para trabalhar no Banco Mundial e outros no próprio FMI."

Quanto ao senador José Serra, limitou-se a pedir ao presidente, diante das câmeras de televisão, providências no sentido de impedir que a elevação do preço do trigo importado, por força da desvalorização do real frente ao dólar, fosse repassada para o preço do pão. Pediu, também, a redução do preço do gás de cozinha. Certamente, dois exemplos de populismo que o governo e seu candidato tanto condenam e que, seguramente, implicarão onerosos subsídios.

Encerrada a série de reuniões com os candidatos, o presidente Fernando Henrique declarou à imprensa: "Quem tem de dar o apoio explícito ao acordo sou eu, porque quem vai assinar sou eu. Mas o que eu precisava saber dos candidatos é se eles vão honrar o acordo. Todos disseram que sim".

O presidente assegurou que o acordo com o Fundo Monetário Internacional não está atrelado a qualquer tipo de contrato comercial ou a qualquer outro compromisso, além das condições amplamente conhecidas, tomando como exemplos a licitação para a compra dos caças destinados ao reforço da Força Aérea Brasileira (FAB), e o Mercosul em relação à Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

As desconfianças das oposições apontavam para exigências inaceitáveis, como, por exemplo, a independência do Banco Central, a retomada das privatizações, mais abertura da economia e do comércio externo e mais desregulamentação. Era o que antecipavam representantes de instituições financeiras internacionais, economistas estrangeiros e até mesmo brasileiros a serviço do mercado financeiro, como Paulo Leme, ex-dirigente do Banco Central do Brasil e agora figura de proa da Goldman Sachs.

O acordo e suas consequências

O apoio dos candidatos de oposição ao acordo foi obtido por um presidente tomado de indisfarçável pânico em meio ao agravamento das turbulências patrocinadas pelos banqueiros, a pretexto de Lula e Ciro Gomes, particularmente, não haverem definido as linhas básicas de suas políticas macroeconômicas. A preferência do mercado recaiu sobre José Serra, o único capaz, na visão dos banqueiros, de garantir longevi-



Foto:AFP

O candidato governista José Serra sorri ao reunir-se com Fernando Henrique e o ministro da Economia, Pedro Malan. Na reunião, Serra não fez nenhuma crítica à política macroeconômica do governo, limitando-se a pedir a manutenção dos preços do pão e do gás

dade ao modelo econômico e, por conseguinte, à política econômica dele derivada.

Os temores do governo mostraram a sua maior expressão neste apelo do presidente aos candidatos: "Vamos fazer um esforço para dizer o que vocês pensam, de tal forma que seja crível. Porque, se não for crível, a taxa de juros vai lá para cima, o dólar vai ter efeito sobre a inflação, e quando começar o governo, no ano que vem, esse governo vai começar no meio da crise." O presidente não parou aí. Disse mais: "Eu não vejo por que um candidato neste momento possa arriscar a estabilidade, negando-se a fazer isto ou aquilo. Vai fazer o quê? Não adianta esperar contra um caminho e não apontar outro... não adianta tapar o sol com a peneira, existe uma certa inquietação nos mercados e é preciso que essa inquietação se acalme".

O acordo com o FMI resultou de fortes pressões dos banqueiros sobre o presidente e uma das condições impostas pelo mercado é que o documento tivesse o apoio dos candidatos e a garantia de seu cumprimento, fosse quem fosse o sucessor de FHC. No começo, os candidatos – exceto o senador José Serra – opuseram resistências ao tomarem conhecimento das exigências do Fundo, o que levou o presidente a fazer as declarações acima reproduzidas.

Duas características inéditas dão certa originalidade ao acordo: o valor, US\$

30 bilhões (recursos exclusivamente do FMI) e a rapidez como foi providenciado e redigido. Quanto aos objetivos, o primeiro é assegurar recursos para os banqueiros reembolsarem parte significativa de seus créditos; o segundo, resgatar FHC do desastre iminente e dar-lhe a oportunidade de um fim menos melancólico do seu governo; terceiro, enquadrar o próximo governo numa camisa-de-força.

Claro, a disponibilização de US\$ 6 bilhões a partir de setembro ameniza as angústias do atual governo e deixa para o seu sucessor uma dívida externa acrescida de mais US\$ 30 bilhões – US\$ 6 bilhões para FHC atender aos seus compromissos até dezembro e os restantes US\$ 24 bilhões a serem liberados para o próximo governo, na medida em que o seu comportamento se enquadre nas exigências do FMI, além dos prometidos financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) do Banco Mundial (Bird), respectivamente US\$ 2 bilhões e US\$ 4 bilhões. Por força desse acordo, o atual governo passará a dispor também de US\$ 25 bilhões das atuais reservas cambiais, cujo piso mínimo passa a ser de US\$ 5 bilhões. Resta saber até que ponto o atual governo resistirá para não raspar o tacho dessas reservas. Lula chegou a apelar ao presidente para que não deixe as reservas caírem a esse nível.

O legado de FHC para o seu sucessor são compromissos externos de US\$ 50 bilhões. Se tiver "bom comportamento", para saldá-los, terá os US\$ 24 bilhões do acordo.

Os US\$ 26 bilhões que vão faltar para fechar o balanço de pagamentos, o atual presidente prevê que serão arrecadados através da rubrica investimentos diretos (US\$ 18 bilhões) e US\$ 6 bilhões de saldos comerciais. São hipóteses de confirmação duvidosa, diante de uma conjuntura mundial adversa, devido à previsão de agravamento da crise norte-americana, associada às crises do Japão e da economia européia. Em 2003, vai se acentuar a dependência de recursos externos, e, se o mercado fechar outra vez as torneiras, o Brasil estará na iminência de negociar ou promover unilateralmente a moratória.

Impasses e saídas

O estrangulamento da economia brasileira pelas duas dívidas e respectivos serviços oferece o risco de imobilismo no próximo governo. Renegociação e reestruturação são palavras execradas pelos mercados. Nada de rompimento de contratos. É a própria condenação do Brasil ao impasse, que, no entanto, poderá induzir o governo à adoção de medidas internas radicais, gostem ou não o Fundo Monetário Internacional e o governo norte-

americano, agora credores diretos, substitutos dos bancos por força do acordo recente. O Brasil sofre hoje impiedoso cerco que sequer lhe permite encaminhar uma solução para a questão da dívida interna. Se o mercado voltar a fechar as torneiras do crédito, no propósito de manter o Brasil na rota da argentinização, o novo governo terá de criar condições políticas internas para não ser emparedado e reunir forças com vista à adoção de medidas capazes de tirar o país do impasse para o qual está sendo empurrado pelo atual governo. Por exemplo:

1 – Renegociar as dívidas interna e externa, com o alongamento do perfil desta última.

2 – Reduzir as taxas de juros a níveis civilizados, para diminuir os custos do capital e estimular os investimentos produtivos, e as diferenças entre a remuneração dos aplicadores e os juros pagos pelos tomadores, com vista a incentivar a poupança. Hoje, as taxas de juros variam de quase 45% ao ano para investimentos empresariais a 160/180% nas compras com cartão de crédito, contra apenas 6% a 12%, 13% de remuneração para os aplicadores em papéis.

3 – A moratória negociada ou unilateral da dívida externa, admitida pelo pró-

prio mercado no auge da crise argentina, é opção extrema, em caso de resistências insuperáveis à renegociação.

Talvez seja um pouco mais complicada a solução para a dívida pública interna, através de renegociação, ou do alongamento do seu perfil. É preciso, porém, encontrar outras saídas capazes de levarem o país a romper um dos impasses que podem inviabilizá-lo como economia independente e comprometer a própria soberania.

Não é segredo sequer para os leigos que o governo FHC substituiu a inflação pelas dívidas, cujo peso, hoje, o povo já não consegue suportar. A inflação foi simplesmente reprimida, ficou escondida por obra e graça de artificios cambiais e monetários e da maior exposição do mercado interno até mesmo a produtos estrangeiros de consumo corrente, a exemplo do que aconteceu na Argentina, cujo modelo econômico, *mutatis mutandis*, é o mesmo adotado no Brasil.

Na Argentina, a inflação ressurgiu, depois que os mecanismos que a reprimiram por 10 anos se desgastaram e tornaram-se ineficazes. O fim da inflação, portanto, não passou de uma mistificação que só conseguiu enganar economista ingênuo e de boa-fé também no Brasil.

Quem não sabe que o governo emitiu bilhões e bilhões de reais para converter os bilhões de dólares que ingressaram no país nos anos do Plano Real e depois emitiu títulos da dívida pública para capturar os mesmos reais e, assim, evitar que eles se transformassem em oferta monetária inflacionária? Qual é o economista que desconhece os efeitos inflacionários das crises cambiais agudas nos países cujas moedas são lastreadas em dólares, como é o caso da Argentina e, também, do Brasil?

Portanto, monetizar uma parte da dívida interna e montar mecanismos que absorvam as emissões resultantes e as trans-

formem em créditos para investimentos produtivos podem se constituir em uma saída, tanto para reduzir a dívida pública, quanto para a escassez de crédito. Isso acompanhado da redução das taxas de juros para operações destinadas a investimentos produtivos e precedido de pequenos ajustes no Sistema Financeiro Nacional. Significativa fatia da poupança interna está aprisionada na dívida pública, atualmente R\$ 750 bilhões, mais de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. O serviço dessa dívida, por outra parte, consome, anualmente, mais de R\$ 100 bilhões. A monetização parcial, até o ponto em que ela possa ser controlada sem maiores ônus, terá menor impacto inflacionário do que a escassez de dólares que lastreiam o real.

A história mostra que o Brasil sempre cresceu e se desenvolveu através da poupança doméstica canalizada para investimentos criadores de novas riquezas. A contribuição da poupança externa (capital estrangeiro) sempre foi inexpressiva – média de 2% ao ano em relação ao PIB, cerca de 15% do total dos investimentos anuais no país.

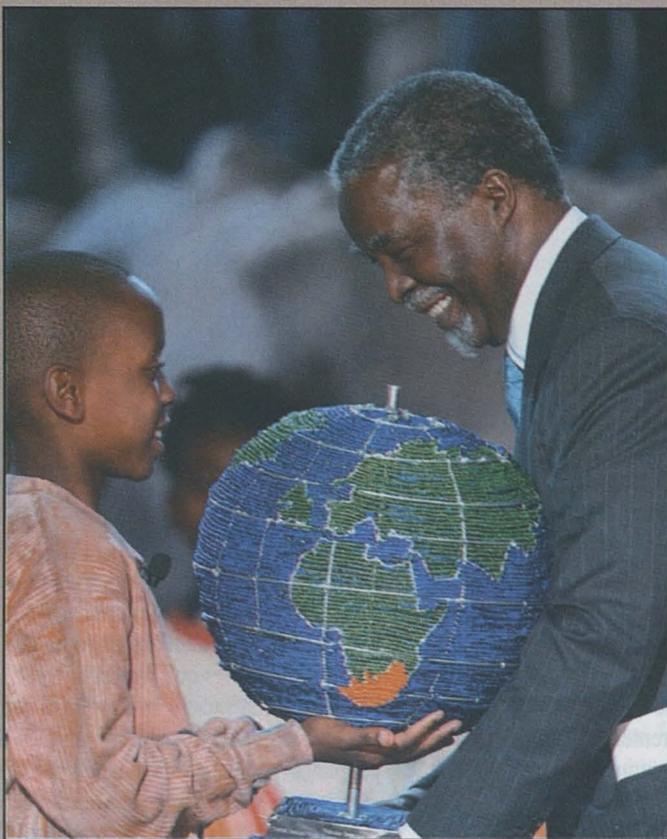
Ao longo do duplo mandato do presidente Fernando Henrique é que o governo tem apostado no capital estrangeiro como o único fator de crescimento da nossa economia. Mas um mergulho nas estatísticas mostra que a aposta foi uma grande frustração. O capital que aqui tem aportado nos últimos oito anos ficou concentrado na compra de empresas estatais e de capitais privados que não suportaram os transtornos do modelo econômico neoliberal. Grande parte foi distribuída entre aplicações na bolsa e títulos do governo.

Resultado: ao lado da diminuição do patrimônio nacional, um aumento insuportável dos nossos passivos externos. Não é à toa que até economistas mais conservadores estão defendendo o crescimento do Brasil através de investimentos com recursos da poupança doméstica, para nos livrarmos da dependência externa. Saídas das dificuldades atuais é que não faltam. Adotá-las requer legitimidade e vontade política dos próximos governos. ■

Segundo o marketing próprio, a mais importante medida do governo FHC foi acabar com a inflação. É importante ressaltar que ela foi reprimida às custas de um violento aumento da dívida pública



Fotos: AFP



Mundo discute pobreza e desenvolvimento sustentável

A foto mostra uma criança entregando um globo terrestre ao presidente sul-africano Thabo Mbeki, na cerimônia de abertura da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10. O encontro, que começou no dia 25 de agosto, reuniu cerca de 65 mil delegados de 185 países, em Joanesburgo, África do Sul. O principal tema da conferência era o combate à pobreza como meta para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Entretanto, as expectativas em torno desse encontro eram bem menores com relação à Rio-92, em função da postura reticente dos países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos.

Thabo Mbeki abriu os debates convocando os presentes a atuar pelo fim do "apartheid global", subvertendo um sistema que se baseia em princípios selvagens de sobrevivência do mais forte. "Uma sociedade global baseada na pobreza para muitos e prosperidade para poucos – caracterizada por ilhas de riqueza cercadas por um mar de pobreza – é insustentável", afirmou o presidente sul-africano.

Além do combate à pobreza, estavam em pauta na cúpula temas como: fome, saúde, mudanças climáticas, escassez de água, modelo energético e biodiversidade. A amplitude da cúpula, inclusive, chegou a ser apontada como um dos possíveis problemas da conferência, pois propiciaria muitos debates e poucas decisões concretas. ■

Saara Ocidental

Proposta de Autodeterminação

O Conselho de Segurança das Nações Unidas decidiu estender por seis meses o mandato da Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (Minurso). Esta atitude anulou a proposta apresentada pelos Estados Unidos, com o apoio do Marrocos, segundo a qual seria concedida alguma autonomia ao Saara Ocidental, mas não sua autodeterminação.

A medida do Conselho de Segurança da ONU propôs a busca de uma nova solução que incluía a autodeterminação ao Saara Ocidental, e foi bem-vinda pelo grupo Frente Polisário, que luta desde os anos 70 pela independência do país.

Já o plano norte-americano, apresentado no final de julho, concedia uma certa liberdade ao Saara Ocidental, mas deixava o Marrocos encarregado da defesa, das relações exteriores e da moeda. A iniciativa contou com o apoio da Grã-Bretanha e França, membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. A Frente Polisário, entretanto, rechaçou a proposta, assim como a Argélia, país vizinho e principal aliado do movimento independentista.

O Saara Ocidental foi colônia da Espanha até 1975. Ao se retirar do país, a ex metrópole – na época vivendo os fim da ditadura de Francisco Franco – cedeu a posse do Saara ao Marrocos e à Mauritânia, ignorando a reivindicação de independência do povo saharauí. Em resposta, sob a liderança da Frente Polisário, os saharauís proclamaram a República Árabe Democrática do Saara no ano seguinte. Vários países reconheceram a nova nação, mas o Marrocos e a Mauritânia decretaram guerra contra os independentistas. Em 1979, a Mauritânia, à beira da falência, decidiu abandonar o Saara, firmando um acordo de paz com a Frente Polisário. As tropas do rei marroquino Hassan II, ao contrário, intensificaram seus ataques, com apoio francês e norte-americano.

Em 1991, o Conselho de Segurança da ONU intermediou um cessar-fogo e decidiu pela criação da Minurso. Foi marcada, então, para janeiro de 1992, a realização de um referendo, no qual a população saariana deveria optar entre a independência do país ou a anexação ao território marroquino. Ao contrário do que aconteceu em Timor Leste, onde depois de mais de vinte anos de resistência à ocupação indonésia, os timorenses conseguiram concretizar a realização da consulta popular e hoje já têm o seu Estado independente, no Saara o plebiscito foi adiado por diversas vezes e não aconteceu até hoje. ■

R.D.Congo e Ruanda

Promessa de Paz

Os presidentes da República Democrática do Congo (RDC, o antigo Zaire), Joseph Kabila, e de Ruanda, Paul Kagame, assinaram um acordo de paz para pôr fim à devastadora guerra na qual já morreram mais de dois milhões de pessoas. O tratado, assinado no final de julho em Pretória, capital da África do Sul, foi uma conquista da recém-criada União Africana.

O conflito na RDC começou em 1998, quando o então presidente Laurent Kabila expulsou do país as tropas e assessores militares de Ruanda, que o haviam ajudado no ano anterior a derrotar Mobutu Sese Seko. Mobutu foi comandante do exército e liderou um golpe em 1965, mudando o nome do país para Zaire.

Nos anos 90, com o desgaste sofrido por Mobutu, acusado de corrupção e violações aos direitos humanos, Kabila liderou uma coligação de vários grupos insurgentes que acabou assumindo o poder. Desentendimentos posteriores fizeram explodir uma guerra civil sangrenta, que levou Burundi, Ruanda e Uganda a entrar no país, em apoio aos rebeldes, enquanto Angola, Namíbia e Zimbábue enviavam tropas para respaldar o governo de Kabila.

Em janeiro de 1999, Laurent Kabila foi assassinado, e seu filho, Joseph, assumiu a Presidência. Alguns meses depois, a comissão oficial encarregada de investigar a morte de Kabila concluiu que Ruanda e Uganda tinham ajudado as facções guerrilheiras a "tramar um golpe de Estado".

Analistas vêem o acordo com Ruanda como um fator-chave para a paz, já que Uganda retirou a maioria de sus soldados, sob o acordo de Lusaka, em 1999.

Segundo as negociações, a RDC se compromete a desarmar os combatentes hutus ruandeses que estão em seu território, e foram culpados pelo massacre da minoria tutsi no genocídio de Ruanda em 1994; e Ruanda concordou em retirar suas tropas do leste da RDC.

No entanto, o prazo para a implementação do acordo, de três a quatro meses, foi considerado inviável. Os rebeldes hutus ruandeses com base na RDC rejeitaram o armistício, e não há, no local, soldados suficientes da ONU para assegurar o desarmamento dos combatentes.

Como sempre acontece nas guerras, há grupos que não têm interesse no fim do conflito, já que se aproveitam dele para explorar as enormes riquezas naturais do país. Por outro lado, muitos analistas estimam que dificilmente o acordo poderá prosperar, já que a autoridade do presidente da RDC é questionada internamente, por se tratar de um governante que não foi eleito de forma democrática. ■

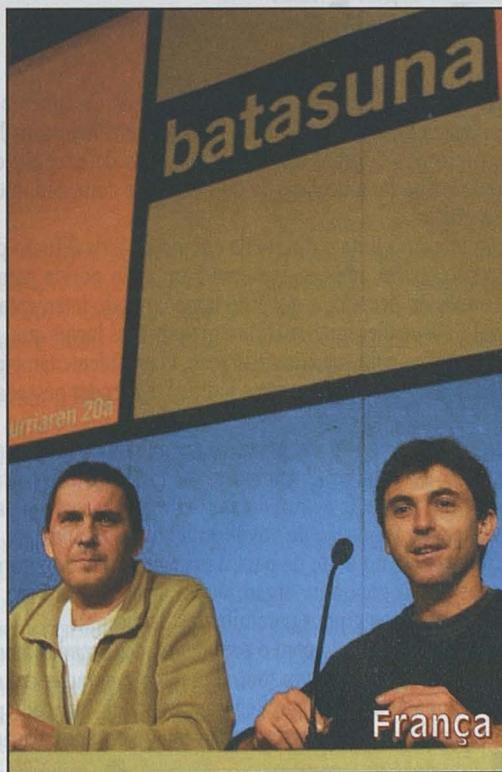
Sudão

Conflito perto de uma solução

As perspectivas de paz no Sudão aumentaram com as negociações entre o governo e os rebeldes do Exército Popular da Libertação do Sudão (SPLA), que lutam há 19 anos pela autonomia da região sul do país. Representantes do governo e do SPLA discutirão em setembro, na cidade queniana de Machakos, um acordo para pôr fim à guerra civil. Ambas as partes confiam que o diálogo avançará graças às conquistas obtidas pelo tratado anterior, denominado Protocolo de Machakos.

O protocolo foi aprovado ao final da primeira rodada de conversações de paz, entre 18 e 20 de julho. A intermediação coube à Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (Igad), integrada pelo Quênia, Uganda, Somália, Eritríia, Etiópia, Djibuti e Sudão. Entre as medidas aprovadas em Machakos está a elaboração de uma nova Constituição Nacional que permita a aplicação da "Sharia" (lei islâmica) no norte do país, sem desprezitar a população não muçulmana do sul. O acordo representou um marco na solução da principal causa do confronto entre o governo islâmico do país e as forças rebeldes: a relação entre Estado e religião. O sul do Sudão, de maioria cristã e animista, não aceita a imposição da lei islâmica que vigora no norte.

O SPLA se rebelou contra o governo em 1983, quando o então presidente Gaafar al-Nimeiry impôs, sem aviso prévio, a Sharia em todo território nacional, cedendo pressões da Arábia Saudita, em troca de vantagens financeiras. Contudo, o conflito também está ligado a questões econômicas, principalmente ao acesso democrático aos recursos naturais. O país é rico em petróleo, matéria prima que adquiriu importância vital para a economia sudanesa desde 1999. O sul é uma área com enormes reservas de petróleo não exploradas. ■



Ao lado, Xabi Larralde, representante do Partido separatista basco Batasuna, na França (esquerda), e seu colega Arnoldo Otegi explicam os motivos da transferência da sede do partido para a cidade de Bayonne, na França. O Batasuna foi declarado ilegal por três anos pela Justiça espanhola, acusado de ser um braço político da organização terrorista ETA



Chile

Acima, um manifestante é preso por policiais durante um protesto organizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), em Santiago, em 21 de agosto. A manifestação contou com a participação de milhares de pessoas, que criticavam o projeto de flexibilização das leis trabalhistas proposto pelo governo, cumprindo as recomendações do FMI

Colômbia

Medidas de Exceção

O início do governo de Álvaro Uribe foi marcado pelo recrudescimento da guerra civil colombiana. Numa tentativa de frear os grupos guerrilheiros, as Forças Armadas receberam reforços e foram decretadas medidas de exceção em todo o país. A primeira medida de Uribe foi a declaração do Estado de comoução interior (uma espécie de estado de emergência).

O estado de comoução interior limita o direito de circulação e da difusão de notícias pelos meios de comunicação, assim como exige uma permissão prévia para qualquer manifestação pública. Através do decreto, o governo também pode interceptar comunicações com ordem judicial e suspender funcionários e governantes locais que, no seu entender, perturbem a ordem pública com sua administração. O presidente também poderia autorizar as Forças Armadas, até mesmo sem ordem judicial, a prender pessoas suspeitas de delitos.

O governo de Álvaro Uribe já emitiu seu primeiro decreto através do estado de exceção, estabelecendo, a partir de outubro, um imposto de 1,2% sobre o patrimônio de pessoas e empresas com capital acima de 57 mil dólares. O imposto serviria para arrecadar 788 milhões de dólares para a formação de novos policiais e soldados.

O presidente também instalou, no norte do país, a primeira Rede de Informação Civil, que servirá para apoiar a luta contra as organizações armadas (as Farc, o ELN – Exército de Libertação Nacional, e os grupos paramilitares de direita).

Os informantes trabalharão, de acordo com o presidente, desarmados, apoiados por “policiais e militares auxiliares, esses sim com todo o preparo e dotados de uniforme e meios de defesa”. A Rede faz parte do Plano de Segurança Cidadã, criticado pela Anistia Internacional e outras organizações humanitárias por envolver a população civil em um conflito armado. ■

América Latina

Retrocessos no desenvolvimento

Quase todos os países da América Central e do Caribe retrocederam nas taxas de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), segundo os dados apresentados pela organização no final de julho.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é calculado com base na esperança média de vida, na taxa de alfabetização de adultos, número de matriculados no ensino primário, secundário e universitário, assim como a renda por habitante.

Apenas dois países da região subiram de posto na lista, entre 173 nações classificadas. O Chile alcançou o 38º lugar, e Bahamas, o 41º. O informe do Pnud foi elaborado com base nos dados de 2000, e sua atualização provavelmente mudaria a colocação de alguns países na lista.

Barbados, o país de melhor desempenho da região da América Latina e do Caribe, permaneceu em 31º lugar. Todas as outras nações da região apresentaram uma importante recaída em comparação com o informe anterior do Pnud.

O relatório, elaborado todos os anos pelo Pnud desde 1990, está dividido em três níveis do IDH: alto, médio e baixo. O primeiro grupo é encabeçado pelos países da Europa Ocidental e América do Norte. Quase todos os países da América Latina e do Caribe são classificados no nível médio, e no baixo, entram a África e a Ásia Ocidental.

O Uruguai, classificado entre os países com desenvolvimento humano alto, caiu três postos em comparação a 2001, indo para o 40º lugar, enquanto a Costa Rica foi para o 43º, e Trinidad e Tobago caiu para 50º. No nível de desenvolvimento médio, figuram países como México (que caiu de 51º para 54º), Colômbia (de 62º para 68º) e Brasil (de 69º para 73º). O Haiti é o país com pior colocação de baixo IDH na região, passando de 134º para 146º. ■

Ao lado, os governantes dos oito países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunidos na IV Conferência de chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília, no início de agosto. O primeiro à esquerda é Xanana Gusmão, presidente do Timor Leste, que foi incorporado oficialmente à organização. O encontro aprovou um programa multilateral de combate à Aids nos países da comunidade



Militantes partidários do presidente venezuelano Hugo Chávez participam de protesto contra o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ), em Caracas, em 14 de agosto. O TSJ absolveu os quatro ex-chefes militares acusados do golpe de Estado contra Chávez em abril deste ano



México

Protestos impedem construção de aeroporto

O governo mexicano cedeu diante da resistência dos camponeses em entregar suas terras para a construção de um novo aeroporto internacional em Texcoco, município rural de São Salvador Atenco, a 15 quilômetros da capital do país. Diante da recusa veemente dos habitantes locais, o governo decidiu procurar outro lugar para a construção do aeroporto.

São Salvador Atenco é uma comunidade de camponeses pobres que poderia perder 85% de seu território por causa da construção do aeroporto. Os habitantes afirmavam que a obra acabaria com a rotina de vida e tradições de aproximadamente 25 mil pessoas, e rechaçaram as ofertas de trabalho e habitação feitas pelo governador do estado a que pertence Texcoco.

As terras semi-áridas são de baixa fertilidade, com muitos habitantes vivendo do cultivo de milho e feijão, enquanto outros se dedicam ao comércio em pequena escala ou à alvenaria.

Os habitantes do vilarejo organizaram-se em comissões e resistiram armados à polícia com facões, pedaços de madeira e coquetéis molotov. Eles chegaram a instaurar um autogoverno, desconhecendo o governo central. Grupos políticos de esquerda e organizações universitárias apoiaram a causa dos camponeses, assim como ativistas ecológicos. Texcoco foi durante mais de duas décadas o centro de um plano de resgate ecológico e paraíso de muitas aves migratórias. ■

Bolívia

Sánchez de Lozada é o novo presidente

O candidato neoliberal Gonzalo Sánchez de Lozada, do Movimento Nacional Revolucionário (MNR) foi eleito pelo Congresso o novo presidente da Bolívia. Ele disputou o segundo turno com o líder cocaleiro Evo de Morales do Movimento ao Socialismo (MAS), obtendo 84 votos contra 43 do concorrente. A eleição parlamentar foi convocada por que nenhum dos candidatos alcançou 50% dos votos de forma direta no primeiro turno.

Sánchez de Lozada, que já ocupou a Presidência entre 1993 e 1997, assumiu o cargo no início de agosto, substituindo Jorge Quiroga. A sua eleição foi garantida graças a um acordo com o ex-presidente Jaime Paz Zamorra, do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), seu antigo opositor, e ao apoio do partido governante Ação Democrática Oficialista e da União Cívica Solidariedade.

A disputa no Congresso para a escolha do novo presidente durou mais de 24 horas, e teve momentos de tensão. Gonzalez foi chamado de "traidor" e "vendedor da pátria" em referência às medidas adotadas em seu primeiro mandato. Sua gestão foi caracterizada pelo aporte de capital privado, com a abertura de empresas como as de gás e petróleo, as de eletricidade, as de comunicação e as de transporte aéreo e ferroviário.

Alguns analistas afirmam que a política de Gonzalez levará a Bolívia a uma aproximação cada vez maior com os Estados Unidos e ao afastamento do Brasil. O argumento, contudo, é rebatido por seu partido, lembrando que foi em seu governo que o país tornou-se sócio (não-membro) do Mercosul. ■

Afeganistão

Quadro instável

Nove meses após o fim da guerra, a instabilidade persiste no Afeganistão. Por um lado, as tropas norte-americanas que ocupam o país ainda enfrentam remanescentes do movimento Talibã. Por outro, erros e acidentes ocasionados por operações militares dos Estados Unidos no país vêm provocando a morte de soldados norte-americanos e civis afegãos.

No início de agosto, morreram 15 pessoas em um ataque de combatentes da Al Qaeda, a organização terrorista de Osama Bin Laden, contra um destacamento militar do governo afegão. O combate, próximo à capital Cabul, foi o mais violento desde a rendição do Talibã em novembro.

A derrota do Talibã e os acordos para formar um governo interino entre as diversas facções afegãs, incluindo a Loya Jirga (assembleia de representantes de tribos), realizada em julho, não resultaram na estabilidade esperada. A Loya Jirga, convocada para estabelecer um plano de transição para a democracia, confirmou o governo interino encabeçado pelo presidente Hamid Karzai, que prometeu preparar, em dois anos, uma nova constituição, assim como a realização de eleições "livres e limpas".

Nas atuais circunstâncias, podem ocorrer diferentes conflitos no Afeganistão. O primeiro é o que já enfrenta Karzai com a minoritária etnia Tajik, que busca predomínio sobre os Pashtun, etnia majoritária no país, e ao qual pertence Karzai e muitos dos integrantes Talibã. Além disso, existe a possibilidade de conflito entre o governo central e os senhores da guerra, que controlam várias áreas do país, e em alguns casos chegam a emitir seus próprios "passes de acesso". Nem mesmo a Loya Jirga foi capaz de solucionar este problema. ■



Coréia do Sul

O representante sul-coreano Yoon Jun-Shik (esq.) cumprimenta o norte-coreano Pak Chang-Ryon, durante reunião no final de agosto. Os governos dos dois países buscam uma reaproximação, através, entre outras coisas, de parcerias econômicas e da reunião de famílias separadas

Nepal

Eleições confirmadas

A Corte Suprema do Nepal negou o recurso que pedia a reinstalação do Parlamento, dissolvido em junho deste ano e a anulação da convocação de eleições antecipadas. A medida foi vista como um fator que pode devolver estabilidade política à região, comprometida por anos. O veredicto contra a petição, apresentada por 57 ex-legisladores, fortaleceu a posição do primeiro-ministro Sher Bahadur Deuba, que em junho dissolveu as câmaras legislativas depois de uma série de disputas internas no Congresso nepalês, convocando novas eleições para novembro.

Segundo analistas, a instabilidade política no Nepal foi provocada por um veredicto judicial contra o então primeiro-ministro Manmohan Adhikari, em 1996. Na época, Adhikari tentou, em vão, dissolver o Parlamento e colocar novas eleições. A oposição, contudo, recorreu, e o tribunal anulou a sentença. Sem a possibilidade de dissolver o Parlamento, os primeiros-ministros eram obrigados a recorrer às trocas de favores para viabilizar sua governabilidade. Oito governos passaram pelo poder até as eleições gerais de 1999, que formaram um governo com maioria no Parlamento.

O Nepal foi por muitos anos uma monarquia absoluta, e somente em 1990 transformou-se em uma monarquia parlamentarista, após um forte movimento popular pela democracia. Desde então, apesar das várias mudanças de governo, a maioria dos nepaleses ainda não sentiu mudanças significativas nas suas vidas. ■

Globalização

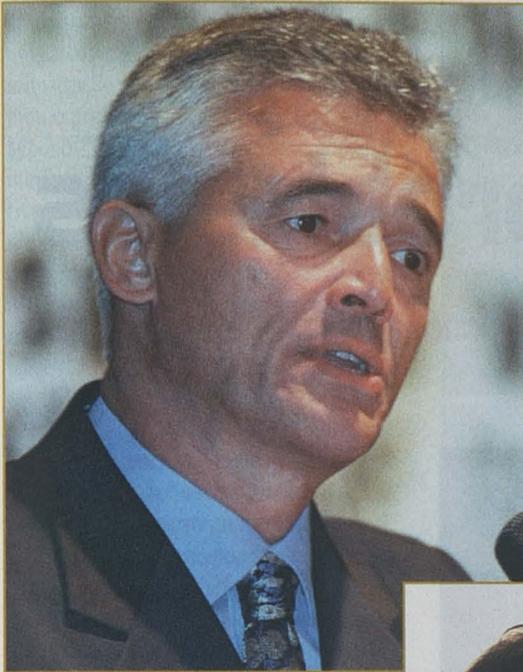
Retomada da mobilização

Os escândalos de corrupção nas grandes empresas norte-americanas reacenderam os protestos de ativistas contra a globalização na Ásia, que haviam perdido impulso depois dos atentados terroristas de 11 de setembro. Os casos de fraudes contábeis serviram como mais um argumento para demonstrar as falhas do sistema econômico neoliberal.

O Movimento Social Ásia-Pacífico, reunido entre 10 e 12 de agosto em Bangkok, reuniu mais de 200 representantes de organizações civis da Ásia que se preparam para o próximo Fórum Social Mundial, que será realizado em fevereiro de 2003, em Porto Alegre.

Os ativistas asiáticos irão apresentar, na próxima reunião do Fórum Social Mundial, críticas contra a privatização de terras em prejuízo das comunidades locais, os danos causados pela mineração às comunidades locais e a censura à globalização.

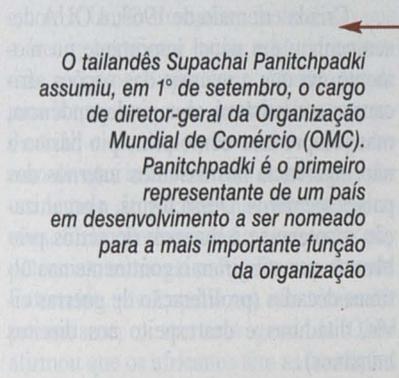
Outros temas que preocupam a Ásia são a falta de leis de defesa dos direitos sindicais e a pressão de organismos multilaterais pela privatização dos serviços públicos, processo que, asseguram, provocará a demissão de milhares de trabalhadores que não receberam a devida compensação. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Asiático para o Desenvolvimento também são acusados pelos ativistas de pressionar os governos da região a adotar medidas contra os pobres. ■



O brasileiro Sérgio Vieira de Mello foi nomeado alto comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Vieira assume o novo cargo em 12 de setembro, substituindo a irlandesa Mary Robinson. Com 54 anos, o brasileiro tem mais de três décadas de experiência na diplomacia. Ele já participou de operações da ONU em países como Paquistão, Bangladesh, Sudão, Chipre, Moçambique, Peru e Líbano. Recentemente, Vieira ocupou outra importante função: ele liderou a Administração Transitória das Nações Unidas para o Timor Leste, que preparou o país para a oficialização da independência, após anos sob o domínio da Indonésia



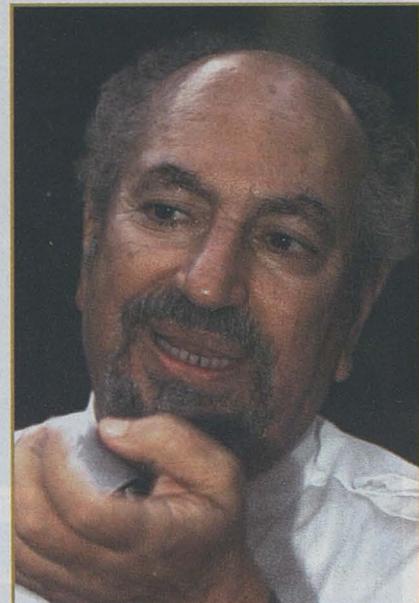
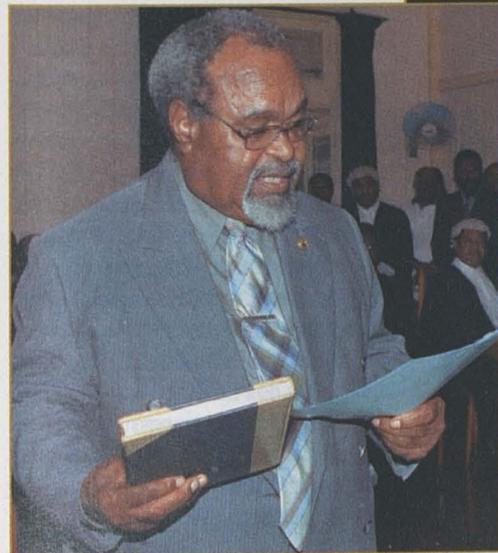
O ex-deputado federal e cacique xavante Mário Juruna morreu no final de julho, aos 58 anos. Grande representante da luta do índio brasileiro, Juruna foi o primeiro indígena eleito para o Congresso, pelo PDT/RJ, em 1982



O tailandês Supachai Panitchpadki assumiu, em 1º de setembro, o cargo de diretor-geral da Organização Mundial de Comércio (OMC). Panitchpadki é o primeiro representante de um país em desenvolvimento a ser nomeado para a mais importante função da organização



Michael Somare, 66 anos, foi eleito por unanimidade primeiro-ministro da Papua Nova-Guiné. Somare foi um dos principais líderes da luta pela independência do país, conquistada em 1975. Ele já ocupou este cargo por duas vezes anteriormente. O novo primeiro-ministro pode ter dificuldades para governar, pois as eleições foram turbulentas e formaram um Parlamento muito fragmentado. O partido de Somare, o Pangu, que foi o mais votado, obteve apenas 19 das 103 cadeiras do Parlamento



O sociólogo egípcio-norte-americano Saad Eddin Ibrahim foi condenado a sete anos de prisão pela Justiça do Egito. Professor, diretor do Centro de Estudos de Desenvolvimento Ibn Jaldun, no Cairo, ativista dos direitos humanos, Ibrahim foi acusado de prejudicar a imagem do país no exterior. Diversas organizações dos direitos humanos protestaram, afirmando que o governo egípcio não tolera críticas

Novo organismo contra velhos problemas

União Africana entra em vigor, tendo como objetivos principais a consolidação da paz, a democracia e o desenvolvimento do continente



Fotos: AFP

A UNIÃO AFRICANA (UA), LANÇADA OFICIALMENTE NO INÍCIO DE JULHO, é o novo organismo de integração continental que substitui a Organização da Unidade Africana (OUA), surgindo como esperança de dar início a uma nova era para o continente.

Criada em maio de 1963, a OUA desempenhou um papel importante no momento em que a maioria das nações africanas conquistava sua independência, mas sempre teve como princípio básico a não ingerência nos assuntos internos dos países membros. Dessa forma, a organização manteve-se à margem de sérios problemas que atingiram o continente nas últimas décadas (proliferação de guerras civis, ditaduras e desrespeito aos direitos humanos).

Já a União Africana traz como pressuposto a intervenção em questões nacionais, quando considere que ameacem a segurança e a estabilidade coletivas. “O principal diferencial da UA, não só em relação à OUA, mas também em relação a outros movimentos de regionalismo internacional, é o fato de que estão previstos já na sua criação mecanismos de intervenção no sócio que estiver descumprindo as regras estabelecidas”, explica Arthur Ituassu, professor do Instituto de Relações Internacionais da PUC/RJ.

Apesar de todas as possíveis críticas, os principais líderes africanos preferiram se despedir da OUA com elogios, ressaltando o que ela teve de positivo. “A OUA

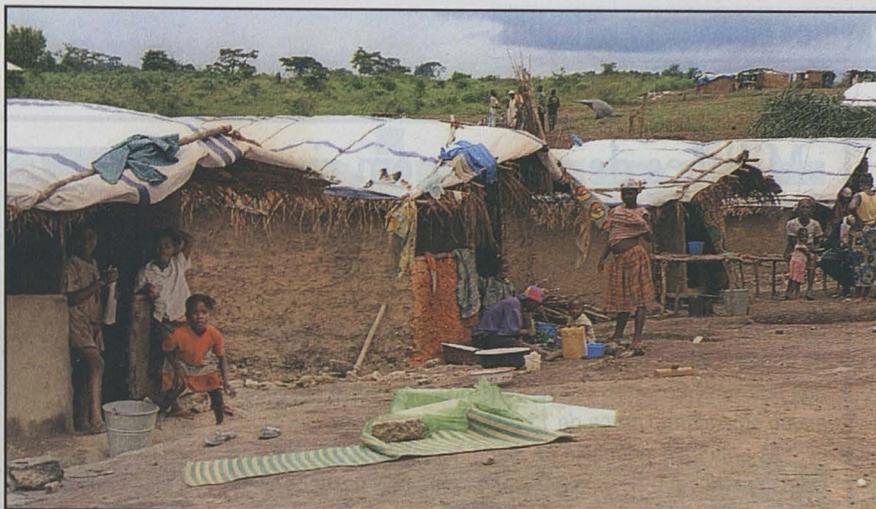
ajudou a trazer coesão para um continente devastado e garantiu sua libertação da administração colonial e do *apartheid*", afirmou o presidente da África do Sul, Thabo Mbeki. "O fim do sistema de colonialismo figura como uma das conquistas históricas da OUA, que garante à organização um lugar permanente de honra na história da formação da África moderna", disse Mbeki, o primeiro a ocupar a presidência rotativa da União Africana, que reúne 52 países.

Mbeki demonstrou verdadeira empolgação ao falar do novo organismo: "Demos um passo muito importante, mas que também implica novos desafios. É o momento que todos esperávamos".

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, ele mesmo um africano, saudou a UA ponderando que o caminho para sua construção completa será árduo. Comparando-a com a União Européia, ele lembrou que a área geográfica é maior e há muito menos recursos disponíveis. "Partimos de uma etapa anterior de desenvolvimento industrial, e as economias estão carregadas com dívidas insustentáveis ou afetadas por um legado de guerras que, durante gerações, foram prolongadas e exploradas por potências estrangeiras", afirmou Annan. Entretanto, preocupado em não transmitir pessimismo, o secretário geral da ONU afirmou que os africanos têm as condições necessárias para serem bem-sucedidos: grande resistência, uma vontade política férrea e a disposição de aceitar uma série de negociações e compromissos.

Construindo a paz

Se referindo ao futuro, o vice-presidente da África do Sul, Jacob Zuma, declarou que "o novo organismo se prepara para afrontar de forma firme e decidida bolsões de conflito no continente, pelo bem da África e de todos nós". Nesse sentido, a nova organização decidiu dedicar atenção especial aos conflitos em curso na Libéria, Madagascar, Sudão e República Democrática do Congo (RDC). Na opi-



O subdesenvolvimento, a fome, os milhares de refugiados de guerra ou de catástrofes naturais, como a seca, são alguns dos principais desafios que herda a União Africana, organismo continental cujos estatutos recolhem as lições do passado recente da região

nião de Itassu, os dois últimos já entraram em uma fase de negociação exatamente após o lançamento da União Africana, com mediação de alguns dos seus principais líderes e fundadores. "Paz é um pré-requisito fundamental para uma proposta realista de combate à pobreza no continente, assim como a estabilidade política. A UA, pelo menos no papel, tem a intenção de garantir ambos. Se assim fizer, estará dando uma lição de diplomacia", afirma o professor.

Segundo Jacob Zuma, "os mecanis-

mos de revisão entre pares e resolução de conflitos da União Africana expressam um compromisso com a democratização, a boa governança, a paz e a segurança, em benefício de todos os africanos e com independência em relação aos países industrializados". Desta forma o dirigente responde a crítica de que o mecanismo de pares é, antes de tudo, o cumprimento de uma exigência dos países desenvolvidos.

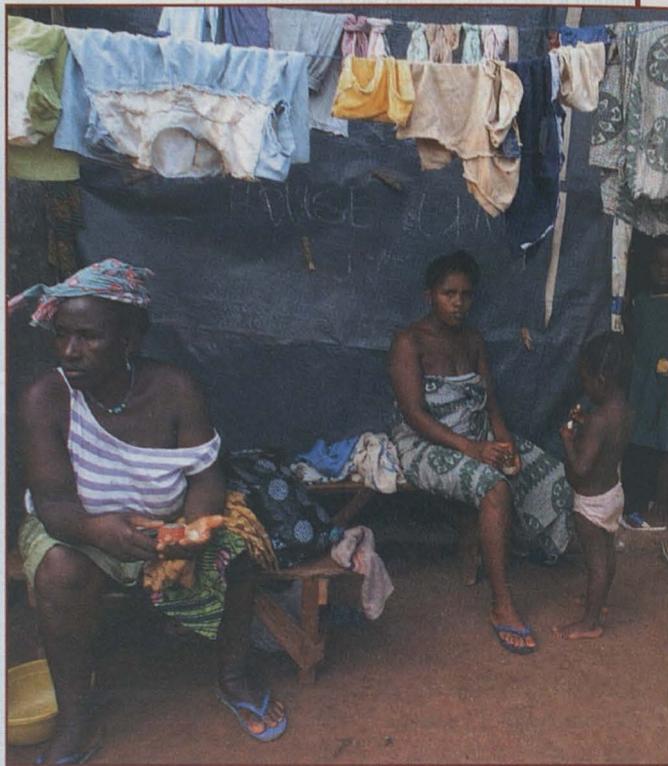
De fato, esse mecanismo é uma das bases da Nova Sociedade para o Desenvolvimento Africano (Nepad, na sigla,

Milhões de pessoas em risco

As populações de seis países da África subsaariana – Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue – estão ameaçadas pela fome e as péssimas condições de saúde. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), mais de 300 mil pessoas podem morrer apenas nos próximos seis meses. Mas o perigo pode ser muito maior, ameaçando cerca de 13 milhões de pessoas.

As principais agências de ajuda humanitária das Nações Unidas participam de uma campanha de emergência para aliviar a crise na região. A diretora da OMS, Gro Harlem Brundtland, preveniu que toda ajuda alimentar dirigida a estes países deve ir acompanhada da prestação de serviços básicos de saúde. Segundo ela, “debilitadas pela fome, muitas pessoas morrerão”.

Os últimos dados divulgados pela OMS revelam a duplicação do risco de mortalidade materna em algumas áreas. Os relatórios mencionam também o aumento contínuo da tuberculose, das infecções respiratórias agudas e da malária. A mortalidade é maior entre as pessoas contagiadas pelo HIV. Nos seis países afetados pela seca e a fome, o vírus da Aids alcança, em média, 24,9% da população, com extremos de 16,4% em Malawi, e 33,7% no Zimbábue.



em inglês). Impulsionado pelo presidente sul-africano Thabo Mbeki, ao lado de outros governantes da região (da Argélia, Egito, Nigéria e Senegal), este programa oferece aos países do Norte a promessa de um continente democrático e estável politicamente, em troca de um aumento de assistência, investimentos em infra-estrutura e abertura comercial a produtos africanos.

Entretanto, a resposta do G-8 (grupo dos oito países mais ricos do mundo, formado por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália, Japão e Rússia) aos avanços obtidos com a União Africana e a Nepad ficaram aquém do esperado. Em seu último encontro, o G-8 aprovou uma assistência adicional para o desenvolvimento da África, mas não decidiu nada sobre a abertura comercial e a anulação da dívida externa africana, medidas consideradas cruciais pelos dirigentes do continente.

Apesar da decepção com os primeiros resultados, Mbeki vem se esforçando para que a União Africana adote a Nepad como programa de desenvolvimento econômico e social. Por outro lado, há aqueles que resistem a essa idéia, alegando, entre outras coisas, que esse projeto aposta excessivamente na ajuda estrangeira. Alguns analistas, entretanto, acreditam que esses governos temem ficar excluídos dos benefícios da Nepad, devido ao seu mau desempenho em matéria de governança e respeito aos direitos humanos.

Nos últimos tempos, o presidente Mbeki vem se esforçando para ganhar apoio de importantes organizações da sociedade civil para a Nepad. Inicialmente, essas organizações deixaram claro o seu repúdio ao pouco espaço que tiveram na elaboração do projeto e denunciaram os seus temores diante da possibilidade de mais cortes nos gastos sociais para garantir a estabilidade econômica regional.

Instituições políticas

A estrutura da União Africana segue os mesmos moldes da União Européia. A presidência é rotativa, mudando anualmente. O Conselho Executivo de Ministros de Relações Exteriores se reunirá duas vezes por ano e dirigirá de forma direta sete comissões técnicas. Um dos organismos mais importantes é o Conselho de Paz e Segurança, de 15 integrantes, responsável por uma força africana de manutenção da paz.

Contudo, a União Africana nasce ainda sem contar com algumas de suas principais instituições políticas previstas inicialmente, como o Parlamento Africano, um organismo judicial similar à Corte Internacional de Justiça, o Banco Central Africano, o Banco Africano de Investimentos e o Fundo Monetário Africano. Os assuntos administrativos ficarão a cargo da secretaria do organismo continental anterior pelo menos por um ano. (Alvaro Neiva) ■

Ataque iminente

Os Estados Unidos seguem preparando ofensiva militar ao Iraque, visando derrubar o presidente Saddam Hussein, apesar do rechaço manifesto pela comunidade internacional

O GOVERNO NORTE-AMERICANO VEM DEFENDENDO UMA AÇÃO IMEDIATA CONTRA O IRAQUE. As empresas norte-americanas reduziram drasticamente a importação de petróleo oriunda do país. Na última semana de agosto, já aconteceram alguns bombardeios sobre alvos militares iraquianos. O centro de comando e comunicações que o Pentágono vinha construindo no deserto do Qatar está praticamente pronto. Mas esses são apenas os primeiros passos, pois, ao que tudo indica, em pouco tempo os Estados Unidos vão deflagrar uma violenta guerra contra o país asiático, mesmo sem contar com o apoio das Nações Unidas e de alguns dos seus principais aliados, entre países europeus e árabes.

O vice-presidente norte-americano, Dick Cheney, um frequente defensor de soluções violentas para qualquer tipo de conflito, afirmou que os Estados Unidos não devem esperar o momento em que Saddam Hussein esteja mais forte e mais ousado para tomar providências contra ele.

No mesmo dia, a equipe de assessores legais da Casa Branca afirmou que o presidente não precisa da autorização do Congresso para declarar guerra ao Iraque. Segundo os advogados, ainda estaria em vigor a autorização para o ataque dada a George Bush – o pai –, em 1991, sob a justificativa de que "Saddam descumpria resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

É interessante salientar que o presidente iraquiano já sinalizou com a possibilidade de retorno dos inspetores de armamentos da ONU, proibida desde 1998 e que vinha sendo usada como a principal justificativa para um possível ataque ao país. Representantes do governo iraquiano e das Nações Unidas vêm se reunindo, a fim de estabelecer as condições necessárias para esse retorno. Entretanto, agora essa medida não é mais suficiente para reduzir o ímpeto de guerra do governo norte-americano.

O Reino Unido, principal aliados dos Estados Unidos na guerra do Afeganistão, não demonstra o mesmo apoio. O chanceler britânico, Jack Straw, afirmou em entrevista à emissora de rádio BBC que, se Saddam permitir a volta dos inspetores da ONU, pode haver um recuo da operação militar. Straw até admite que gostaria de ver uma mudança de regime no Iraque mas, diferentemente dos Estados Unidos, afirma que isso não é um objetivo do governo de seu país.

A possibilidade iminente de uma ação militar no Iraque vem perdendo apoio mesmo na sociedade norte-americana. Segundo



Dois iraquianos carregam um grande pôster do presidente Saddam Hussein em frente do Domo da Rocha, em Jerusalém. O mundo árabe, que já rejeitava o ataque israelense à Palestina, se une contra a possibilidade de uma ação militar norte-americana no Iraque

uma pesquisa do Instituto Gallup, 53% defendem o envio de tropas dos Estados Unidos ao Iraque. Se este número ainda é alto, revela uma queda significativa em relação aos 74% que apoiavam esta ação em novembro de 2001.

No mundo árabe, a rejeição a um ataque militar é muito grande. Essa possibilidade, por exemplo, vem causando problemas nas boas relações que os Estados Unidos mantinham com a Arábia Saudita. Este país recusou o pedido dos norte-americanos de utilizar a Base Príncipe Sultão para um ataque ao Iraque. O presidente do Egito, Hosni Mubarak, foi mais um a rejeitar a possibilidade de guerra, afirmando que um ataque norte-americano ao Iraque pode instalar o caos no Oriente Médio. (Alvaro Neiva) ■

Três gerações de refugiados

No Oriente Médio, vivem 3,8 milhões de palestinos em 57 campos de refugiados

Edouard Bailby

HÁ DÉCADAS LUTANDO PELO DIREITO DE TER UMA PÁTRIA LIVRE, os palestinos seguem vivendo como refugiados em seu próprio território ou em outros países árabes. Com o alto índice de crescimento demográfico – 7,4 filhos em média por cada mulher – o número de refugiados palestinos alcança hoje 3.849.950. Os mais numerosos (1.639.700) vivem nos dez campos da Jordânia, país mais pobre da região. No Líbano, foram recenseados 383 mil palestinos nos 12 campos de refugiados, inclusive Sabra e Chatila, onde as legiões cristãs armadas por Ariel Sharon, então ministro israelense da Defesa, massacraram em dois dias mais de mil civis em setembro de 1982. Na Síria, 391.650 palestinos sobrevivem nos oito campos de refugiados. No que se refere aos territórios autônomos da Palestina, 583 mil palestinos estão concentrados em 19 campos de refugiados na Cisjordânia e 852.600 nos oito campos da faixa de Gaza, um pequeno território de 370km² à beira do Mar Mediterrâneo. Como podem sobreviver cerca de quatro milhões de palestinos nos 57 campos de refugiados do Oriente Médio? Daí vem o desespero dos jovens *fedayin* que se lançam em atentados suicidas contra Israel para reconquistar as terras perdidas e ter uma existência normal.

Em recente relatório, o Banco Mundial descreveu a situação “catastrófica” dos territórios autônomos da Palestina,

onde vivem 3,2 milhões de pessoas. Na faixa de Gaza, com largura de 10km e comprimento de 40km, a metade da população vive nos campos de refugiados. O pior deles é o campo de Chati (em português, Campo da Praia) que se estende por vários quilômetros à beira-mar. A areia está invadindo os becos entre as casas com tetos de zinco onde vivem em quartos pequenos famílias inteiras. Não há água potável para todos, e falta esgoto. A artéria principal atravessa o campo de norte a sul. Toda manhã na praça central, a poucos metros de uma das cinco mesquitas, a população vem comprar os poucos legumes à venda. Mais adiante está a escola primária da UNRWA (United Nations Relief Work Agency), criada em 1950 para prestar assistência alimentar, educativa, sanitária e socioeconômica aos refugiados palestinos. Sendo poucos os recursos para acolher todas as crianças ao mesmo tempo, a metade dos alunos estuda de manhã e outra metade pela tarde. Como os demais campos de refugiados na faixa de Gaza e na Cisjordânia, periodicamente ocupados ou em parte destruídos por Tsahal, o de Chabi é uma autêntica favela. A juventude não tem nenhum futuro.

Desde dezembro de 2000, segundo o Banco Mundial, o número de palestinos que vive abaixo do índice de pobreza, isto é, com menos de 2,27 euros por dia, dobrou para alcançar 50% da população nos territórios autônomos. O desemprego triplicou, sendo atualmente de 30% a 40%. Os estragos materiais causados pelos en-

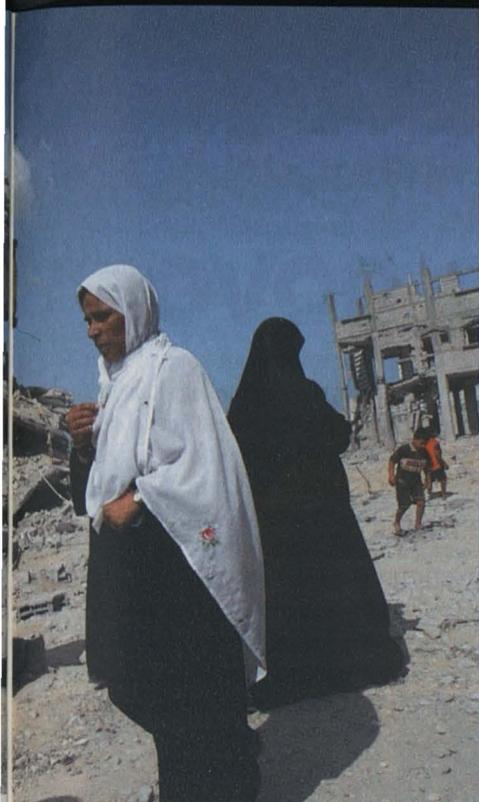
A catastrófica situação nos campos de refugiados espalhados pela região e a dramática realidade vivida nos territórios supostamente autônomos continuam a levar gerações de palestinos ao desespero



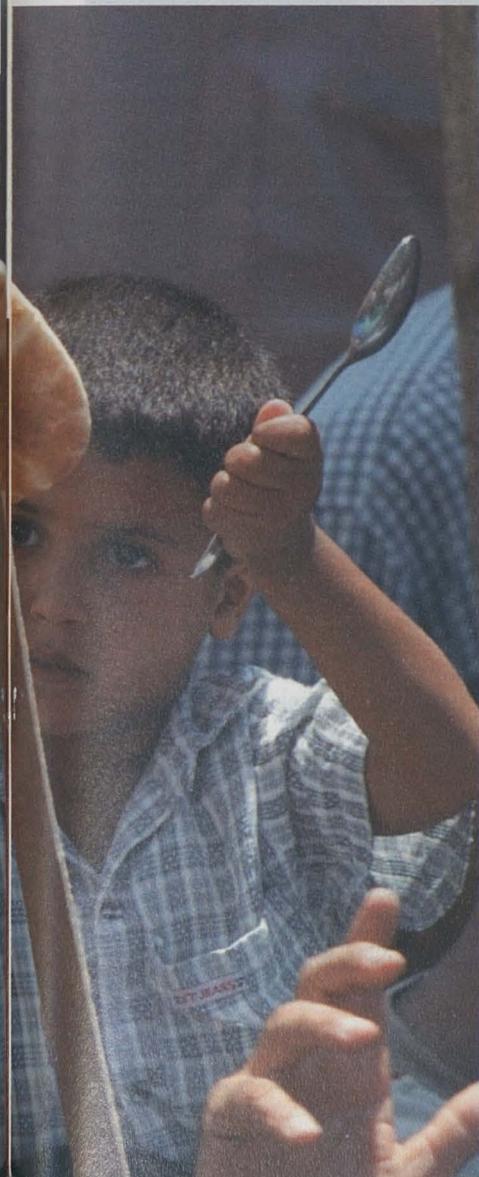
50 anos de sofrimento

Encorajados pela resolução 181 das Nações Unidas, em 29 de novembro de 1947, que recomendava a partilha da Palestina entre um Estado judeu (54% do território) e um Estado árabe (46% do resto), os israelenses empregaram métodos expeditivos para ocupar os territórios que lhes eram destinados. Arthur Balfour, ministro britânico das Relações Exteriores, havia sido o primeiro, em 1917, a prometer a criação de um Estado judeu na Palestina após a derrocada do Império otomano no Oriente Médio. Escreveu a respeito o escritor britânico Arethur Koestler: "Na Palestina, uma nação prometeu solenemente a uma segunda o território da uma terceira." Foi o que aconteceu.

Sexta-feira, 9 de abril de 1948: os terroristas do Irgun, organização sionista da extrema-direita, massacraram a população de uma aldeia árabe, Deir Yassin, perto de Jerusalém. Entre os 254 cadáveres, uma maioria de mulheres e crianças. Hoje o nome da aldeia não aparece em nenhum mapa de Israel. "Os palestinos não tiveram o seu Picasso para pintar o seu Guernica", comentou o jornalista francês Hugues Néel no seu livro Israel, 100 anos d'histoire. Cinco semanas mais tarde, em 15 de maio de 1948, no dia em que Israel proclamou a sua independência, 200 árabes, incluindo mulheres e crianças, foram assassinados em Tantura, perto da Haifa. Apavorados com os massacres, os palestinos começaram a fugir em massa. Os que não quiseram ir embora foram expulsos pelos militares, como ocorreu em Lydda (hoje Lod) em 11 de julho de 1948. Em 18 meses, Tsahal, o Exército de Israel, arrasou 384 aldeias árabes, obrigando mais de 850 palestinos a emigrar.



Fotos: AFP



frentamentos entre palestinos e israelenses estão sendo estimados em mais de 3.437 milhões de euros. A colheita dos impostos pela Autoridade Palestina caiu para menos de 22,7 milhões de euros por mês em média, contra aproximadamente 100 milhões no terceiro trimestre de 2000.

Em abril deste ano, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), com sede em Roma, declarou que estava "vivamente preocupada com as destruições em grande escala das infra-estruturas palestinas, das fazendas agrícolas, dos sistemas de irrigação, das estufas onde cresciam certas plantas, das hortas e o desaparecimento de aproximadamente oito mil hectares de terras aráveis". Bastante preocupada com o bloqueio dos territórios autônomos por Tsahal e as destruições nos campos de refugiados, a FAO acrescentou que "a fome e a subalimentação alcançaram níveis alarmantes", citando entre outros exemplos um saldo de 52% no que se refere ao nú-

mero de bebês que morrem ao nascer em Gaza. A organização sublinhou a disparidade dos recursos disponíveis em água entre a Cisjordânia e a faixa de Gaza, de um lado, e Israel, do outro: 112 metros cúbicos anuais por pessoa para os palestinos contra 377 metros para os israelenses. Vale lembrar a esse respeito que toda a água potável vem de Israel, cujo governo tem a possibilidade de controlar a qualquer momento o abastecimento dos árabes.

Apesar dessa tragédia, sobretudo nos campos de refugiados dos territórios autônomos (Gaza e Cisjordânia), os doadores quase dobraram, com 1,02 bilhão de euros no ano passado, a sua ajuda durante a Intifada palestina. A contribuição da União Europeia foi a mais importante. Se Israel levantar o bloqueio serão necessários mais de um bilhão de euros para enfrentar a situação atual. Em caso contrário, as necessidades de primeira urgência para salvar da fome milhões de palestinos alcançarão dois bilhões de euros. O desafio é dramático. ■

'Homem-Míssil' é o novo presidente indiano

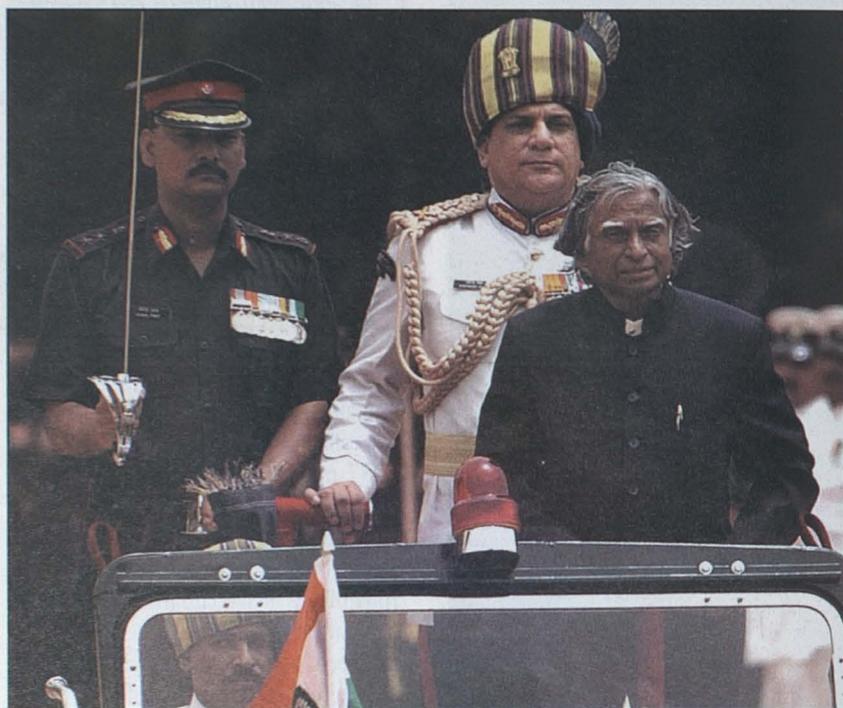
Abdul Kalam é uma figura controversa: já preocupou o mundo com a realização de testes nucleares na região, mas hoje assume a Presidência com a perspectiva de apaziguar os conflitos entre muçulmanos e hindus, maioria no país

Aline Beckstein

“**A** ÍNDIA SE TORNARÁ UMA NAÇÃO DESENVOLVIDA EM 20 ANOS”, a declaração é do novo presidente da Índia, o cientista Abdul Kalam. Conhecido por “sonhar alto”, ele é aficionado pelo projeto de transformar o país numa grande potência. Se não conseguir este feito em nível econômico, pode-se dizer que, “ao menos”, deu à Índia o status de potência nuclear não-declarada.

O novo presidente foi eleito de forma indireta, obtendo 89,58% dos votos para um mandato de cinco anos. Kalam foi indicado, de forma surpreendente, pelo partido nacionalista hindu Bharatiya Janata (BJP), que lidera a coalizão de governo. Obteve apoio de todos os partidos, exceto o comunista. A oposição entrou com o único concorrente, indicando a ativista Lakshmi Segal.

Embora o regime político indiano seja o parlamentarismo, sob a liderança do primeiro-ministro Atal Bihari Vajpayee, Abdul Kalam será o comandante supremo das Forças Armadas, como estabelece a Constituição. O papel do presidente também é considerado crucial na formação do novo governo, porque a Índia passa por uma era de governos de coalizão. Caberá a Kalam escolher qual partido formará o governo no caso de nenhuma legenda conquistar grande vantagem nas eleições.



Abdul Kalam, na cerimônia de posse, em 25 de julho. Ele assume a Presidência em um momento de turbulência: externa, com o Paquistão, e interna, entre hindus e muçulmanos

A esquerda critica Kalam por sua falta de experiência, enfatizando que o cargo de presidente requer uma compreensão profunda da política interna, atributos que Kalam, cientista e engenheiro aeronáutico, alegam não possuir. “Ele deveria se concentrar naquilo que faz melhor: ciência e tecnologia, disse Bardhan, líder do Partido Comunista.

Abdul Kalam é uma figura multifa-

cetária e controversa. Foi chamado pela imprensa de “Homem-Míssil”, por ter liderado o programa nuclear indiano e de desenvolvimento de mísseis. Ele colocou o país no seleto grupo que detém tecnologia para a preparação da bomba atômica. E em 1998, sob protestos da comunidade internacional, liderou os testes nucleares nos desertos de Pokhran, noroeste do país.

A Índia realizou três testes nucleares

subterrâneos, detonando bombas a 800 metros de profundidade, com um poder total de dez quilotons, apenas cinco quilotons a menos que a bomba norte-americana lançada sobre Hiroshima em 1945. O Paquistão, adversário tradicional, respondeu aos testes detonando cinco bombas no subsolo de um rincão desértico, próximo à fronteira com o Afeganistão.

O novo presidente afirmou, no entanto, que foi a dissuasão nuclear que permitiu evitar uma nova guerra com o Paquistão. "Quando o nosso vizinho tem armas nucleares, não podemos ficar de braços cruzados", afirmou, lembrando os dois princípios da política nuclear de seu país: não dar o primeiro passo e uma moratória sobre os ensaios nucleares".

Espiritualidade e ciência

"A tecnologia também serve para secar lágrimas", afirma o novo presidente, o décimo segundo da Índia, e o terceiro muçulmano, num país onde 83% da população segue o hinduísmo. Kalam prega a integração entre ciência e espiritualidade como maneira de transformar o país numa "Índia de Ouro". Ele conhece igualmente o *Corão* e o *Bhagwad Gita*, livro sagrado do hinduísmo. Durante sua posse, em 25 de julho, disse: "Eu irei trabalhar para trazer a união entre as diferentes tradições do nosso país."

Segundo analistas, o fato de Kalam ser muçulmano aliado ao seu perfil conciliador motivou sua indicação, numa tentativa de contornar as críticas que o partido governista BJP vem recebendo por não conseguir controlar as revoltas extremistas no estado de Gujarat.

A questão religiosa ganhou contornos trágicos com os recentes episódios de violência entre hindus e muçulmanos em Gujarat. A região, que fica a oeste do país, foi palco de violento confronto, entre fevereiro e março deste ano. Mais de mil pessoas foram mortas, a maioria muçulmanas. A causa teria sido a disputa pela posse de um lugar considerado sagrado, agravando-se com o incêndio de um trem

Possível acordo com rebeldes Naga

Depois de décadas de exílio, líderes do movimento rebelde do estado de Nagalandis, no noroeste da Índia, chegaram em agosto ao país para negociar um acordo político. Ainda não há uma data marcada para o encontro entre Atal Bihari Vajpayee, primeiro-ministro indiano, com Thingaleng Muivah e Isak Chisi Swu, chefes da facção mais poderosa do proscrito Conselho Nacional Socialista de Nagalandia, conhecido por NSCN-IM (IM correspondendo às iniciais dos líderes).

Funcionários do governo disseram que a Índia está ansiosa para chegar a uma solução que "satisfaça a todos os nagas". Eles lutam pela criação de um Estado independente para a sua etnia, entre o noroeste da Índia e a Birmânia.

O antigo território dos naga, de 96 mil quilômetros quadrados, ficava situado ao sul da fronteira com a China. A região foi dividida entre a Índia e a Birmânia depois da retirada da Grã-Bretanha destes países, em 1947, ignorando a declaração de independência da comunidade naga.

O Estado independente da Índia incorporaria partes dos estados indianos vizinhos à Nagaladis (Assam, Manipur e Arunachal Pradesh), assim como territórios do oeste da Birmânia, onde os naga têm uma forte presença. O nome pensado para a possível nação seria "Nagalim" ou "Nagalandia Maior".

de peregrinos hindus, supostamente cometido por muçulmanos.

Ascensão social

Em sua autobiografia, *Asas de fogo*, Kalam conta o difícil início de sua vida: "Meu pai era proprietário de um barco em Rameswaram. Eu tive que vender até jornais na minha infância." O livro figurou na lista dos mais vendidos, desde que Kalam foi indicado ao cargo. A história de um homem humilde que chegou à Presidência parece ter oferecido novo alento ao povo, simbolizando a esperança de ascensão social. Pesquisas mostram que a maioria dos indianos o vê como um governante íntegro, de hábitos simples, comprometido com a nação.

O antecessor de Kalam, K.R. Narayanan, também tinha uma origem humilde. Ele pertencia à casta dos "intocáveis", a condição mais baixa que alguém pode ocupar no país. "Eles são claro exemplo da democracia indiana no último século, contrastando com a experiência pós-colonial dos países vizinhos da Ásia Meridional", explica o sociólogo Abhijit Pathak.

Os líderes do movimento da independência indiana eram em sua maioria advogados ou haviam obtido outros títulos em universidades britânicas de Oxford e Cambridge. Esse foi o caso, por exemplo, do grande líder Mahatma Gandhi.

Em contrapartida, Kalam é um cientista formado na Índia, que viajou somente uma vez ao Estados Unidos em 1960 para estudar o lançador "Scout" na Nasa e projetar uma versão indiana.

A chegada de Kalam à Presidência demonstra que, apesar de difícil, a ascensão social é possível na sociedade de casta indiana. Analistas enfatizam que a sua eleição para o cargo de chefe de Estado possui um valor "simbólico" e está servindo para reforçar o caráter secular do país, preconizado desde a independência.

A chamada minoria muçulmana representa somente 11% da população do subcontinente indiano. Contudo, a Índia - o segundo país mais populoso do mundo, depois da China, possui a segunda mais numerosa comunidade islâmica, perdendo apenas para a Indonésia. São 150 milhões de pessoas, número mais que significativo para eleger um representante. ■



Reunidos em Guaiaquil, os presidentes sul-americanos decidiram acelerar a conclusão do acordo entre o Mercosul e a Comunidade Andina (CAN)

América do Sul discute integração

Em meio a um cenário de profunda retração econômica, presidentes sul-americanos enfatizam a necessidade de maior união entre países da região

GOVERNANTES DA ARGENTINA, BOLÍVIA, BRASIL, CHILE, COLÔMBIA, EQUADOR, GUIANA, PARAGUAI, PERU, SURINAME, URUGUAI E VENEZUELA

estiveram reunidos na cidade equatoriana de Guaiaquil, nos últimos dias de julho, na II Reunião dos Presidentes da América do Sul. O principal tema do encontro foi o mesmo da primeira reunião, realizada há dois anos, em Brasília: discutir projetos de integração continental, política e econômica. Contudo, o processo praticamente se resumiu a declarações de intenção, em grande parte devido à variedade de interesses nacionais contrários à liberação do comércio continental.

Poucos acordos eram esperados, mesmo porque cinco presidentes dos paí-

ses presentes em Guaiaquil já estavam em fim de mandato: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia e Equador. A principal resolução da cúpula foi a declaração acelerando a conclusão do acordo entre os países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da Comunidade Andina (CAN). Os dois blocos comerciais deveriam ter começado o processo de integração no final do ano passado, mas as controvérsias a respeito do alcance da abertura atrasaram o projeto.

Essa resolução foi expressa no documento *Consenso de Guaiaquil* sobre Integração, Seguridade e Infra-estrutura para o Desenvolvimento, que estabelece ser "imprescindível" concretizar a integração entre o Mercosul e a CAN ainda este ano, fortalecendo a "capacidade negociadora" sul-americana em outros processos, parti-

cularmente na formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

O Mercosul é integrado pela Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, e é a terceira maior união aduaneira do mundo, com fortes produtores agropecuários. Já a CAN, que reúne Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, ainda não alcançou o estágio de converter-se em uma união alfandegária. Por enquanto, só permite o comércio bilateral de seus membros com preferências tarifárias.

O ministro de Desenvolvimento brasileiro, Sérgio Amaral, declarou que Brasil e Colômbia, que ocupam respectivamente as presidências do Mercosul e da CAN, vão fechar uma agenda de trabalho e um cronograma para a integração dos dois blocos.

Esse intercâmbio seria viabilizado

por meio de quatro eixos principais: promoção de investimentos privados voltados para a integração física; união de instituições financeiras dos blocos no sentido de incrementar o comércio na América do Sul; viabilização de *joint venture* (parcerias de empresas para empreendimentos comuns) e, como ponto principal, a conclusão do acordo de livre comércio entre os dois blocos até o final do ano.

Para os andinos, um tratado como esse facilitaria a entrada de seus produtos nos mercados do Cone Sul. Em contrapartida, o Mercosul aumentaria o seu poder de negociação com os Estados Unidos e a União Européia (UE). Apesar das vantagens, a possibilidade de chegar-se a um acordo real ainda é distante, com reticências de ambos os lados e controvérsias entre os andinos, onde vários setores econômicos chegaram a pedir o fim da associação.

Questionamentos sobre a Alca

O Consenso de Guayaquil pôs em dúvida a entrada em vigência da Alca até o final de 2005, como estava previsto. O ministro equatoriano Heinz Moell afirmou que seria difícil superar os desentendimentos nas negociações em busca de um acordo continental. Ainda acrescentou que não existem condições para formar a Alca enquanto os Estados Unidos continuarem com uma política de protecionismo a seus produtos.

Os dirigentes decidiram que o processo de criação da Alca deve levar em conta “as circunstâncias, necessidades, condições econômicas e oportunidades dos países com economias pequenas”. Contudo, os fortes pronunciamentos contra a Alca emitidos durante a reunião foram atenuados no documento final.

Enquanto dirigentes sul-americanos discutem projetos que possam viabilizar a integração do continente, os Estados Unidos já estão bem mais adiantados neste sentido. No final de julho, o presidente norte-americano George W. Bush conse-



A polícia equatoriana reprimiu duramente as manifestações de movimentos sociais que pretendiam divulgar um documento contrário à aprovação da Alca

guiu promulgar a chamada Autoridade de Promoção Comercial (TPA, na sigla em inglês), também conhecida como *fast track*. A medida confere a Bush autoridade para negociar, durante cinco anos, acordos comerciais que o Congresso pode aprovar ou rejeitar em um prazo máximo de 90 dias, mas não modificá-los. A lei foi considerada crucial para viabilizar a expansão do comércio de produtos e serviços norte-americanos para o exterior.

Manifestantes barrados

O presidente Fernando Henrique Cardoso criticou na reunião os encontros do G-8 (grupo dos oito países mais ricos do mundo, formado por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália, Japão e Rússia), nos quais, segundo ele, não se faz nada de bom para o povo. Porém, a dirigente indígena Blanca Chancoso, uma das manifestantes nas ruas de Guayaquil, tomou estas palavras a respeito do G-8 e fez um paralelo crítico com a reunião de presidentes sul-americanos: “A repressão dos movimentos sociais nos obriga a pensar o mesmo desse grupo de presidentes e particularmente do governante do Equador, Gustavo Noboa.”

Blanca estava revoltada com a repressão policial a uma marcha organizada pelos movimentos sociais do Equador. A manifestação, que pretendia entregar uma

carta de intenções à cúpula, terminou com um saldo de vários feridos e 22 pessoas detidas.

Líderes indígenas e camponeses queriam entregar um documento crítico à Alca, em consonância com as opiniões expressadas por alguns mandatários no começo da reunião sul-americana. Entre os detidos estava Jorge Loor, presidente da Coordenadoria Nacional Camponesa, uma das organizações sociais mais importantes do Equador.

O dirigente camponês Rodrigo Collahuazo enfatizou que as críticas dos presidentes à Alca não deveriam ficar na retórica para conter os movimentos sociais do continente, que tinham rejeitado a ideia do acordo antes deles. “Não estariam tratando de mostrar uma cara nova ante as eleições presidenciais de outubro no Brasil e Equador?”, questionou.

A crítica de Collahuazo é a de muitos analistas políticos. Para eles, os dirigentes presentes na cúpula, se realmente interessados numa integração comercial, devem se apressar. A aprovação do *fast track* abre caminho para um acordo entre os Estados Unidos e o Chile, enfraquecendo o Mercosul, e aumenta as possibilidades de Bush obter a sua tão almejada “união americana”, com a formação da Alca. Resta saber se esse sonho não se converterá em pesadelo para os demais países americanos. (Aline Beckestein) ■

Tornando-se um Estado Livre Associado?

O empréstimo que o presidente George W. Bush estendeu ao governo uruguaio serviu para estancar a sangria provocada pela implementação das políticas impostas pelo Fundo Monetário Internacional. Mas não foram divulgadas as condições que Washington impôs para liberar esse dinheiro

Samuel Blixen*

"D E NENHUMA MANEIRA POSSO PERMITIR QUE CAIA MEU AMIGO JORGE" (BATLLE), disse George W.

Bush no momento de autorizar um empréstimo do Departamento de Tesouro norte-americano por 800 milhões de dólares. O presidente dos Estados Unidos certamente detém informação privilegiada, mas nada fazia suspeitar que, no dia 30 de julho, Jorge Batlle estivesse arriscado de perder a sua cadeira presidencial. Bush deveria explicar o alcance de suas alusões. E se Jorge Batlle, o "amigo Jorge", tem um mínimo de dignidade, também deveria esclarecer se efetivamente esteve a ponto de cair. E mais: deveria informar quais foram as condições que lhe impôs seu "amigo George" para outorgar esse empréstimo ao Uruguai, porque com certeza, em letra bem pequenina, o contrato explica o rápido surto de "solidariedade" que sofreu Bush.

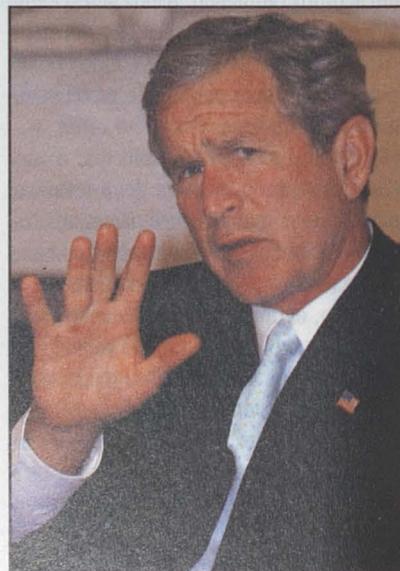
O presidente Batlle deveria explicar que coisas prometeram os enviados de seu governo, Ariel Davrioux e Isaac Alfie, nos cinco dias que passaram em Washington, enquanto o dinheiro, em Montevideú, escoria dos bancos e as reservas do Banco Central esgotavam-se (até que foi decretado o feriado bancário.) Alfie era uma das testemunhas mais qualificadas da crítica situação



O secretário de Tesouro norte-americano, Paul O'Neill, conversa com o presidente uruguaio, Jorge Batlle, durante sua visita à América do Sul. Ao lado, o presidente George W. Bush, que resolveu dar uma 'mãozinha' para o Uruguai

e sua qualidade de assessor direto do ex-ministro da Economia não o inibiu de retirar uma grande parte do dinheiro próprio que havia colocado em uma instituição privada.

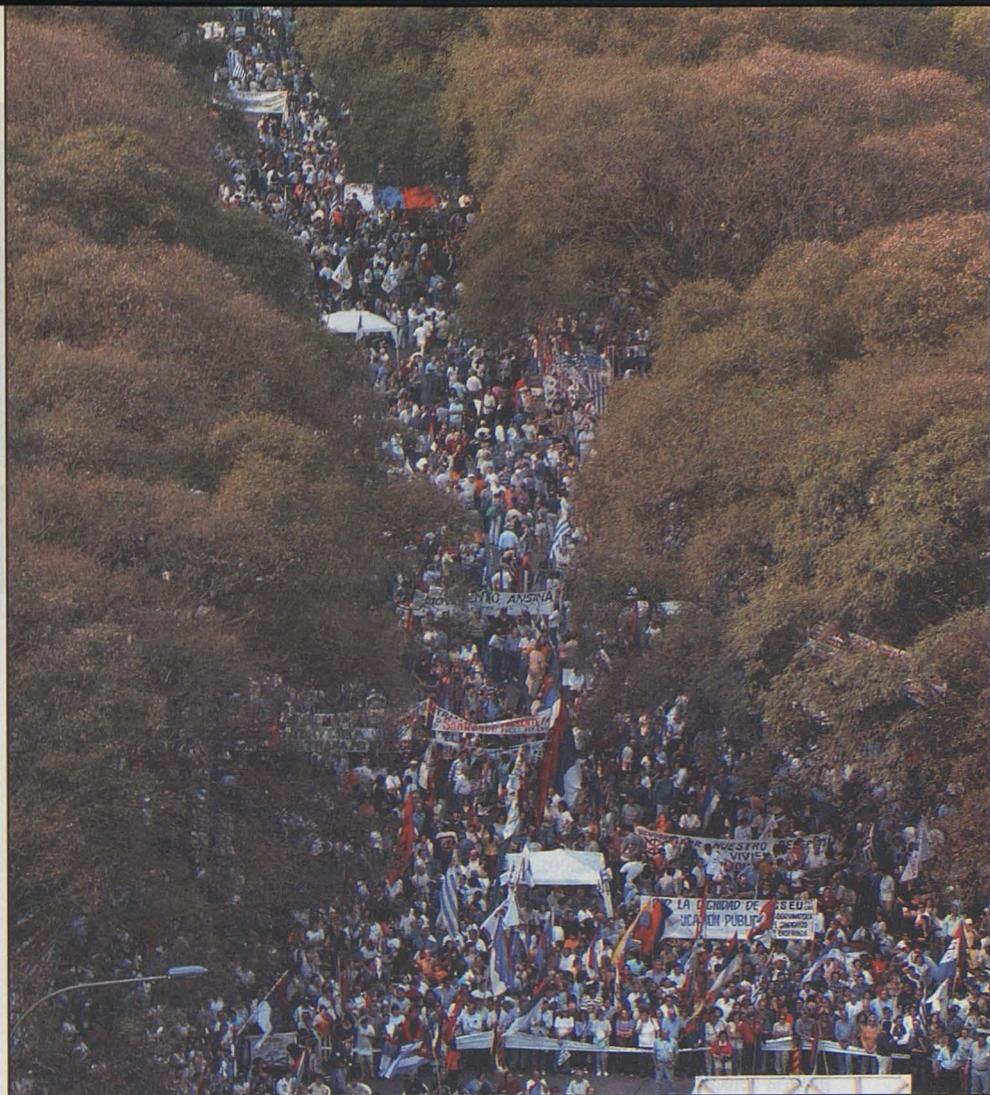
O secretário do Tesouro dos Estados Unidos não teve pudor em criticar "essas políticas que permitem que o dinheiro que outorgam os organismos multilaterais escapem dos bancos", mas o presidente Batlle, diferentemente de seus colegas argentino e brasileiro, preferiu ignorar a alusão (que se ajustava perfeitamente à situação uruguaia), evitando o desconforto de ter que pedir retificações e exigir des-



culpas, como fez Fernando Henrique Cardoso. Contudo, essa política que critica o secretário do Tesouro norte-americano foi imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Foi o FMI que colocou como condição ao empréstimo que socorreu o sistema bancário uruguaio que não fossem impostos mecanismos de seguros aos bancos e que fossem devolvidos os depósitos, mesmo se a corrida não fosse detida. Foi o FMI que obrigou o Estado a socorrer os bancos afetados. Foi o FMI que condicionou os empréstimos a uma nova privatização das instituições em no máximo seis meses. Foi o FMI que exigiu a reengenharia do sistema financeiro quando a crise fosse superada. E foi o FMI que impôs a livre flutuação do dólar e a aprovação sem questionamentos do ajuste fiscal e das políticas recessivas.

O relato de "fontes confiáveis" sobre as gestões da Davrieux e Alfie em Washington é patético: no dia 25 de julho, os dois "negociadores", nem bem tinham chegado, já estavam fazendo as malas para voltar, esmagados pela dureza e intransigência do FMI. Mas, bem no último minuto, como nos filmes de Hollywood, receberam uma chamada do Departamento do Tesouro: o país mais poderoso do mundo fazia uma declaração de amor ao fraco governante do menor país da região financeiramente mais castigada do mundo: "Não posso deixar meu amigo Jorge cair." O suspense que antecipa o *happy end* revela um cerco ideológico. Não precisa ser muito perspicaz para compreender que já faz um tempo desde que os "agentes econômicos" exibem histeria, as empresas de avaliação de risco se tornam volúveis e as bolsas agem como adolescentes chatas – o FMI e o Departamento de Tesouro fazem o jogo do mocinho e o bandido, enquanto os povos latino-americanos se afundam cada vez mais na pobreza e no desespero.

Se as reservas do Banco Central se esgotaram foi porque os mocinhos e os bandidos impuseram a condição de que o Estado deveria assegurar os depósitos e agüentar o temporal sozinho. Se foi necessário utilizar fundos estatais para so-



No alto, uma manifestação reúne milhares de pessoas em Montevideu para exigir saídas para a grave crise que atinge o país. O ato foi realizado em 25 de agosto, aniversário de 11 anos da declaração da independência do país. Acima, correntistas fazem fila na porta do Banco da República, esperando conseguir retirar seus depósitos

correr o Banco Comercial foi porque assim foi decidido em Washington. Se o governo resolveu assumir a gestão dos bancos falidos para tornar a privatizá-los depois foi porque alguém assim o sugeriu nos ouvidos dos *lobbistas* nativos ao preço de 30 mil dólares mensais.

Essa política, implantada com escassíssima margem de autonomia, acabou com as reservas, fez o dólar disparar e inchou os bancos estatais. Como consequência de tudo isso, o país ficou à beira da bancarrota. Foi então que o "amigo George" entrou em cena, enquanto seu porta-voz afirmava que tudo o que tinha sido feito estava errado. O governo uruguaio, então, muda de rota, como corresponde: liquida bancos, assume as dívidas e impulsiona uma reestrutura do sistema financeiro. Claro: depois que as piranhas engoliram os bons clientes dos frágeis bancos, descobrimos que a praça financeira não era o que parecia. E se desde 1985 até aquele momento tínhamos colocado dinheiro para preservar sua estabilidade, era momento de admitir que gastamos em vão.

Os bancos estrangeiros fizeram sua própria seleção de espécies: agora é a vez dos bancos oficiais, porque, segundo a lógica dos colonizados mentais uruguaios, "o FMI não aceita que o Estado controle 90% da atividade bancária do país". Deverão ser liquidados os bancos sob intervenção e aqueles de capital misto em que os sócios privados não estejam lucrando. E ainda que não se saiba bem por que, parece necessário que o Banco da República seja privatizado. Para que o pacote todo funcionasse, era necessário criar o suspense adequado.

Porém, o esquema, como o amor, necessita de dois envolvidos. Faz tempo que a política econômica do governo é ditada diretamente pelo FMI e o Departamento do Tesouro. O presidente Batlle cumpriu ponto por ponto tudo o que lhe impuseram, mas não se comoveu diante das cenas de crianças comendo capim. Aceitou, submisso, impor uma receita que de antemão já estava condenada ao fracasso e que sabidamente aumentaria a dívida externa a um ponto em que seria impossível pagar nem

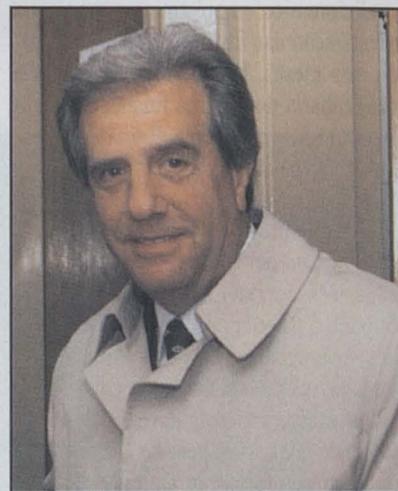


Acima, o embaixador uruguaio nos EUA, Hugo Fernandez Faingold (esq.), e o presidente do BID, Enrique Iglésias, após o BID adiantar parte do empréstimo norte-americano. Ao lado, Tabaré Vázquez, líder da 'Frente Ampla', coligação opositorista

mesmo os juros. Mas não teve um gesto de sensibilidade diante do empobrecimento da população, do desemprego e da fome.

De forma premeditada, com a cumplicidade do Executivo uruguaio e o respaldo de uma coalizão parlamentar que tem os braços engessados, o país foi jogado num beco sem saída. A dívida externa e as reservas do país foram consumidas por uma estratégia de defesa do sistema bancário e descobrimos que o sistema financeiro "está corrompido até as raízes", como afirmou o presidente da coligação opositorista Frente Ampla, Tabaré Vázquez. Até mesmo no resgate desse sistema corrupto fracassou-se, com a generosa indolência do governo diante das falcaturas e a incapacidade total para exercer o controle, mas também com uma determinação inabalável para aumentar tarifas e reajustar os preços. Agora sabemos que para o "amigo George" é a docilidade da Presidência da República que vale 800 milhões de dólares.

E agora cabe a pergunta: o que nos resta nessa terra arrasada pelo modelo neoliberal? Nos restam, além de alguns políticos corruptos que enriqueceram escandalosamente com a entrega do patrimônio nacional, as empresas estatais. O "amigo George" vai querer cobrar o empréstimo com as nossas empresas estatais de telecomunicações, de energia, de petróleo. Se ele estendeu ao governo essa ponte de 800 mi-



lhões é porque tem no bolso a garantia de nossos ativos. Daqui a pouco vão nos dizer que seremos obrigados a honrar "nossos" compromissos; serão os mesmos que na última campanha eleitoral falaram que, caso a esquerda chegasse ao poder, levaria o país à bancarrota e nos tranquilizaram em relação às dívidas em dólares porque asseguraram que o Partido Colorado (hoje no poder) não ia desvalorizar o peso.

Quando formos "honrar" esses compromissos vendendo as jóias da avó, seremos, explícita ou implicitamente, como Porto Rico, um "Estado livre associado". É essa, de fato, uma das opções que nos resta neste pequeno país tampão entre a Argentina e o Brasil que está prestes a deixar de ser uma nação. ■

*Samuel Blixen é um premiado jornalista e escritor uruguaio. Este artigo foi reproduzido do semanário uruguaio Brecha (www.Brecha.com.uy)

Daniel Viglietti

Um homem, um poeta

Perto de completar 63 anos, Daniel Viglietti segue em pé de guerra contra as injustiças sociais e contra a mediocridade que impera na maioria das produções musicais recentes. Capaz de compor hinos que emocionam o mundo, este uruguaio possui cadeira cativa nos manuais da canção latino-americana

Enilton Grill

RECONHECIDO COMO UM ÍCONE DO CANTO LATINO-AMERICANO, Daniel Viglietti é uruguaio de Montevideu e começou sua atividade pública nos anos 60. Desde o início de seu trabalho, tem na palavra e no canto sua forma de expressão preferida, desenvolvendo uma intensa atividade em teatros, universidades e sindicatos. Seu compromisso político e social o levou ao cárcere no seu país e a um exílio de mais de 10 anos. É definido por muitos como um "escritor que canta" e seu trabalho defende a igualdade e a justiça, a imaginação e a alegria.

Sua formação musical inclui estudos de violão com os maestros Atilio Rapat e Abel Carlevaro, este último nos cursos do Conservatório Nacional de Música da Universidade de Montevideu, onde cursou também harmonia e canto. Além da erudição, tem uma relação bastante próxima com o folclore e o regionalismo. A mãe era pianista, e o pai violonista e folclorista. Tinha também um tio que tocava piano pelos clubes noturnos. Esta inclinação familiar não só influenciou notoriamente na obra futura de Daniel Viglietti, como despertou nele um gosto múltiplo: música culta, folclore e as diversas formas de música popular. Seu gosto vai de Stravinski a Atahualpa Yupanqui. Desde cedo, porém, Viglietti estava decidido a trabalhar no terreno da música popular. No Uruguai, sua produção



Daniel Viglietti acompanhado de seu violão, instrumento que escolheu aos 18 anos

discográfica foi distinguida várias vezes com o Disco de Ouro, e o primeiro de seus discos editado na França, *Canciones para mi América*, ganhou o Grande Prêmio da Academia Charles Cros.

O começo

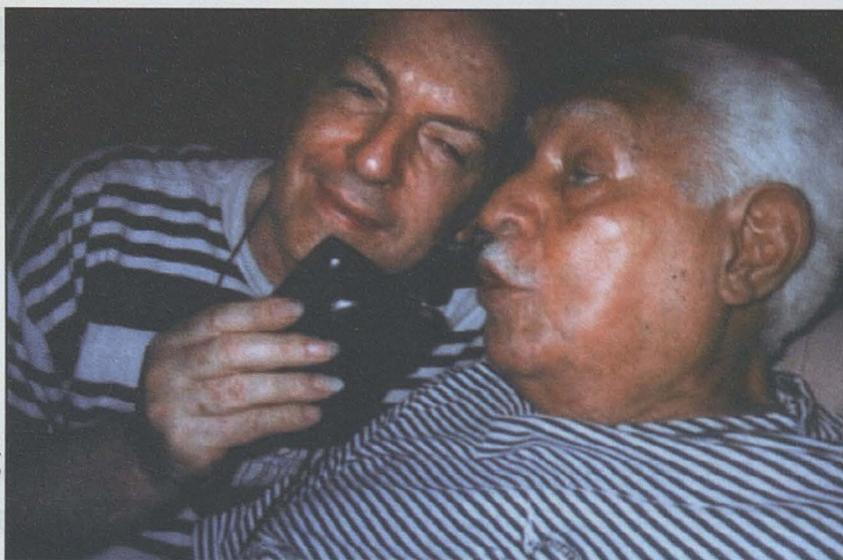
Viglietti começou sua história musical tocando piano. Somente depois, em 57, definiu-se pelo violão, tendo cumprido numerosos recitais em Montevideu e no interior do Uruguai e participado nas semanas universitárias de Paysandú, Salta e Montevideu, organizadas pela Universi-

dade de la República. Desde o início de sua carreira primou pelo trabalho elaborado, sem pressa. Ainda hoje prepara cada recital como se fosse o primeiro, entrelaçando canto e poesia como um fio que tece uma espiral em direção ao infinito.

Em 64, Daniel Viglietti se juntou ao poeta uruguaio Juan Capagorry e gravaram um disco com um apanhado de poemas e músicas que retrataram os vários personagens do meio rural uruguaio. Trabalho de projeção humana e social, o disco *Hombres de nuestra tierra* é um marco na carreira de Viglietti. De certa forma foi o germen para seus trabalhos seguintes, entrelaçando canto e poesia. O intenso trabalho com poetas, em sua obra, principalmente no começo da carreira, aborda vários nomes representativos de várias gerações: Rafael Alberti, Federico Garcia Lorca, Cesar Vallejo, Nicolás Guillén, entre tantos outros.

Além da música, Daniel Viglietti teve também uma passagem importante pelo jornalismo uruguaio, fundamentalmente nos semanários *Brecha* e *Marcha*, mas também em outros jornais latino-americanos e espanhóis. É ainda locutor radiofônico: produz e apresenta o programa cultural *Timpano*, que vai ao ar pela rádio El Espectador, de Montevideu.

Cidadão do mundo, Daniel Viglietti freqüentemente é convidado a participar de festivais pelo mundo todo. Trovador do canto latino-americano, ele traçou seu largo caminhar por lugares como Cuba,



Em sua recente visita ao Brasil, Viglietti teve um encontro histórico com o compositor baiano Dorival Caymmi, quando fez uma entrevista para divulgar no Uruguai. Viglietti destacou a presença constante da relação entre o homem e o mar na música de Caymmi

Jamais desacreditaremos do ser humano, se pensarmos em Artigas, em Che Guevara, em Camilo Torres, em García Lorca, em Ana Franck, em Mandela, em Haydée Santamaría, no Subcomandante Marcos, nos que organizavam comitês de resistência nos campos de extermínio na Alemanha, em Rosa Luxemburgo, em Raúl Sendic, nos tupamaros, nos sem-terra, em Haroldo Conti, em Sara Méndez ou ainda nos que calaram para evitar a morte de um companheiro de luta. Se a gente pensa neles, então o ser humano é uma maravilha e tudo vale a pena. E não é um sonho

Daniel Viglietti

França, Espanha, Itália, Alemanha, Portugal, Argentina, Nicarágua, Chile, México e Brasil. Em março deste ano, atendendo ao convite da direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Daniel Viglietti fez uma das apresentações mais esperadas da Semana Nacional da Cultura Brasileira e da Reforma Agrária, no Rio de Janeiro. Antes de partir, ainda houve tempo para um encontro histórico com Dorival Caymmi.

Outro artista brasileiro por quem Viglietti cultiva grande amizade e admiração é Chico Buarque. Em 73, o uruguaio gravou o disco *Trópicos*, com músicas de Chico Buarque, Edu Lobo e Gianfrancesco Guarnieri, e dos cubanos Silvio Rodríguez, Pablo Milanés e Noel Nicola. A idéia desse trabalho nasceu no Uruguai, a partir do disco *Construção*, de Chico Buarque, e da necessidade que sentia de, nas suas próprias palavras, “traducantar” o tema-título para o melhor entendimento por parte dos ouvintes de língua castelhana. Depois, no exílio de ambos, na França, estreitaram laços. Na década de 80, Viglietti, a convite de Chico, fez a tradução para o espanhol das músicas incluídas no disco *Chico Buarque en espanhol*.

Ditadura

Por todos os lugares por onde passou, Viglietti tratou de entoar seu canto pela solidariedade e o amor, mas, acima de tudo, um canto de liberdade, que por vezes exigiu o enfrentamento. No início dos anos 70, a repressão à guerrilha urbana dos tupamaros, por exemplo, levou o Uruguai a uma ditadura militar. Nomes como Alfredo Zitarrosa, Daniel Viglietti e Eduardo Galeano sentiram na pele a fúria insana do governo militar uruguaio, tornando-se vítimas de censura, ameaças e prisões. A prisão de Viglietti e muitos outros era o prenúncio de tempos difíceis. Campanha realizada em seu país e no exterior, encabeçada por nomes como o filósofo Jean Paul Sartre, o estadista François Mitterrand, o poeta Júlio Cortázar e o arquiteto Oscar Niemeyer, o colocou em liberdade.

Depois da prisão, em 72, Viglietti rumou para um exílio de mais de 10 anos. Passou por Buenos Aires, fez alguns recitais no Peru e no Chile e depois seu destino foi a Europa, mais precisamente Paris. “Radiquei-me na França, onde passei a dividir meu trabalho profissional com a tarefa de denunciar o que acontecia no meu país”, comenta. O sentimento de solidariedade é a lembrança mais marcante daquela época. Segundo ele, todos – homens públicos e anônimos – estavam sempre dispostos a contribuir na tentativa de superar o vazio interior de milhares de latino-americanos longe de sua terra. “No exílio, alguns de nós aprendemos a resgatar esse outro lado que o desterro pode proporcionar. O lado do descobrimento de outras realidades, outras culturas, outras músicas”, recorda.

Em meio ao exílio, Daniel Viglietti estreitou laços com outro baluarte da cultura uruguaia, o poeta Mário Benedetti. Quando os dois se encontraram em Paris, nos anos 70, acharam que separados estavam fazendo trabalhos similares para estimular todo um povo a superar os dramas da diáspora. Então, resolveram se juntar para oferecer recitais, gravar canções, apoiar movimentos políticos e culturais e sobretudo para denunciar, com o violão e com a voz, os ecos da velha tortura. Há aproximadamente 20 anos, Mário Benedetti e Daniel Viglietti emocionam platéias de todo o mundo com o recital “A Dos Voces”, que virou disco.

Em setembro de 84, com uma multidão nas ruas, Daniel Viglietti foi recebido de volta em seu país. A emoção do reencontro com sua pátria teve como local um estádio de futebol, onde milhares de pessoas entoaram seus principais clássicos. “Foi como pisar numa pegada que havia ficado ali, esperando, calada e certa de que era para esse pé. Logo após a chegada, fazer aquele recital, tocando meu violão perante mais de vinte mil pessoas. Muitos eram jovens, uma nova geração que foi obrigada a crescer com a ditadura. Algo inesquecível. O recital mais emocionante de mais de 40 anos de carreira”, lembra, emocionado.



A Desalambrar (D. Viglietti)

**Yo pregunto a los presentes
si no se han puesto a pensar
que esta tierra es de nosotros
y no del que tenga más.**

**Yo pregunto si en la tierra
nunca habrá pensado usted
que si las manos son nuestras
es nuestro lo que nos dé.**

**A desalambrar, a desalambrar,
que la tierra es nuestra
es tuya y de aquél
de Pedro y María,
de Juan y José.**

**Si molesto com mi canto
a alguno que ande por ahí
le aseguro que es un gringo
o un dueño del Uruguay.**

A desalambrar ...

O papel social da música

Sendo um elo de comunicação num mundo onde a maioria da mídia faz da informação e da distribuição cultural algo rígido e cheio de represas, Daniel Viglietti compõe canções de luta e esperança, mas, acima de tudo, parafraseando o grande poeta peruano Cesar Vallejo, Viglietti compõe canções humanas. E seu canto é, sobretudo, um canto coletivo. “Sigo pensando que a música é um veículo apro-

priado para ser ouvido, nem mais nem menos. Que a canção quando ama, quando sonha, quando imagina, tem que ser audaz e clara ao mesmo tempo. Ela deve sensibilizar com sons e palavras e abordar os variados sentimentos pessoais e coletivos”, afirma Viglietti.

Alguns tentam enquadrar o canto de Daniel Viglietti como de protesto. Entretanto, este termo é restrito demais para traduzir a profundidade de sua obra. Obra esta que reflete uma incessante busca por mudanças profundas e estruturais. “Tudo é político, desde escrever um poema que fala do nada, já que trabalha com conceitos e idéias. Cada palavra é uma responsabilidade, mesmo que essa seja uma flor ou um pássaro. A canção é instrumento frágil, mas de grande penetração. Na América Latina muitos ainda não aprenderam a ler e escrever, no entanto podem ler com os ouvidos através das músicas que provocam o pensar”, defende.

Artista de uma delicada sensibilidade política e estética, em meados dos anos 60, Daniel Viglietti compôs a milonga *A desalambrar*, um verdadeiro hino em defesa da terra para todos e de um mundo sem fronteiras. Recentemente, durante a Semana Nacional da Cultura Brasileira e da Reforma Agrária, ele emocionou ao entoar este clássico junto aos militantes do MST. “Ser uruguaio passa necessariamente por conhecer a Artigas. Ele queria repartir a terra entre os mais necessitados, os mais pobres e os índios. Por isso, redigiu aquilo que possivelmente seja o primeiro estatuto de repartição de terra do continente. *A desalambrar* nasce a partir dessa história. Nunca imaginei que iria poder cantá-la diante de militantes do MST. Foi uma grande emoção.”

A obra de Daniel Viglietti se contrapõe à neutralidade da palavra humana. Ela diz *não* aos que nos convidam a lavar as mãos perante as cotidianas crucificações. Ela diz *não* à aborrecida fascinação de uma arte fria e indiferente. Sua obra é libertária, é fraterna e é solidária e os caminhos que escolheu traçar celebram a aventura humana no mundo. ■

A América Latina diante da

Neste artigo exclusivo para cadernos, o sociólogo Theotonio dos Santos faz uma retrospectiva histórica do neoliberalismo, analisando seus aspectos políticos, econômicos e filosóficos, e aponta a proximidade da falência desta doutrina

*Theotonio dos Santos**

A DISSOLUÇÃO DO BLOCO MONOLÍTICO QUE REPRESENTOU O PENSAMENTO ÚNICO NAS DÉCADAS DE 80 E 90 DO SÉCULO PASSADO está chegando ao seu ponto crítico. Contudo o cadáver não está sepultado. Ainda não está claro quem serão os encarregados de enterrá-lo. A tarefa é muito mais complexa do que possa parecer à primeira vista. Trata-se de um fenômeno que tem muitos lados entrelaçados.

Em primeiro lugar, o triunfo do neoliberalismo como doutrina econômica foi o resultado do grande período de descenso econômico iniciado em 1966-7, quando os Estados Unidos buscaram manter seu crescimento através de uma nova onda de gastos militares que se canalizaram para a guerra do Vietnã.

Isso aconteceu num momento em que os gastos públicos saltavam para um novo nível, como consequência do auge dos gastos com o chamado Estado de Bem Estar, em consequência da campanha de Lyndon Johnson pela Grande Sociedade, que pretendia eliminar a pobreza nos Estados Unidos.

A tensão gerada pelos novos gastos de guerra se chocou com a mobilização de conteúdo social e seus ideais. O aumento dos gastos públicos continuou pressionando os Estados Unidos para o aumento das importações, ao mesmo tempo em que cresciam cada vez mais os gastos no exte-

rior. O déficit da balança de pagamentos ficou mais sério com a chegada do déficit comercial em 1969 para ficar definitiva-

“O triunfo do neoliberalismo como doutrina econômica foi o resultado do grande período de descenso iniciado em 1966-7, quando os EUA buscaram manter seu crescimento através de uma nova onda de gastos militares”

mente como uma característica estrutural da nova fase do império norte-americano. Desde essa época, até os nossos dias, esse desequilíbrio básico das contas externas dos Estados Unidos continuou crescendo, preparando uma nova era de desequilíbrios na economia mundial.

É importante compreender que, nes-

se momento, se esgotavam os mecanismos fundamentais do crescimento econômico, que se desenvolveram durante os anos da ascensão econômica iniciada depois da Segunda Guerra Mundial. Esses mecanismos estiveram associados ao triunfo das idéias de Keynes na ciência econômica, que serviram de base teórica para uma nova fase do pensamento liberal, que se libertava da noção de equilíbrio geral como centro da mecânica econômica e rompia com alguns princípios fundamentais do liberalismo como o padrão ouro e o equilíbrio fiscal.

Mesmo assim, o auge das lutas sociais na pós-guerra – depois de anos de graves confrontos, iniciados em 1917 com a Revolução Russa – não deixava espaço para o livre mercado que, segundo Keynes, não permitia o pleno emprego, objetivo fundamental das políticas econômicas. A queda do crescimento econômico no novo período da economia mundial, iniciado em 1966-7, permitiu a volta do desemprego. Ao mesmo tempo, o aumento da dívida pública, exacerbado pela aventura militar, exercia fortes pressões inflacionárias. A combinação de inflação e queda do crescimento deu origem ao fenômeno da *stagflação* que desafiou a ortodoxia econômica de base keynesiana.

A implantação do neoliberalismo

Esse foi o momento adequado para a entrada em cena do pensamento que

crise final do neoliberalismo

na América Latina chamamos de “neoliberal” e que corresponde de fato a uma visão “neoconservadora”, como dizem os norte-americanos e europeus. A implantação do neoliberalismo começa pela entrega da política econômica do governo fascista do general Augusto Pinochet aos chamados “Chicago Boys”, em 1973.

Foi na Universidade de Chicago que havia se recolhido o desmoralizado grupo de pensadores ultraliberais que se reuniam desde 1945 nos encontros anuais de Mont Pellerin. Entre eles ganhava destaque o monetarista radical Milton Friedman, que propunha uma política antiinflacionária de base monetarista, a qual sempre contou com boa disposição do Fundo Monetário Internacional.

Não deve causar espanto esse vínculo do ultraliberalismo com o fascismo. Todos os chefes fascistas importantes se consolidaram no poder através de políticas de estabilização monetária, seguidas de períodos significativos de crescimento econômico moderado ou simples estagnação da renda nacional.

Um exemplo significativo dessa ligação entre o ultraliberalismo e o fascismo se encontra no artigo de Gustavo Franco ao apresentar o livro do ministro das finanças de Hitler, Hjalmar Schacht, *Setenta e seis anos de minha vida*, editado em português pela Editora 34. Sob o subtítulo de “a autobiografia do mago da economia alemã da República de Weimar ao III Reich” encontramos uma apresentação geral do livro feita pelo representante do Brasil no Conselho do Fundo Monetário Internacional, Alexandre Kafta; uma apresentação política por Bolívar Lamounier e finalmente a apresentação econômica por aquele que se

considera o verdadeiro autor do plano real e que foi o presidente do Banco Central em boa parte do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Aprendemos com o “teórico” do plano real que “as idéias de Schacht eram boas, mas estavam adiante de seu tempo”. E sabemos também que seu livro é uma “sucessão de aulas ministradas por um professor em um teatro que cobre os prin-

“Os chefes fascistas importantes se consolidaram no poder através de políticas de estabilização monetária, seguidas de períodos de crescimento econômico moderado ou simples estagnação da renda nacional”

cipais eventos do século XX”. Como se vê, o plano real do Brasil também tem suas dívidas com o pensamento econômico parafascista.

Não é, pois, absurda a constatação de Joseph E. Stiglitz no que se refere ao Fundo Monetário Internacional. No seu livro *Globalization and its Discontents*

ele afirma: “A extensão das condições impostas pelo FMI significa que os países que aceitam as ajudas do Fundo têm que ceder uma grande parte de sua soberania econômica. Algumas das objeções aos programas do FMI são baseadas nisso e no conseqüente dano que causa à democracia; em outros casos se baseiam no feito de que as condições exigidas não logram (ou não procuram) restaurar a saúde econômica.”

Essa relação entre o pensamento único, o ultraneoliberalismo e o totalitarismo não é algo novo, como vimos, mas tem sido colocada em segundo plano nos últimos anos. Mas não devemos esquecer a relação estreita entre o governo de Nixon e o golpe de Estado no Chile em 1973. O mesmo podemos afirmar do período Reagan ou das relações tão estreitas entre a senhora Thatcher e Pinochet. Na realidade, foram os governos de Reagan, Thatcher e Kohl que assumiram oficialmente a perspectiva neoliberal em toda a sua extensão.

Eles se impuseram no período mais difícil da longa crise, iniciada em 1966-7, endurecida em 1973-75, retornada em 1978-81, e combatida em nome do neoliberalismo entre 1983 e 1987, com alguns resultados positivos em termos de retomada do crescimento. Mas esses resultados se viram comprometidos na crise de outubro de 1987, quando se inicia a decadência do pensamento único nos Estados Unidos. Esse pensamento único será questionado no governo Clinton e logo esse questionamento chegaria também a grande parte da Europa através da “onda rosa”, as vitórias sociais democráticas e socialistas. Contudo, o pensamento conservador continuou muito forte na América Latina e nas antigas zonas coloniais, onde o FMI

e o Banco Mundial exerceram uma hegemonia desastrosa e onde se consagrou em 1989 o chamado Consenso de Washington.

Como vinculamos a ascensão do pensamento único ao fascismo e outras formas de autoritarismo, como a tecnocracia internacional e os governos conservadores, podemos também vinculá-lo a uma tendência do pensamento filosófico que tendeu a ser hegemônica nas décadas de 80 e 90. O estruturalismo filosófico abriu caminho para esse desprezo da história que se consolidou na força das propostas pós modernas, que dominaram o ambiente cultural dos anos 80 e 90.

Foi típico dessa fase a intenção de valorizar os períodos históricos pré-revolucionários e de desqualificar os períodos revolucionários. É assim que se desenvolve uma interpretação extremamente conservadora da Revolução Francesa durante a comemoração de seus 200 anos. Procura-se também desmoralizar totalmente a Revolução Russa aproveitando-se da crise do sistema socialista na URSS e suas zonas de influência. Finalmente, o governo Salinas no México procura desqualificar a Revolução Mexicana e valorizar o período do ditador Porfirio Díaz.

No plano da teoria do conhecimento devemos ressaltar a hegemonia das tendências neokantianas nas Ciências Sociais que já tinham ganho muita força nos anos 50. Entre seus principais expoentes está Karl Popper, que frequentou as reuniões de Mont Pellerin desde o começo. Com o fortalecimento do estruturalismo, essas tendências se fizeram definitivamente dominantes, tendendo a apresentar-se como a única forma de conhecimento científico.

Hegemonia do setor financeiro

Dessa análise muito geral podemos tirar a conclusão de que o fenômeno do pensamento único esteve situado no contexto de um processo múltiplo e

complexo. No plano econômico ele responde às dificuldades sociais geradas por um longo período de recessões ou quedas do crescimento, com o aumento das taxas de desemprego e a debilidade das condições de luta dos trabalhadores em geral.

Assim mesmo no plano econômico há um abandono total das atividades de planejamento macroeconômico e uma hegemonia crescente do setor financeiro que

“As ideologias esvaziaram-se nos meios de comunicação e as idéias conservadoras foram transformadas em forças indiscutíveis. Isso ajudou a produzir um terror ideológico que impede a superação dessas concepções arcaicas na vida contemporânea”

passa a fortalecer-se diante das dificuldades de investimentos diretos e do aumento das taxas de juros.

As contas públicas se vêem afetadas pelo crescimento do déficit fiscal, agravado dramaticamente pelo aumento das taxas de juros que se converteram em um dos itens principais dos gastos públicos. Com a recessão aumenta também a população desempregada, cai a força dos sindicatos e aumentam os gastos do Estado com a assistência aos trabalhadores desempregados e outros gastos sociais.

Todos esses fenômenos fortalecem as forças conservadoras e até mesmo as tendências reacionárias que pretendem empurrar a história para trás. É uma condição para o pleno desenvolvimento dessas tendências o abandono da história como uma referência evolutiva da humanidade. Como não há acumulação na conjuntura econômica, estima-se que também não há acumulação em toda a história. Isto é, retira-se a história como evolução e acumulação do horizonte intelectual.

Quando se recorre à história é para assumir seu final, a anti-história, como o fez com extremo êxito de divulgação, Fukuyama em 1980, com seu célebre artigo, logo convertido em livro, apoiado num enorme aparato publicitário.

No plano político, a aventura neoliberal teve também seu reforço pela exarcebada ditadura militar parafascista nos anos 70, mas sobretudo com a retomada do poder pelos partidos conservadores a partir de Reagan, Thatcher e Kohl e sua projeção sobre a agenda política dos anos 80 e 90.

Restou por analisar o estreito vínculo dessas mudanças gerais com o manejo dos aparatos ideológicos. As ideologias esvaziaram-se nos meios de comunicação e essas idéias foram transformadas em forças materiais indiscutíveis. Isso ajudou a produzir um terror ideológico muito evidente que impede nos nossos dias a superação dessas concepções arcaicas na vida contemporânea.

Estamos, portanto, no começo de um amplo desmoronamento desse vasto complexo da hegemonia do neoliberalismo e necessitamos armar urgentemente uma resposta articulada a esse grande embuste. Seja no plano filosófico, como no econômico e político. Somente assim poderemos iluminar a encuzilhada em que nos encontramos. ■

**Theotônio dos Santos é professor titular da Universidade Federal Fluminense e coordenador da Cátedra e Rede Unesco - Universidade das Nações Unidas sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável*

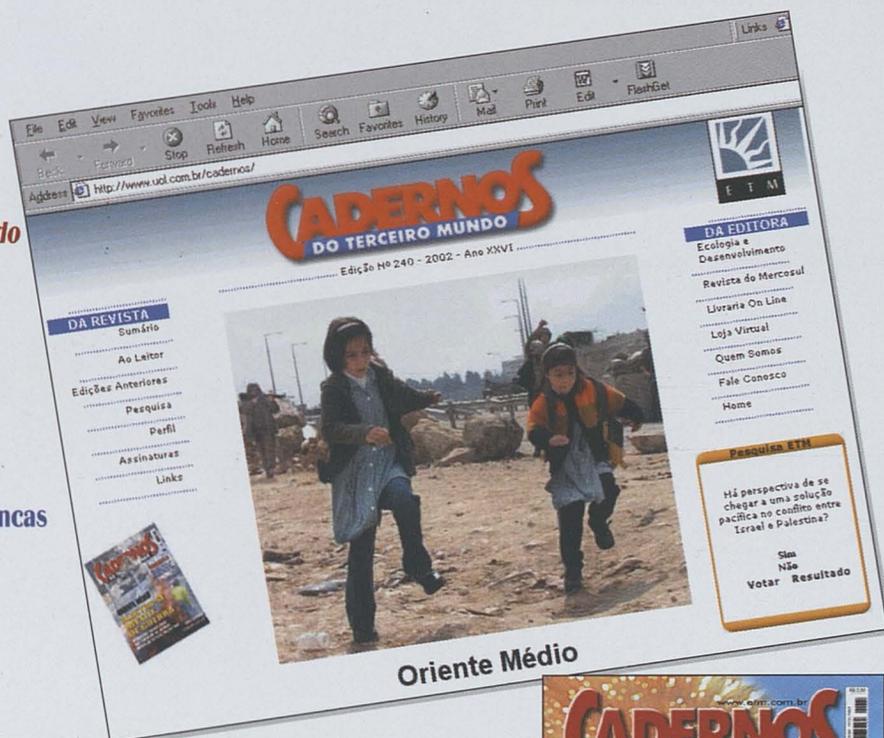
CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

TAMBÉM NA UOL

www.uol.com.br/cadernos

NO SITE DE *Cadernos do Terceiro Mundo*

- ⇒ informação sobre a problemática mundial
- ⇒ assinatura da revista via internet
- ⇒ envio de comentários e sugestões,
- ⇒ pedidos de livros e acessar artigos
- ⇒ o sumário da edição que está nas bancas



Confira na nossa página a EDIÇÃO ESPECIAL resgatando toda a história da luta do Timor Leste pela independência, retratada ao longo de mais de 20 anos na nossa revista. Consulte: www.uol.com.br/cadernos/timorleste



www.etm.com.br

Tel.: (21) 2221-7511 Fax: (21) 2252-8455

e-mail: etm@etm.com.br

SÃO LUÍS

ENTRE AS 4 CAPITALIS COM MELHOR ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL



São Luís



Porto Alegre



Florianópolis



Vitória

São Luís cuida bem das suas crianças. Esta foi a constatação feita pelo UNICEF, que pesquisou números relacionados aos serviços de saúde, educação e assistência social prestados às crianças em todo o país. Os investimentos da Prefeitura nestas áreas combatem a mortalidade e o trabalho infantil ao mesmo tempo que garantem maior permanência dos alunos em sala de

aula, a criação de mais vagas escolares e ensino de qualidade. Estas ações resultaram num dos melhores índices de desenvolvimento infantil do Brasil. Entre todas as capitais brasileiras, São Luís só fica atrás de Vitória, Florianópolis e Porto Alegre. E olha que nós só estamos engatinhando. Muitos outros avanços e conquistas ainda vêm por aí.



PREFEITURA

Trabalho e Honestidade

S E M E D